

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A POLÍCIA GAÚCHA NA ERA VARGAS 1930-1945: DIRETRIZES**

**CIENTIFICAS E TECNOLÓGICAS**

**Allysson Arthur Roque dos Santos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, sob a orientação do Professor René Ernaini Gertz.

Porto Alegre, julho de 2005.

## AGRADECIMENTOS

O momento da conclusão de um trabalho nos faz olhar ao redor e para trás, e, percebemos que, sua elaboração e conclusão, somente foi possível com a ajuda e compreensão de muitas pessoas, sendo que sem esse apoio, nada disso seria realidade.

Gostaria assim de deixar registrado meu reconhecimento a essas pessoas.

A minha amiga e professora Núncia Santoro de Constantino, não só pela farta documentação que me cedeu, mas também pelos sábios conselhos a mim dados, em momentos em que precisava realmente ouvi-los. Ao meu professor e orientador René Ernaini Gertz, pela maneira competente e tranqüila como conduziu sua orientação. Muitas vezes só de ouvi-lo me tranqüilizava e conseguia dar prosseguimento ao meu trabalho.

Secretária Carla pelo profissionalismo e paciência, com que sempre me atendeu, tirando minhas dúvidas e inseguranças que muitas vezes permeiam o estudante, quando entrasse em terreno novo.

A CNPQ pelo suporte financeiro durante os dois anos de curso. É a primeira vez na minha vida que tive uma ajuda desse porte e fico profundamente agradecido.

A agradecer meus pais, que me deram a melhor educação possível, apoiando todas tentativas profissionais que tive ao longo de meus 29 anos de vida, sendo meu porto seguro nos momentos mais difíceis.

A Aretuza Goulart Figueiredo, minha mulher, que iniciou comigo essa jornada, em 1999, sempre me motivando e enxugando minhas lágrimas, nos momentos em que os obstáculos pareciam intransponíveis. Esse é com certeza um sonho nosso que se realiza.  
Te amo muito!!!

## **RESUMO**

Em um momento que o discurso da modernidade e do progresso fazia parte do cotidiano de Porto Alegre, a elite governante buscava os meios necessários, para controlar com melhor eficiência, uma população de rostos desconhecidos, que proliferavam pelas ruas cada vez mais movimentadas da Capital. É, portanto, objetivo desse trabalho analisar as transformações técnicas e científicas, pelas quais passou o corpo policial gaúcho, nos anos de 1930 a 1945, período em que Getúlio Vargas assumiria o comando do país, impondo um governo ditatorial e estratégico, fazendo da polícia, um dos alicerces para a sustentação do regime de governo instaurado em 1937, o Estado Novo.

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo 1 – Porto Alegre uma cidade que se quer em movimento</b>	
1.1 - Modernidade: apontamentos teóricos.....	13
1.2 - Porto Alegre: mudanças urbano-estruturais.....	23
1.3 - Práticas sociais: locais de interação e distinção de classes.....	33
1.4 - Divergências de comportamento: conflitos sociais.....	37
<b>Capítulo 2 – Atuação policial: origens históricas e atuação na República Velha</b>	
2.1 - O ato de policiar: origens históricas e aspectos gerais.....	48
2.2 - Brasil: um lento processo de organização dos serviços policiais.....	55
2.3 - Os primeiros passos da polícia como organização no Estado e na Capital: sistemática de serviço.....	60
2.4 - Os problemas de policiamento: conflitos com a população e desvalorização profissional.....	70
<b>Capítulo 3 – A polícia na era Vargas: diretrizes científicas e tecnológicas</b>	
3.1 – A ascensão de Getúlio ao poder.....	83
3.2 – A participação policial na revolta de 1930.....	89
3.3 – Forjando bons policiais: disciplina em Foucault e a organização da Guarda Civil.....	95
3.4 – Transformações técnico-científicas : a Criminalística a serviço da polícia judiciária.....	104
3.5 - Criminologia: as visões de um crime.....	117
<b>Capítulo 4 – Controle e repressão: a polícia em ação</b>	
4.1 – Rumo ao Estado Novo.....	132
4.2 – A estruturação da Polícia gaúcha sob a égide do Estado Novo.....	137

<b>4.3 – Os Departamentos: sua importância e atuação no estado e na Capital.....</b>	<b>152</b>
<b>4.3.1 – Delegacia de Trânsito e Acidentes (D. T. A).....</b>	<b>153</b>
<b>4.3.2 – Delegacia de Entrada Permanência e Saída de Estrangeiros (D. E. P. S. E).....</b>	<b>157</b>
<b>4.3.3 – Delegacia de Ordem Política e Social (D. O. P. S.).....</b>	<b>161</b>
<b>4.3.4 – Diretoria de Investigações e Serviços Preventivos (D. I. S. P.).....</b>	<b>174</b>
<b>4.3.5 – Serviços de Policiamento: analisando a Guarda Civil.....</b>	<b>179</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>188</b>
<b>Fontes de pesquisa</b>	
<b>A) Documentações primárias e locais de pesquisa.....</b>	<b>196</b>
<b>B) Jornais e revistas.....</b>	<b>197</b>
<b>C) Bibliografia.....</b>	<b>197</b>
<b>Anexos</b>	
<b>Anexo 1.....</b>	<b>204</b>
<b>Anexo 2.....</b>	<b>205</b>
<b>Anexo 3.....</b>	<b>206</b>
<b>Anexo 4.....</b>	<b>207</b>
<b>Anexo 5.....</b>	<b>208</b>
<b>Anexo 6.....</b>	<b>209</b>
<b>Anexo 7.....</b>	<b>210</b>
<b>Anexo 8.....</b>	<b>211</b>
<b>Anexo 9.....</b>	<b>212</b>
<b>Anexo 10.....</b>	<b>213</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema polícia, sua atuação no Rio Grande do Sul e em especial na cidade de Porto Alegre, foi despertado ainda no período de Graduação, em 2002, durante o Seminário de História Regional, ministrado pela Professora Núncia Santoro de Constantino, no qual foi desenvolvido um trabalho sobre o populismo e o trabalhismo no Rio Grande do Sul e as contribuições de Alberto Pasqualini.

Através desse trabalho, pudemos entrar em contato com a figura emblemática de Getúlio Vargas, e percebermos que o mesmo despertava nas pessoas contemporâneas das décadas de 1930 e 1940 sentimentos que oscilavam entre o amor e o ódio, o respeito e o temor, sobrando pouco espaço para neutralidades, principalmente quando se trata da instituição do Estado Novo.

Nosso objetivo ao estudar a Polícia na Era Vargas no Rio Grande do Sul é o de propor a análise dessa organização e sua atuação, dentro de um contexto social, político e econômico turbulento, tanto a nível internacional, com a falência do sistema liberal e a conseqüente emergência de estados ditatoriais ou totalitários, como os regimes nazi-fascista e comunista, quanto a nível nacional, com a troca de comando, a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, via revolucionária e o rompimento com uma política viciada, que tinha em São Paulo o estado-eixo, em torno do qual todos os demais estados gravitavam.

O período de estudo, que engloba os anos de 1930 a 1945, representa, em verdade, o período mais significativo e atuante de Vargas, pois durante esses 15 anos, usou dos mais variados artifícios, dentre os quais a polícia política.

O foco da análise se centrará no estudo das transformações técnicas e científicas do corpo policial gaúcho no período, dando um enfoque especial para sua atuação na cidade de Porto Alegre, cidade essa que, na época, já despontava como a principal cidade do estado, não só por ser a sua Capital, mas pelo seu desenvolvimento significativo.

Em verdade, Porto Alegre, desde o início de século XX, assim como as principais cidades do país, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, começaria um gradativo processo de modernização e metropolização, redefinindo, não só sua estrutura geográfica urbana, como também seus programas políticos, econômicos e sociais.

Contudo, essas mudanças, mesmo sendo graduais, gerariam situações de conflito entre as diferentes categorias sociais.

De um lado, uma elite em busca da industrialização e do progresso da Capital, de outro, uma massa popular, com componente que com frequência evidenciavam hábitos e costumes não aceitáveis por essa mesma elite. Nesse conflito, as elites teriam sempre o apoio direto dos governos republicanos, de inspiração positivista. Governos esses, que tiveram a pretensão de fazer com que todos os habitantes da Capital se adaptassem aos novos padrões comportamentais da época.

Igualmente, nesse cotidiano de conflitos intraclasses o papel da polícia se torna fundamental, tentando nossa pesquisa descobrir e discutir qual o nível de sua atuação, se ela seria imparcial ou não, e como se direcionava aos diferentes níveis sociais.

Contudo, não partimos do zero, pois as informações preliminares nos permitem formular a hipótese de que a sociedade mais abastada da Capital, conjuntamente com a elite política dominante, buscava no Estado todos os meios possíveis para reprimir qualquer manifestação de rebeldia, que fosse contra aquilo que o sistema normativo impunha.

Imposição essa, que se agravou sobremaneira à medida que o sistema político se tornou mais repressivo, autoritário e centralizado nas mãos do governo chefiado por Getúlio Vargas e seus colaboradores.

Sabemos, contudo, que essa tarefa será árdua, uma vez que a documentação relativa à polícia, principalmente a antiga polícia judiciária e polícia política, se encontra muito fragmentada, resultado direto do grande incêndio ocorrido na Repartição Central de Polícia, em 1951, que praticamente destruiu a maior parte da documentação referente à organização policial, principalmente documentos relativos as décadas de 1930 e 1940, motivo pelo qual recaem suspeitas de que esse incêndio tenha sido criminoso, literalmente na tentativa de proceder a uma “queima de arquivo”.

Estamos certos, porém, de que com a documentação existente, composta por regulamentos da Polícia Administrativa de 1914, inquéritos administrativos da mesma polícia, os decretos estaduais que regulamentariam os serviços policiais no estado, as correspondências expedidas e recebidas pela polícia judiciária, assim como o cruzamento delas com as demais fontes primárias, jornais, fotos e principalmente a revista *Vida Policial*, o principal órgão divulgador da organização policial, de 1938 até 1945, vamos certamente obter êxito na elaboração de respostas e discussões, as mais precisas possíveis, para iluminar os nossos questionamentos iniciais.

Conjuntamente com as fontes primárias, as referências bibliográficas serão um suporte largamente utilizado, tornado-se nosso porto seguro, para a sustentabilidade de nossas afirmações.

Dentre elas destacamos o livro de Marshall Berman (1986), *Tudo que é sólido se desmancha no ar*, que expõe a dialética entre modernização e modernismo, destacando as mudanças e novas percepções contínuas de espaço e tempo, que o indivíduo

tem de si e dos outros, e as bruscas mudanças que a aventura de modernidade proporcionava ao conjunto da sociedade em análise.

O livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (2002), aborda o grave problema que a sociedade humana e as autoridades públicas, historicamente, sempre tiveram de enfrentar: a criminalidade e a violência. Cada época procurou, dentro de suas limitações políticas, sociais e econômicas, criar suas leis penais, usando os mais diversos processos punitivos, que oscilam desde os suplícios do século XVIII até o uso do sistema penitenciário dos séculos XIX e XX. Seu foco de estudo aborda igualmente as transformações sócio-econômicas dos países europeus, assim como um novo paradigma na conduta dos seus respectivos corpos judiciários.

O livro *Poder de Polícia*, de Clóvis Beznos (1979), abrange o estudo do direito administrativo e o conjunto de intervenções estatais na liberdade e na propriedade dos indivíduos. Através de seu estudo é possível compreender a questão acerca da teoria do poder da polícia, as relações entre poder público e população, o conceito da evolução histórica do termo polícia, as características atribuídas à polícia administrativa, como atividade negativa, atividade discricionária da administração e atividade preventiva.

Os livros de Charles Monteiro (1992), *Porto Alegre urbanização e modernidade*; Sandra Pesavento (1988), *A Burguesia Gaúcha – Dominação do Capital e Disciplina*, e Margaret Bakos (1996), *Porto Alegre e seus Eternos Intendentes*, nos trarão importantes informações sobre a cidade de Porto Alegre, versando sobre assuntos que abrangem a estruturação da cidade, suas mudanças físicas e sociais, seus conflitos e carências econômicas e o continuísmo do governo positivista.

Marcos Luiz Bretas (1997), em seu livro *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*, abre a discussão acerca do policial e de sua atuação como ator

independente no meio social que em determinadas ações se daria de acordo com a experiência acumulada no cotidiano, desviando-se por vezes do padrão estabelecido.

Com Eraldo Rabello (1996), em seu *Curso de Criminalística*, obteremos informações a respeito dessa importante área de estudos da polícia, sendo o referido autor um especialista no assunto, policial contemporâneo da década de 1930 e um dos redatores da revista *Vida Policial*.

A dissertação *Polícia Política e a Revista Vida Policial*, de Estela Carvalho Benevenuto (1997) estuda como a revista *Vida Policial*, de grande circulação no Rio Grande do Sul, foi importante para o contexto político do Estado Novo, com a criação de uma polícia política, com novos métodos de repressão e controle social.

A dissertação *Porto Alegre 1890-1920: Resistência Popular e Controle Social*, de Rodrigo Lemos (1999), aborda o controle social propiciado pelas diversas instâncias do poder, e as formas de resistência popular no período descrito, no qual estão ocorrendo transformações no espaço urbano de Porto Alegre.

Por fim, A dissertação *A Nova Polícia - A Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938)*, de Rejane Penna (1991), estuda as técnicas de controle, criadas para impor uma ordem urbana satisfatória. Sua pesquisa destaca que a partir do momento em que houve uma integração entre Estado e Município, procura-se dar à polícia da época, “Guarda Civil”, atributos de uma instituição calcada na valorização pró-ciência e na racionalidade do contexto histórico em análise.

Para uma melhor compreensão, optamos por dividir nossa dissertação em quatro capítulos, contendo cada um seus respectivos subtítulos, que auxiliados pelo conjunto de fontes acima descritas, tem, no conjunto, a intenção de expor todas as idéias e conclusões de pesquisa.

O primeiro capítulo será dedicado à discussão acerca da modernidade, destacando seus principais preceitos teóricos, para, no momento seguinte, explicar o processo de modernização ocorrido em Porto Alegre, destacando suas mudanças urbano-estruturais, assim como a implementação da ideologia positivista na performance das principais lideranças políticas de então, os novos locais de sociabilidade e interação social, e os conflitos sociais existentes, quer seja, por desvios de comportamentos, quer seja pela exclusão, cada vez mais visível, decorrente da nova orientação comportamental imposta.

No segundo capítulo, trataremos da organização policial, destacando todo seu lento processo de formação, as origens do termo polícia, a discussão teórica a respeito de sua atuação, os primeiros passos do organismo policial no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, as relações conflituosas entre o judiciário e a polícia, e as principais dificuldades em fornecer um policiamento digno à população de Porto Alegre, que exigia do governo soluções imediatas.

No terceiro capítulo, entraremos na discussão da polícia na Era Vargas e os principais melhoramentos técnicos e científicos que foram implementados nos anos de 1930 a 1945, período em que Vargas esteve no governo, dando destaque ao período histórico denominado Estado Novo. Nesse capítulo, será explicado o caminho que levou Getúlio Vargas ao poder; a participação da polícia na revolução de 1930, dando destaque especial a atuação da Guarda Civil; a discussão teórica de Foucault no que tange à disciplina do corpo e à formação do modelo de policial ideal, passando a seguir para as transformações e inovações técnicas e científicas do corpo policial civil, dando destaque para as discussões em torno da criminalística e da criminologia.

Finalizando, exporemos, no quarto capítulo, a atuação da polícia no período mais dramático do governo Getúlio, ou seja, durante o regime ditatorial do Estado Novo. Vamos

expor nesse capítulo elementos que culminaram na instituição do Estado Novo, a estruturação dos serviços policíacos, com a regulamentação da Polícia de Carreira e a criação da Escola de Polícia, e por fim destacaremos os principais departamentos da Repartição Central de Polícia e suas atuações no meio social e no cotidiano da capital.

## **CAPÍTULO 1**

### **MODERNIDADE EM PORTO ALEGRE: PANORAMA DE UMA CIDADE QUE SE QUER EM MOVIMENTO**

#### **1.1 – Modernidade: apontamentos teóricos**

Era necessário dar a Porto Alegre uma nova dinâmica, transformando-a em cidade produtiva, competitiva e moderna.

Esse era o discurso da elite administrativa, em fins do século XIX, discurso esse compartilhado pelos governantes no século seguinte, na Capital e no estado.

Mas como compreender o moderno? O que vem ser modernidade, um período histórico de transformações que unem passado e presente, antevendo um futuro de progresso ininterrupto? Ou ainda uma palavra que se complexifica na sua compreensão à medida que o conjunto das ações humanas também se torna complexo?

Para Marshall Berman, a modernidade define-se como a dialética entre modernização, ou seja, os processos visíveis e sólidos de transformações sociais, econômicas e institucionais, e modernismo, que seriam as visões, os valores e as discussões pelas quais a cultura buscava compreender essas transformações.

Para ele, ser moderno é estar inserido em um turbilhão de mudanças e novas percepções contínuas de espaço e tempo, de si e dos outros, compartilhadas por todo o mundo, se encontrando “em um ambiente que promete aventura, poder, alegria,

crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.<sup>1</sup>

O discurso modernista e a implementação da modernização visavam atropelar o antigo e o socialmente não compatível, pois o moderno era visto como algo novo, belo, correto e de aplicação uniforme.

Através desse discurso, o processo modernizador não estaria delimitado à atuação de um grupo dirigente e/ou econômico e nem a uma revolução popular, mas sim, seria guiado pela razão soberana, com obras científicas e tecnológicas, aprimoradas pela educação e por políticas sociais guiadas por esses modelos.

O indivíduo deveria fazer da religião algo para ser praticado somente no âmbito privado, substituindo Deus pela ciência no domínio público e submetendo-se somente às leis naturais.

Igualmente, deveria libertar-se do domínio das tradições familiares, buscando autonomia no conhecimento demonstrável, pois “a razão não conhece nenhuma aquisição; ao contrário ela faz tábua rasa das crenças e das formas de organização sociais e políticas que não se baseiem em uma demonstração de tipo científico”.<sup>2</sup>

Mais do que se submeter às leis naturais da ciência e da razão pelo simples viés impositivo, o homem deveria sentir-se participante dessa “revolução”, compreendendo-a na sua essência, libertando-se de visões antigas, consideradas ultrapassadas, irracionais, substituindo paixão e magia pela experiência da razão.

---

<sup>1</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 15.

<sup>2</sup> TOURANIE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 19.

O homem deveria ser o dono de seu destino, conhecendo-se por inteiro, compreendendo e corrigindo seus erros, descrendo do finalismo religioso e metafísico.

A sociedade transparente seria regida por leis universais e guiada pelas “luzes da razão” e não por aqueles que se autoproclamavam detentores do direito divino de conduzir o conhecimento e os destinos dos homens. Por isso, as críticas pesadas aos dogmatismos e aos governos absolutistas.

A idéia de revolução é outro e importante ingrediente que esteve sempre contido no discurso do pensamento modernista.

Através dela, a sociedade se tornaria liberta de antigos regimes dominantes, refutando todos os possíveis obstáculos que fossem empecilho para o triunfo da razão, havendo simultaneamente o fomento da idéia de uma vontade nacional, que se identificaria com a modernização. A humanidade seria levada, através dessa ótica revolucionária, ao progresso, sob forma de uma nação forte, social e economicamente independente e ativa, tornando a convivência humana repleta de harmonia e felicidade. Os revolucionários se impunham como uma nova ordem, buscando criar uma nova sociedade e um novo homem, regido pela bondade e pela moral virtuosa. Acreditavam ainda, segundo Touraine, “na bondade natural do homem, na sua capacidade de criar instituições racionais, e sobretudo para seu interesse, que o impedem de se destruir e o conduz à tolerância e ao respeito da liberdade de cada um”.<sup>3</sup>

Contudo essa concepção, que se proclamava revolucionária, por mais previsões que proferisse, não previa ou discutia os conflitos internos dessa sociedade em construção. Acreditava-se que tais conflitos resultariam de resistências ao progresso da razão.

---

<sup>3</sup> TOURANIE, op. cit., p. 38.

Nesse sentido, a cidade se tornaria o palco dos conflitos e das visíveis transformações estruturais, que trariam consigo a noção de que não mais haveria a possibilidade de retrocessos, no que tange à evolução da civilização rumo a um futuro próspero para alguns, porém sombrio e recheado de desesperanças para outros.

O progresso, antes discutido somente no mundo das idéias, tornar-se-ia concretamente aplicável sob as formas de produção e de trabalho, “onde a industrialização, a urbanização e a extensão da administração pública transtornam a vida da maioria”.<sup>4</sup>

À medida que a industrialização se torna uma realidade, entre os séculos XVIII e XIX, entra em ação um novo projeto social, liderado pela burguesia, cada vez mais fortificada pela consolidação dos mercados financeiros e comerciais.

Nesse momento, estabelecem-se novas relações de trabalho, divididas entre meios de produção e força de trabalho, onde o capital torna-se mola propulsora, sinônimo de dinamismo econômico.

Bancos, indústrias, casas comerciais, transportes públicos seriam os elementos responsáveis pelo desenvolvimento e pela aceleração das cidades, que cresceriam tanto em população quanto em espaço físico. Esse processo se intensifica à medida que a industrialização crescente transforma empresas locais em poderosos conglomerados. Esses saíam em busca de novos mercados e matérias-primas, o que, conforme Charles Monteiro, “produziu um desdobramento espacial do sistema capitalista a nível mundial e inaugurou uma nova etapa deste: o capitalismo monopolista”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> TOURANIE, op. cit., p. 71.

<sup>5</sup> MONTEIRO Charles. *A inscrição da modernidade no espaço urbano de Porto Alegre (1924-1928)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PUCRS, 1992, p. 17.

Ao redor do centro produtivo, aglomerou-se um número cada vez maior de trabalhadores e migrantes à procura de novas oportunidades. Isso fez com que as cidades sofressem um inchaço populacional desorganizado. Esse crescimento precipitado colocaria a cidade em movimento, mas um movimento desordenado.

Nesse sentido, entra em ação a figura do Estado, que a partir da segunda metade do século XIX, vai procurar reordenar o espaço urbano corrigindo deficiências e dando um aspecto monumental às cidades.

De um lado, a implementação dos serviços básicos de saneamento público (água, luz, esgotos), de outro, obras de significativa beleza e símbolos da modernidade, como o Palácio de Cristal, em Londres, construído em 1851, ou ainda a criação dos bulevares em Paris sob a orientação do Barão Haussman, prefeito nomeado por Napoleão III, o grande reformador da cidade francesa. Sua reforma ampliaria a cidade parisiense em diversas direções, acabando com as estreitas ruas ainda resquício da antiga cidade medieval.

Através dos bulevares, destacam-se as diversas faces de uma modernidade em construção. Ruas largas, mercados centrais, parques e jardins como novos espaços de sociabilidade, iluminação pública, enfim, elementos que colocam Paris como modelo de desenvolvimento e progresso, cuidadosamente projetado, buscando alcançar harmonia ordenada em uma cidade cujo movimento seria cada vez mais acelerado.

Nessa reforma, consagrasse o modelo de desenvolvimento proposto pela burguesia emergente, pois os bulevares “permitem grande expansão do comércio local, empregam milhares de trabalhadores nas obras de demolição, geram milhares de empregos indiretos

no setor privado e possibilitam a valorização de terrenos para a construção ou especulação imobiliária”.<sup>6</sup>

Entretanto, o outro viés desse “espetáculo” reformista seria a expulsão de milhares de pessoas para as áreas periféricas da cidade, a destruição de bairros antigos inteiros, uma demonstração clara do novo pedindo passagem ou “passando por cima”. Portanto, ao mesmo tempo em que uma nova cidade é construída, bela e sofisticada em sua estrutura, em verdade, o abismo entre pobres e ricos acentua-se em um ritmo que mistura contemplação e frustração.

Bermam ilustra bem essa realidade ao destacar o poema “Os olhos dos pobres” de Baudelaire, ele mesmo um admirador das transformações pelas quais estão passando a cidade parisiense, mas igualmente reflexivo e preocupado com os desdobramentos de tais transformações. A cena descrita no poema passa-se em um espaço privado, o café, símbolo da boa vida parisiense. Nele estaria um casal, apaixonado, desfrutando as delícias desse novo ambiente.

Se deparam, entretanto, com o olhar de uma família pobre do lado de fora (pais e dois filhos), o que faz com que o protagonista do poema conclua, mesmo sem haver troca de palavras, que “os olhos do pai parecem dizer: ‘como isso é belo! Parece que todo o ouro do mundo foi se aninhar nessas paredes’. Os do filho parecem dizer: ‘como isso é belo! Mas é um lugar que só pode ser freqüentado por pessoas que não são como nós’”.<sup>7</sup>

Assim, seu poema expõe o fascínio pelo moderno, que cria expectativas, que seduz, mas que contrasta com um sentimento de incapacidade por parte de alguns para desfrutar das suas benesses.

---

<sup>6</sup> MONTEIRO, op. cit., p. 25.

<sup>7</sup> BERMAN, op. cit., p. 144.

As reformas urbanas, chefiadas por Haussmann, não são apenas responsáveis pelo embelezamento da cidade, mas também por colocar lado a lado realidades de vida que estavam ocultas entre as ruas escuras do período anterior.

O pobre, naquele contexto, observava e era observado e nem sempre seria visto com olhos de piedade, pois a cidade parisiense preparava-se para compartilhar um estilo de vida com homens e mulheres que tivessem condições econômicas e culturais de adaptarem-se ao novo. Da cidade nova e dos conflitos de classes dela decorrentes ficaria uma certeza, os pobres da cidade eram vistos, combatidos, mas jamais seriam “extintos”.

Se tomarmos como exemplo a construção da cidade russa de Petersburgo, teremos uma noção da dramaticidade da imposição de um projeto moderno. Pedro I inicia, em 1703, uma construção arrojada. Faz surgir sobre o pântano lamacento uma cidade que seria a nova capital do país. Ao escolher Petersburgo como capital, em vez de Moscou, Pedro estaria afirmando que “a história da Rússia deveria ter um novo princípio, em numa ardósia limpa. As inscrições nessa deveriam ser exclusivamente européias...”<sup>8</sup>

Moscou já não mais servia para ser a capital da Rússia, pois estaria envolta na tradição e na religião. Assim uma nova cidade emerge, com características geométricas e retilíneas, planejada e construída num sistema de ilhas e canais, sistema semelhante às cidades de Amsterdã e Veneza.

A singularidade desse processo está no fato de ser o território russo propício à construção em larga escala, pois, ao contrário da cidade parisiense, Petersburgo não tinha uma cidade antiga a ser transformada. Rapidamente num espaço de duas décadas a cidade torna-se uma das principais metrópoles da Europa. Pedro, em seu surto impositivo,

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 171.

determinou algumas medidas extremamente radicais, que atingiam todos os setores da sociedade russa. Para os nobres exigiu que se mudassem para Petersburgo, onde imediatamente deveriam construir palácios, sob pena de perder seus títulos. Pedreiros foram impedidos de construir com pedras em qualquer outra região que não fosse na nova cidade. Abusos desumanos também fizeram parte de seu empreendimento modernizador, totalizando em 150 mil o número de trabalhadores em regime servil, que perderam a vida ou tornaram-se fisicamente inúteis, número insuficiente, entretanto, para frear o ritmo das construções.

Petersburgo torna-se o centro de uma nova cultura, secular e oficial. Não somente Pedro, como também seus sucessores, dentre eles Catarina a Grande, incentivaram a vinda constante de matemáticos, físicos, engenheiros, educadores, todos financiados pelo Estado. O palácio de inverno de Bartolomeo Rastrelli, construído no ano de 1754-62 e a estátua eqüestre de Pedro I (o cavaleiro de bronze), de 1782, obra de Etienne Falconet, seriam exemplos de majestosas construções, mas que, menos que impulsionar a capital rumo ao desenvolvimento, visavam antes mascarar uma realidade. Pois se a cidade cresceu e se multiplicou por um lado, se a “luz” emergiu ante a lama dos pântanos, por outro lado a própria brutalidade das imposições de Pedro I tornariam a cidade russa palco de conflitos e revoltas brutalmente reprimidas, principalmente no governo de Nicolau I, responsável pelo desenvolvimento de uma polícia política, e um sistema de vigilância que em verdade tornaria a cidade paralisada, já que Nicolau, ao contrário de seu antecessor decidiu frear o desenvolvimento econômico e social da cidade, temendo uma possível ascensão política da burguesia e do proletariado industrial.

A paralisia na qual a cidade foi imersa só não foi completa graças a rua Nevski, que se tornou durante o período do governo controlador de Nicolau, uma espécie de zona livre.

Sua estrutura, boa pavimentação, largura e iluminação, permitiram que para ali confluíssem elementos tipicamente modernos. Nevski tornou-se uma rua diferenciada, com lojas que vendiam produtos de produção em massa, como roupas, sapatos, tecidos sempre conectados com as tendências proibitivas do mundo exterior. Ironicamente, a cidade que tinha como lema ser “uma janela para Europa” teve em Nevski o único portal possível, naquele momento, para suprir as necessidades dos petersburguenses desejosos das promessas do mundo moderno.

Contudo, é nessa rua, modelo de modernização local, onde também seriam nítidos os conflitos sociais notadamente destacados pela literatura russa, como o *Cavaleiro de Bronze* de Alexander Puchkin ou ainda *Notas do Subterrâneo* de Dostoievski.

*O Cavaleiro de Bronze*, escrito em 1833, narra a história Evgeni, um homem que, em meio a uma terrível enchente ocorrida em Petersburgo em 1824, se vê envolto em desespero pela perda de sua amada e por perseguições alucinativas por parte da estátua eqüestre de Pedro I, criador da cidade.

Já *Notas do Subterrâneo*, escrito em 1864, narra a história de um herói que se sente humilhado por não ser reconhecido como pessoa pelo oficial com o qual se cruza todos os dias na rua. O herói anônimo, desejoso de fazer-se notar arquiteta um plano para um confronto decisivo com o oficial.<sup>9</sup>

Ambas as obras convergem para um sentimento de impotência de homens humildes frente às suas desventuras no mundo moderno.

Obviamente, não podemos apenas centrar nossa análise nos aspectos negativos. Obras de magnífico valor foram executadas no certame europeu durante os séculos XVIII e

---

<sup>9</sup> Maiores informações em BERMAN, op. cit., p. 175/209.

XIX. Os inventos e as transformações estruturais ocorridas no interior das cidades trariam à humanidade avanços jamais vistos, em proporções sequer imagináveis, proporcionando bem-estar e felicidade a seus cidadãos. O homem perdeu o medo, proveniente da “escuridão” das cidades medievais e do temor religioso. Passou a exhibir-se nas ruas, deslumbrado e esperançoso por obter os objetos e as vantagens que o novo mundo oferecia.

Porém, longe de abarcar a totalidade dos cidadãos, as benesses do progresso, ao serem privilégio de poucos, tornaram ainda maior o abismo das desigualdades. Em verdade, a modernidade pode ser encarada como um período em que concorria todo o tipo de heterogeneidades humanas, mesmo que o discurso e os esforços reformadores visassem buscar o homogêneo.

O pensamento modernista e os processos de modernização entrariam sempre em choque com a tradição, identificada com modos de pensar e agir, contidos no passado, mas vivos através dos costumes e hábitos populares. Entraria igualmente em choque com os interesses individuais de diferentes classes sociais, resistentes em aceitar que o melhor para a sociedade deveria ser também o melhor para o indivíduo.

Daí decorre que, em todo o momento em que esse discurso modernizador perdurou, o que se viu foram “anomalias” gritantes dentro do processo de implementação da modernização.

Em nenhum momento, houve unanimidade de prazeres e saberes sobre moderno e nem em acreditar que o “novo” seria a solução para os crescentes problemas que afligiam as diversas cidades em ciclo de expansão. E muitos foram seus críticos, desde Rousseau, passando por Gogol, Marx, Baudelaire, até nossos contemporâneos.

As obras monumentais, o sistema econômico, os avanços tecnológicos e científicos, são fatores que, indiscutivelmente, poriam as cidades européias, e posteriormente

americanas e latino-americanas, em aceleração, com transformações profundas. Mas igualmente profundas seriam as cicatrizes deixadas por essa aceleração, por vezes vertiginosamente perigosa, e que gradativamente transformariam a existência humana em uma existência instável, onde as resistências seriam muitas vezes contra-atacadas com repressão e violência.

## **1.2 – Porto Alegre: mudanças urbano-estruturais**

Em Porto Alegre, o processo de modernização intensifica-se em torno dos ideais republicanos do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), que tinha como líder Júlio de Castilhos e posteriormente Borges de Medeiros. Sob influência do Positivismo castilhista, uma versão diferenciada em relação ao positivismo europeu<sup>10</sup>, Porto Alegre gradativamente inicia um processo de transformações que se expandem em diversas direções.

Uma das preocupações centrais do governo republicano residia na área da educação como forma de manter seu poder hegemônico no Estado. A instrução pública era uma tentativa de educar crianças sem condições financeiras para pagar seus estudos, sendo que o período das aulas seria sempre à noite, horário em que não estariam trabalhando.

Com esse intuito, são criadas as escolas Hilário Ribeiro, em 1911, Bibiano de Almeida, em 1912, e Apolinário Porto Alegre, em 1918, além de a intendência promover descontos no pagamento de impostos para escolas particulares, em troca de vagas para alunos carentes.

---

<sup>10</sup> O positivismo castilhista aparece como uma versão menos reacionária em relação à Europa com a presença dominadora do poder executivo e o comprometimento com o desenvolvimento capitalista. Maiores informações em BAKOS, Margareth Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 38.

Nesse ritmo, também seriam fundadas as primeiras faculdades no estado, Medicina e Odontologia, em 1898, e Direito, em 1900, motivo pelo qual a capital receberia uma significativa população móvel de estudantes.

Porém, em termos de urbanização e saneamento básico Porto Alegre estava muito defasada, estando desprovida dos serviços essenciais de água, luz, transportes e rede de esgotos.

Porto Alegre se apresentava, no começo do século XX, como uma cidade em que as condições de vida eram precárias, principalmente para a população mais carente. Preocupante também seria o aumento significativo da população e os problemas de habitação irregulares no início do século.

Em verdade, os problemas habitacionais tiveram origem na ocupação inicial da capital.

Na medida em que a Capital foi sendo povoada, a elite administrativa e economicamente influente ocupou a parte mais alta da cidade, ficando sempre perto do centro administrativo, nas imediações da Rua Duque de Caxias. As demais ruas do centro e da cidade baixa, por longos anos, ficariam atiradas ao bel-prazer da ocupação irregular e da exploração das camadas mais pobres por parte de donos de cortiços, ou porões úmidos e infectos, sem que houvesse qualquer preocupação por parte dos dirigentes administrativos.

Esse aumento demográfico na Capital, no final do século XIX, seria, portanto, uma realidade com a qual as administrações vindouras teriam sempre de se preocupar. O fluxo migratório constante, auxiliado pela reprodução da população interna, a diminuição da mortalidade na cidade e no campo, e a visão de Porto Alegre como pólo atrativo para

melhores condições de vida, são indícios que contribuem para o significativo aumento da população, com 52 mil pessoas em 1890 e 73 mil em 1900.<sup>11</sup>

Porto Alegre torna-se uma cidade com uma população numerosa, onde o setor terciário não conseguia absorver toda a mão-de-obra disponível, causando com isso um excedente populacional de desempregados, contracenando face a face no centro da cidade miséria e prosperidade.

Porém, essa realidade estava desconexa com o discurso progressista tão defendido pela elite dirigente. A cidade de Porto Alegre deveria inserir-se no fluxo modernizante, deveria mostrar-se atualizada quanto aos avanços científicos e tecnológicos, globalizados através dos intercâmbios culturais e econômicos.

As cidades em geral, assim como Porto Alegre, passaram a ser tratadas como cidades doentes, que necessitavam de tratamento urgente, pois “por sentir-se doente, essa cidade depositou na tecnologia industrial as expectativas para curar-se e assim razão e técnica passaram a ser, paradoxalmente, encaradas com fé, como um caminho para a salvação”.<sup>12</sup>

As primeiras medidas no sentido de consolidar a modernização na cidade sob os postulados políticos do PRR deram-se no governo de José Montauray. Nascido no Rio de Janeiro, em 1858, formou-se engenheiro na Escola Politécnica, onde adquiriu sua formação positivista. Fiel cumpridor dos desígnios do PRR assumiu em 1897 como Intendente, com poderes para gerenciar os serviços do município. O Intendente, entretanto, teria sua

---

<sup>11</sup> MONTEIRO, op. cit., p. 69.

<sup>12</sup> NASCIMENTO, Mara Regina do. *No Movimento do Bonde, a festa e a modernidade*. In: TORRESINI, Elisabeth; NASCIMENTO, Mara Regina do (orgs.). *Modernidade e Urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 124.

administração vigiada pelo presidente do estado, isso porque Porto Alegre seria vital como ponto estratégico de sustentação do PRR.

Contudo, o governo Montauray jamais se mostraria contrário às ordens de cima. Sua administração sempre se manteve de acordo com Borges de Medeiros, na época Presidente do estado e seu principal apoiador. O “Eterno Intendente”, conforme o intitula Margareth Bakos, permaneceu no poder durante 27 anos, de 1897 a 1924. Esse longo período administrativo deve-se ao princípio positivista da continuidade no poder proposto por Auguste Comte e adotado pelo Partido Republicano.<sup>13</sup> Período esse, entretanto recheado de críticas, dissidências partidárias e fundação de novos partidos, como o Partido Republicano Democrático (PRD).

As primeiras medidas para corrigir as insuficiências administrativas ficaram por conta da implementação do novo sistema de abastecimento de água, em 1907, após um ano decorrido da municipalização da Hidráulica Guaibense. O atendimento deveria cobrir somente a região central. Ainda conforme Bakos:

em Porto Alegre não se faz um planejamento a longo prazo, prevendo as necessidades futuras da cidade, que com o crescimento da população demandaria, em seguida, a construção de moradias fora da área servida por todos os melhoramentos. Como consequência, às primeiras instalações segue-se, quase imediatamente, a necessidade de melhorias técnicas e a ampliação do espaço beneficiado.<sup>14</sup>

Igualmente ocorre a municipalização dos serviços de iluminação pública, em 1906, visando suprimir o abastecimento de luz a querosene. Nesse momento, havia ainda o esforço da Intendência em construir uma usina municipal que pudesse substituir esse

---

<sup>13</sup> Maiores informações em BAKOS, op. cit., p. 48.

<sup>14</sup> Ibid., p. 86.

precário sistema de iluminação, atendendo a zonas da cidade que não fossem de responsabilidade da Fiat Lux.

Ao mesmo tempo ocorreria um acordo entre a Intendência e a empresa Força e Luz, que deteria o monopólio dos transportes, um serviço lucrativo na época, passando a controlar a Carris de Ferro Porto-Alegrense e a Carris Urbanos. Entretanto, mesmo prosperando rapidamente, possuindo em apenas três anos uma frota de 47 carros,<sup>15</sup> em verdade os problemas, principalmente no que tange à falta de segurança nos veículos, e ao desrespeito no cumprimento dos horários, tornariam esse serviço insuficiente.

Na sua administração, alguns prédios de significativa importância histórica foram construídos, dentre eles o Prédio da Intendência (prefeitura velha), em 1909, o Prédio dos Correios e Telégrafos, entre 1910 e 1912, a Biblioteca Pública, entre os anos de 1912 e 1916, e a construção do segundo andar do mercado público em 1912.<sup>16</sup>

Contudo, a falta de recursos financeiros seria outro problema com qual a intendência teria de se deparar, o que fez com José Montaury buscasse sucessivas vezes empréstimos no exterior, para pôr em prática algumas das obras e dos empreendimentos acima citados.

Portanto, essas medidas, mesmo que contribuindo para o desenvolvimento da Capital, não atendiam à complexidade dos problemas enfrentados em Porto Alegre, que necessitava de uma reforma urbana mais ampla e profunda.

O estudo feito por Moreira Maciel em 1914, que resultou no Plano Geral de Melhoramentos, propunha um reordenamento urbano em larga escala, com alargamento de

---

<sup>15</sup> Ibid., p. 87.

<sup>16</sup> MONTEIRO, op. cit., p. 72.

ruas e construção de radiais ligando a área central aos bairros, o que agilizaria a vida na Capital.

Mas para isso, a Intendência deveria ter dois requisitos básicos, recursos financeiros e ousadia administrativa, no entanto não dispunha de nenhum dos dois, já que Montaury tinha como lema o postulado positivista conservar melhorando.

Em sua defesa, José Montaury argumentava que obras de grande porte como as promovidas em São Paulo e Rio de Janeiro não seriam prioridade em sua administração, uma vez que para a implementação de tais reformas seria fundamental ter antes supridas as necessidades básicas da população.

Assim Porto Alegre, cidade que se queria em movimento, em verdade caminhava a passos lentos em relação ao que se propunha a elite administrativa e comercial-industrial da época. Por isso, quando Otávio Rocha assume o posto de Intendente, em 1924, teria como função principal reordenar o espaço urbano da cidade, que estava enfrentando sérias dificuldades.

Além disso, deveria administrar a cidade dentro de um contexto turbulento, balizado por diversos acontecimentos que marcaram a década, dentre eles as greves operárias de 1919 e 1921, as revoltas tenentistas de 1923, 24 e 26, e a criação do partido comunista em 1922.

O momento, portanto, era delicado e a escolha de Otávio Rocha como candidato a Intendente seria fundamental para a sustentação do PRR no poder, que nesse contexto passava por momentos de instabilidade política.

Seu vice, Alberto Bins, era um homem de negócios bem sucedido e com idéias progressistas, representante da emergente força comercial e industrial da época.

Juntos, iniciaram uma série de melhoramentos na cidade, comprometendo-se em atender aos interesses da burguesia comercial e industrial, assim como gerar desenvolvimento econômico da Capital.

Seu discurso era claro, o de impulsionar a Capital rumo ao progresso, pondo a cidade em movimento, tirando-a do atraso quase provinciano. Segundo Charles Monteiro, Otávio Rocha criou uma comissão, denominada Comissão Especial para Obras Novas, em novembro de 1924, para estudar os principais problemas que apresentava o espaço urbano da Capital e daí providenciar as mudanças necessárias, para que Porto Alegre entrasse definitivamente no cenário nacional e internacional como capital moderna e competitiva.

Esse processo de reorganização do espaço urbano abrangia, portanto, a ampliação da rede de esgotos, a construção de praças e jardins para os passeios familiares e a melhoria do serviço de iluminação pública, o que além de impulsionar o comércio à noite, facilitaria em muito o trabalho policial.

Na área dos transportes, a criação de novas linhas férreas visava facilitar a locomoção dos trabalhadores à Capital, assim como a criação de novos loteamentos em áreas mais distantes.

Depois de findada a avaliação dos problemas estruturais que travavam o crescimento de Porto Alegre, Otávio Rocha apresentou, em dezembro de 1924, seu projeto de orçamento municipal. Nele aponta que um dos principais problemas a serem enfrentados seria o déficit ocasionado por empréstimos, ainda do governo Montaury, assim como a ampliação dos serviços propostos pela Intendência, decorrente de significativa reforma administrativa, que põe em execução em janeiro de 1925.

Rocha admitia que sua reforma administrativa acarretaria, em um primeiro momento, maiores gastos à Capital, entretanto julgava a mesma necessária uma vez que:

realiza nova mudança administrativa com vistas a colocar mais técnicos a serviço do município, medida que considera fundamental para evitar desperdícios e prejuízos sociais e econômicos. Em reverência aos princípios fordistas, adotava-se a divisão de tarefas por diretorias. Privilegiando a contratação de técnicos qualificados.<sup>17</sup>

Para impulsionar essa nova máquina administrativa, propunha o aumento de impostos, taxando e sobretaxando o valor locativo sobre os imóveis no perímetro urbano e suburbano. Além dos impostos prediais, em dezembro de 1924 a Intendência passa a cobrar taxas de água, esgoto, asseio público.<sup>18</sup>

Contudo, o investimento previsto tinha como principal meta o embelezamento da capital, ficando o saneamento básico em segundo plano, objetivando assim demonstrar o crescimento e a modernização da cidade, através de construções de grandes avenidas, praças, ajardinamentos, em especial o Parque da Redenção, pois já no orçamento feito por Otávio Rocha para o exercício de 1925, destinava-se:

para o ajardinamento do Campo da Redenção, o dobro do montante previsto para as obras de esgotos, e mais de 30% acima do que era destinado às obras de ampliação da rede de abastecimento d'água. O montante previsto para a construção do Teatro Municipal era mais que o triplo do destinado para as obras de esgotos e mais do dobro do destinado às obras de ampliação de rede d'água.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> BAKOS, op. cit., p. 99.

<sup>18</sup> MONTEIRO, Urbanização e Modernidade..., op. cit, p. 64.

<sup>19</sup> Ibid., p. 56.

Metas de um governo que objetivava atender prioritariamente às classes industrial e comercial, que detinham o poder econômico na capital e tinham um conjunto de normas comportamentais que faziam parte do ideário positivista tão defendido pelos republicanos.

E é partindo desse ideário positivista, impulsionador de uma Capital em ritmo de mudanças, que Otávio Rocha não vai poupar esforços para pôr em prática seu projeto modernizante, inclusive contraindo novos empréstimos, endividando ainda mais Porto Alegre.

Nessa proposta, o antigo ou o não socialmente compatível com as classes dominantes, deveria ser eliminado gradativamente através de medidas autorizadas pela Intendência. Clara era a tentativa de “renovar” o centro da cidade e as áreas próximas, pois este deveria ser o cartão de visitas da Capital, devendo-se trocar o ultrapassado por modernos edifícios, e pequenas ruas e vielas por grandes avenidas arborizadas.

Dessa feita, a intendência apertaria o cerco, impondo aos cortiços, porões ou proprietários de terrenos baldios, pesados tributos, em um tratamento bem diferente ao dispensado ao setor de produção, como bancos e indústrias. Obviamente, o recado estava dado, ou seja, ou os proprietários se adaptariam às novas mudanças, construindo novos prédios de acordo com os padrões exigidos na época, ou pagariam um tributo elevadíssimo.

Essas medidas visavam agilizar o comércio na Capital, ao mesmo tempo tornar o escoamento de mercadorias através do porto mais ágil, pois com a construção de largas avenidas em substituição a ruas estreitas o fluxo de mercadorias, veículos e pedestres teria, na visão defendida naquele momento, uma significativa melhora.

Após a organização tributária e administrativa, o passo seguinte seria pôr em prática as reformas previstas no papel. Como ponto de partida, a Intendência reedita o plano

Moreira Maciel<sup>20</sup>, em 1927, o plano original tinha como preocupação adequar a cidade ao desenvolvimento econômico, populacional e comercial que estava ocorrendo na Capital desde 1910. O plano original, contudo, era extremamente visionário e complexo, e para aplicá-lo integralmente seria necessário uma desapropriação gigantesca de prédios, o que fez com que somente parte desse plano fosse posta em prática.

De concreto, no governo de Otávio Rocha, houve a abertura das avenidas Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e São Rafael, o prolongamento de vias centrais, como Vigário José Inácio, Sete de Setembro, o ajardinamento do Campo da Redenção e alguns melhoramentos na área de saneamento básico, visando sempre tornar o centro produtivo da Capital ágil, higienizado e esteticamente apreciável aos novos padrões. Mas não só de reformas nas áreas acima citadas e de grande porte viveu a Porto Alegre dos anos 20.

Nota-se um surto modernizador de médio e pequeno porte que acompanha as reformas estruturais que estava sofrendo a capital nesse contexto. Houve uma melhora considerável na tecnologia, com a incorporação de novos avanços na área da construção civil, resultante do aumento significativo de arquitetos na Capital, o que propiciou novas construções em diversificadas áreas como: armazéns, residências, cinemas, casas comerciais etc.

Evidencia-se assim a resposta altamente positiva da classe industrial e comercial da época para com o governo, procurando manter-se atualizados com os padrões arquitetônicos da época, visando assim entrar definitivamente nos “tempos modernos”.

---

<sup>20</sup> Moreira Maciel formou-se em engenharia e arquitetura em Montevidéu, sendo que suas concepções urbanísticas foram influenciadas pelos padrões europeus.

### 1.3 - Práticas sociais: locais de interação e distinção de classes

E é nessa cidade em movimento que os espaços de sociabilidade já são em 1920-30 os mais diversificados. O centro da cidade, nesse momento, é o lugar em que esses espaços são mais intensos. São cafés, confeitarias, restaurantes, cinemas e lojas localizados principalmente na Rua da Praia e ruas vizinhas. A Rua da Praia, por sinal, pode ser considerada como a principal rua para os encontros e passeios da população da capital.

Parte integrante de considerações de diversos memorialistas e cronistas, ou ainda presente em diversos trabalhos acadêmicos, a Rua da Praia era a principal em termos de visitas e comércio, sendo que por ela transitavam trabalhadores, estudantes, senhoras em seus passeios, políticos tornando-se, como reforça Maronese, um local de “apresentações” e “representações”.<sup>21</sup>

Era nessa rua que ocorria, por exemplo, o “footing”, um momento em que os jovens trocavam olhares e flertes no final da tarde. As jovens mulheres punham seus melhores vestidos e ficavam passeando de uma ponta a outra da rua e os homens andando pelo centro ou parados nos prédios as cortejavam com olhares e falas carregadas de sedução.

O evento era tão significativo que “as moças mais destacadas mereciam menção especial de jornalistas encarregados de ‘cobrir’ o acontecimento para as páginas sociais”.<sup>22</sup>

Dessa forma, quem quisesse existir socialmente deveria, pelo menos uma vez por dia, passear por essa rua. Daí decorre a multiplicidade de pessoas que por ela transitavam.

---

<sup>21</sup>Segundo Luiz Maronese, essas expressões denotam a teatralização pública, o ver e o ser visto como necessidade social. In. MARONESE, Luiz Antônio Guber. *Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da “Vida pública” Porto Alegrense entre os anos 1890 e 1930*. Porto Alegre, dissertação de mestrado, PUCRS, 1994, p. 41.

<sup>22</sup>MARONESE, op. cit., p. 49.

Com a mesma importância podemos destacar locais fechados de sociabilidade, como cafés, confeitarias e cinemas. As confeitarias eram o reduto das moças e senhoras de família, que como uma espécie de ritual, tomavam seu chá no final da tarde, estando sempre acompanhadas, quer seja entre amigas quer seja na companhia dos maridos ou namorados. Nesses locais de predominância feminina, os encontros regados a chás, torradas e doces tinham como pano de fundo conjuntos musicais, que davam um toque de requinte ao ambiente.

Já os cafés eram ponto de encontro do público masculino, sendo locais de extremo requinte para atender à demanda requisitada por seus frequentadores. Tendo seu surgimento na Europa no século XVIII, os cafés teriam “um caráter mais igualitário e distribuído, não existindo maiores diferenciações entre o público frequentador”.<sup>23</sup>

Fato esse que não ocorre em Porto Alegre, pois seus frequentadores apropriam-se desses espaços como símbolo de distinção e identidade social. Pelos cafés passavam turistas, jogadores, políticos, artistas e poetas, enfim, uma diversidade cultural distribuída nos cafés que melhor representassem seu espaço de socialização. E nesses espaços ocorre uma espécie de demarcação de território, nos quais se formavam grupos específicos, dando ao café frequentado uma identidade própria. Os encontros diários dos cafés seriam sempre recheados de discussões políticas, literárias, artísticas e administrativas das mais variadas, proferidas em calorosos discursos.

O cinema por sua vez, pode ser considerado como um dos principais pontos de convivência social com uma integração mais significativa da população. Isso porque seus módicos preços e sua enorme aceitação confluíram para que cada vez maior fosse o número

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 54.

de simpatizantes dessa revolução artístico-cultural, desde os segmentos mais abastados da sociedade até as classes mais populares. Tendo as primeiras exhibições em fins do século XIX, em verdade no século XX o cinema se consolida como opção artístico-cultural e ponto de encontro da população da Capital distribuídos em diversas salas na região central e arredores. Descoberto na época, o “escurinho” do cinema já era usado estrategicamente pelos jovens para o flerte e para o início de muitos namoros, constituindo-se em um espaço alternativo de sociabilidade.

Um outro aspecto interessante a destacar é que através do cinema havia uma espécie de conexão com a vida internacional. Isso porque os filmes mostrados, em sua maioria, proviam da Europa e dos Estados Unidos. Com isso, a influência cultural européia e norte-americana (principalmente após a Primeira Guerra) se intensifica, refletindo-se nos padrões comportamentais da capital.

As exhibições cinematográficas não se restringiam apenas às salas de cinema. Muitas eram as exhibições de filmes em festas populares, civis e religiosas, como a festa do Dívino Espírito Santo, na qual “à noite na praça da Matriz, havia uma espécie de feira, como uma quermesse, com venda de comidas e bebidas, jogos e carrossel, roleta, etc., terminando com a exibição de filmes e depois fogos de artifício”.<sup>24</sup>

Com as melhorias feitas na área central da capital nos anos 1920-30, as diversões noturnas tornam-se um hábito igualmente importante para a sociabilidade. São bares, restaurantes e cabarés que faziam a alegria de um público que tinha na boemia uma prática deliciosamente apreciável. Prática essa que se iniciava no final da tarde nos cafés e se estendia noite adentro até os primeiros ruídos da manhã. O público também era variado,

---

<sup>24</sup> STEYER, Fábio Augusto. *Cinema, Imprensa e sociedade em Porto Alegre (1896-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 137.

abarcando artistas, desocupados e trabalhadores, tornando-se um lugar em que os indivíduos “se encontram, trocam idéias, discutem política, literatura e música, falam de mulheres, futebol e da vida alheia [...], ou seja como nos cafés, reúnem-se pessoas e permite-se a atualização da ‘vida pública’”.<sup>25</sup>

Portanto, gradativamente a cidade de Porto Alegre chega à década de 1930 procurando inserir-se dentro dos padrões comportamentais e estéticos da época, baseando-se, ora nos padrões europeus tendo como referência os costumes parisienses, ora no emergente, mas cada vez mais significativo padrão de vida norte-americano, que rapidamente conquistaria adeptos na Capital, através da divulgação cultural no cinema e imprensa.

A cidade ganharia novas ruas, avenidas e parques. Prédios imponentes e modernos seriam construídos, em substituição às antigas casas, cortiços e tavernas símbolo de atraso e decadência, segundo a visão da elite dominante. Cada vez mais a Porto Alegre se industrializaria, tornando-se o principal pólo industrial do estado, com uma população em franca expansão, chegando na década de 1930 a cerca de 280.890 habitantes.<sup>26</sup>

Os sistemas de água, luz e transporte ganhariam em otimização e velocidade, tornando a qualidade dos serviços superior, em relação ao que era proporcionado anteriormente.

Entretanto romper com o antigo, com o tradicional, impondo uma nova concepção de vida e de valores verticais resultaria em tensões e conflitos cada vez mais acirrados, entre população e a elite abastada.

---

<sup>25</sup> MARONESE, op. cit., p. 74.

<sup>26</sup> FRANCO, Álvaro [et al.]. *Porto Alegre – biografia de uma cidade*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1940, p. 26.

O povo, dividido em trabalhadores e desempregados, brasileiros e imigrantes, tornar-se-ia respectivamente melhor organizado e reivindicante dos seus direitos, por um lado, e, por outro, mais resistente aos preconceitos da mudança imposta.

A elite administrativa e comercial-industrial atuante traria a Porto Alegre desenvolvimento e prosperidade. Contudo, a pressão por mudanças, atrelado à exploração da classe trabalhadora e ao desfrute explícito por parte dessa mesma elite, exporia a dura realidade das desigualdades e dos conflitos sociais.

#### **1.4 - Divergências de comportamento: conflitos sociais**

Tornar Porto Alegre uma cidade moderna, insidia não somente em prover a Capital com uma reorganização estrutural urbana, como também criar um padrão de comportamento e valores únicos para todos os habitantes da cidade.

De um lado, temos a elite administrativa, representada pelos republicanos chefiados por homens como Júlio de Castilhos e posteriormente Borges de Medeiros, no comando do estado, e a nível municipal temos os expoentes José Montaury, Otávio Rocha e Alberto Bins, já citados.

Seus valores ideológicos eram influenciados pelo positivismo de Conte, embora com algumas características próprias, com vistas à adaptação na administração do Rio Grande do Sul e da Capital.

Basicamente, seus postulados versavam no sentido de consolidar uma sociedade integrada ao conhecimento demonstrável, cientificamente comprovável, onde a razão e a

educação positiva abririam as portas para um novo mundo, que teria por base a ordem e por mérito o progresso.

Lema histórico do positivismo, “ordem e progresso” celebrariam a consolidação de um projeto defendido por Comte, argumentando que somente os homens capazes, do ponto de vista da assimilação positiva de administração e condução econômica, seriam capazes de direcionar a sociedade rumo a um futuro de progresso ininterrupto.

Essa visão político-ideológica é firmada como compromisso no estado quando ocorre o surgimento do Partido Republicano Riograndense (PRR), ainda no século XIX, e que tendo a necessidade de ampliar seus quadros políticos e sedimentar sua hegemonia no estado, aplica os postulados positivistas, apresentando um projeto político de desenvolvimento para o Rio Grande mais abrangente, que contemplasse outros setores sócio-econômicos emergentes (banqueiros, industriais e comerciantes), visando com isso harmonia e satisfação do setor produtivo gaúcho.

Contudo, harmonia e satisfação garantida somente se tornariam realidade com uma educação social completa, para que houvesse complacência no que tange à assimilação desse novo projeto de desenvolvimento, por parte de todas as classes sociais existentes na cidade e no estado gaúcho.

O governo republicano teria como característica, desde os primórdios de sua administração, um caráter centralizador e autoritário, mas travestido de Estado neutro que, em primeira instância, estaria comprometido em atender as necessidades de todos os setores sociais. Contudo, o processo de “renovação” e reurbanização do centro da cidade comprovaria na prática que o que realmente estava em jogo era a consolidação de um novo projeto social que deixaria as camadas mais pobres da população sempre em segundo plano.

Sua face autoritária se revelaria, não para combater os exageros cometidos pela exploração patronal, mas sempre para coibir os distúrbios decorrentes da insatisfação popular, colocando os detentores do capital como protegidos e parceiros na sustentação da hegemonia do PRR no poder. O governo republicano seria assim “um governo autoritário, progressista conservador, [...] que assegurava as plenas condições de realização do capital, controlava os conflitos e mantinha a estabilidade social e política”.<sup>27</sup>

Do mesmo lado dessa balança de poderes, temos a burguesia industrial e comercial como setor social emergente e multiplicador de capital, trazendo para Porto Alegre uma série de investimentos e valores sociais que priorizavam a moral do trabalho e da família como refúgio, que o homem honrado deveria cultivar e zelar.

Esses valores, como muitos produtos também, eram “importados” ou incorporados dos padrões europeus. Em verdade, conforme exemplifica Monteiro:

longe de ser um fenômeno local, esta vasta empresa moralizadora inicia-se na Europa no século XVIII, paralelamente a ascensão da classe burguesa [...]. Também no Brasil da virada do século, podemos identificar a penetração destes valores e padrões de vida com a adoção e de um modelo de civilização influenciado pelo incremento das relações comerciais e financeiras com as nações européias...<sup>28</sup>

A unidade fabril seria o espaço de domínio dessa burguesia industrial, o local onde confluíam as diversas técnicas para controlar os trabalhadores, suprimindo cada vez mais

---

<sup>27</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Burguesia Gaúcha – Dominação do Capital e Disciplina do Trabalho – RS 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 133.

<sup>28</sup> MONTEIRO, Urbanização e Modernidade..., p. 82.

o ímpeto criativo, substituindo-o pela operacionalização do maquinário importado do exterior.

Racionalização da produção, com maximização dos ganhos e economia de tempo seriam os componentes responsáveis pelo bom funcionamento, e conseqüentemente, pelo sucesso do empresariado no Rio Grande do Sul. Empresariado esse consciente da eficácia em aplicar os métodos de Taylor e posteriormente de Ford, para a condução empresarial e da defesa da implementação do maquinário como salutar ao trabalhador que faria um esforço menor com a mecanização das funções.

O trabalhador, entretanto, passaria a ser encarado como mais uma engrenagem nesse sistema mecânico de produção, transformando-se “em um elemento dependente da máquina e dócil aos objetivos da produção”.<sup>29</sup>

Essa estratégia de controle não se restringia apenas ao ambiente fabril, pois no contexto do século XIX e XX inúmeras aulas e escolas foram criadas, dentro e fora das empresas no estado, com o intuito de disciplinar cada vez mais os empregados e seus filhos, tornando-os aptos profissionalmente e ao mesmo tempo controlados em suas ações e reivindicações.

A escola operária seria, portanto, “um dos caminhos para a construção da hegemonia burguesa; com relação aos trabalhadores, implica, em fornecer-lhes uma direção, uma pauta de valores e um código de normas de atuação”.<sup>30</sup>

A assistência social também foi um poderoso artifício usado como forma de obter simpatia dos trabalhadores. Pesavento analisa, essas iniciativas como prática individual de

---

<sup>29</sup> PESAVENTO, A burguesia gaúcha..., p. 25.

<sup>30</sup> Ibid, p. 57.

cada empresário, ou seja, fora do âmbito da legislação trabalhista ou da organização classista patronal.

Sob esse ponto de análise, destaca a criação da Sociedade da Mutualidade, pela União Fabril de Rio Grande, onde se prestavam serviços de auxílio a viúvas, facilidades na compra de produtos alimentícios, assistência médica e auxílio às moças que se casassem com o consentimento dos pais, fato que evidenciava o padrão de moral familiar exigido da época.

Além disso, foram criadas por essa mesma entidade salas de jogos e de leitura, que visavam manter o operário pelo máximo tempo possível presente no ambiente fabril.<sup>31</sup>

Para além dos muros das fábricas, a habitação torna-se um meio igualmente eficaz de controle patronal frente aos seus funcionários. À medida que as fábricas cresciam em negócios e mão-de-obra, havia a necessidade de construir casas para acomodar os trabalhadores, sempre dentro dos padrões higienicistas e morais em voga. A União Fabril de Rio Grande foi pioneira na criação de vilas operárias, construindo casas na circunvinhança da mesma e cobrando aluguel dos trabalhadores. Esses por sua vez ficavam dependentes da empresa na medida em que o trabalhador que perdesse seu emprego perderia também sua moradia e todos os “benefícios” que a empresa oferecia.

O processo controlador e moralizador presente na empresa expandia-se, assim, à escola, ao lazer, chegando até a residência do trabalhador em uma tentativa de vigiar todos os seus passos, pois “o empresariado através de tais mecanismos, invadia a vida privada da classe operária, estimulando a constituição de um núcleo familiar estável, destacando a importância do lar, e por suposto, da moradia para a estabilidade social”.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Ibid, p. 70.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 81.

Nota-se, portanto, que além das práticas nitidamente coercitivas, a implementação desses serviços punha o trabalhador ainda mais sob o controle da empresa, além de criar uma imagem do “bom patrão”, que se importava com o bem estar de seus funcionários.

A sutileza no emprego de tais práticas criaria ou deveria criar uma espécie de satisfação por parte do operário em ser funcionário dessa empresa, pelas “vantagens” que essa oferecia, suavizando as situações de conflitos.

Os valores propostos pelo governo e pela elite comércio-industrial comporiam um misto de normas comportamentais com o núcleo familiar patriarcal, mas com a mulher sendo o alicerce dos primeiros passos na educação, tornando-se exemplo de compreensão e dedicação e seu marido e filhos. O homem, pai de família deveria manter-se sóbrio, equilibrado em suas ações, demonstrando apreço pelas transformações da cidade e compreensão com as diferenças de condições sociais provenientes da própria conjuntura econômica em ciclo de expansão e principalmente confiança no corpo político e administrativo do Estado e da Capital, como condutor do corpo social.

Definidos, portanto, os valores padrões, qualquer modo de vida que não se enquadrasse no que era exigido deveria ser reprimido duramente.

O Estado administrador e a elite patronal se entrosariam muito bem, formando um pacto de reordenamento social sob a égide republicana-capitalista. Juntos, combateriam todos os paradigmas de comportamento que não atentasse à demanda exigida. Seria o caso da prostituição, do alcoolismo, dos jogos e da vadiagem, um conjunto de comportamentos negativos que ocorriam, segundo a visão dessa mesma elite, nas camadas mais podres da população e que contribuía para o exercício da criminalidade.

A vadiagem pode ser considerada como o principal temor, pois seria vista como um modelo de vida nefasto e um perigoso ingrediente, que poderia contaminar o restante da

sociedade íntegra e trabalhadora. Na perspectiva elitista, o que fazia com que o vadio não trabalhasse não era a falta de oportunidade, mas a preguiça, pois esse, por estar contaminado por um conjunto de valores negativos, se direcionava a querer ganhar a vida de “maneira fácil”, através de roubos ou mendicância.

A prostituição e os menores em situação de abandono eram preocupações igualmente destacáveis. A prostituição por ser uma antítese ao comportamento da mulher correta de família, trabalhadora ou dona de casa, submissa ao marido e boa mãe.

A prostituta atentava aos moralistas de plantão, pois personificava traços de preguiça, aversão ao trabalho e busca insaciável pelo prazer.

O menor abandonado por estar em uma situação de exposição a todos aqueles elementos nocivos para uma boa formação dentro do padrão necessário para atender às exigências do mercado de trabalho, pois “estes menores não se tornariam trabalhadores submetidos à rígida disciplina e a longas jornadas de trabalho em troca de módica remuneração, a realidade que caracteriza as relações de trabalho na década de 1920”.<sup>33</sup>

Era necessário criar escolas de correção ou colônias agrícolas para reeducá-los, tornando-os aptos para futuramente retornarem ao convívio social como homens trabalhadores, tirando-lhes os vícios da rua.

E é nessa rua onde todos esses tipos de pessoas se encontravam. Ao contrário dos cafés e confeitarias, redutos da extensão do domínio privado da elite dominante, “nos parques, nas praças e nas avenidas, não havia como proibir a circulação dos demais: as ruas se enchiam de gente do povo, num vaivém promiscuo de trajes e odores, que colocava lado

---

<sup>33</sup> MONTEIRO, Urbanização e Modernidade..., op. cit., p. 88.

a lado a distinta senhora que ia às compras com um descuidado cangueiro a caminho do porto”.<sup>34</sup>

E é no domínio público que, à medida que a cidade crescia, uma população de rostos desconhecidos estaria surgindo. Muitos com dificuldades financeiras, outros com ações que poriam a classe mais abastada em constante alerta.

O crescimento populacional intensificado nas décadas de 50 e 60, no século XIX, expande a capital para além da área central, e áreas periféricas, onde eram construídos matadouros, olarias e pequenas fábricas.

Porém, a atenção e os motivos de insatisfação estavam voltados para a área central. Construções irregulares, porões de sobrados transformados em moradias, promiscuidades, problemas de saúde pública, tudo isso, além de pôr em risco a saúde coletiva, atentava contra os padrões da moral da classe dominante da época. Era necessário organizar e higienizar uma cidade que estava feia, suja, atrasada, e as pressões por mudanças que se evidenciavam no século XIX se intensificariam no século XX, pois Porto Alegre era uma cidade que se queria moderna, mas que teria chagas graves em seu cotidiano.

Uma dentre as diversas soluções provenientes da Intendência deu-se na forma da imposição de pesados impostos sobre os cortiços e as moradias consideradas irregulares ou fora dos padrões previamente estabelecidos.

Esses altíssimos impostos cobrados dos inquilinos, donos dos cortiços, ou prédios com beiral de telhado, por exemplo, tinham um valor respectivamente 50% e 30% de percentual acima do valor locativo. Valor esse que ao ser repassado ao aluguel dificultava

---

<sup>34</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da Cidade – Vida e Trabalho 1880-1920* – Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998, p. 84.

a vida dos trabalhadores da época, com salários paupérrimos e sem condições de pagar por suas moradas.

Outra medida que alimentava o surto moralizador era a visita domiciliar proporcionada pela municipalidade, nas áreas do centro e Cidade Baixa. Medida essa de pouca eficiência, pois não conseguia, efetivamente, sanar as dificuldades básicas de higiene da população. Os fiscais, quando não satisfeitos em suas inspeções, cobravam multas dos moradores por falta de limpeza em seus pátios. Os moradores não tinham condições de pagar pelos serviços de asseio público, o que gerava um círculo discriminatório de cobranças sem resolução do problema.

Obvio estava que a proposta de progresso para a área central da cidade não incluía aceitar moradias que abrigassem pessoas potencialmente “perigosas e degeneradas”. Para morar no centro da capital, o cidadão deveria preencher requisitos mínimos, ou seja, “alguém que tivesse propriedade para morar, dinheiro para pagar impostos, correto proceder na vida familiar e pública e saúde para não empestar a vizinhança com doenças”.<sup>35</sup>

Caberia à Intendência agir no sentido de deslocar esse contingente populacional indesejado para as áreas mais afastadas do centro da cidade.

Os arrabaldes seriam os locais mais propícios ao destino da população carente, assim como se especulava a criação de vilas operárias para abrigar os trabalhadores locais.

Gradativamente esses terrenos periféricos seriam alvo de especulação imobiliária, por homens de negócio com interesses variados, que, antevendo promissores negócios, compravam terrenos a preço baixo revendendo à população. Se por um lado a população

---

<sup>35</sup> PESAVENTO, op. cit., p. 96.

carente teria um lugar melhor para morar, por outro um novo negócio surgia, lucrativo por sinal, chamando a atenção de capitalistas de plantão.

Nesse embate cultural entre a elite comercial-industrial e republicanos, de um lado, e os “pobres da cidade”, do outro, os preconceitos e a intolerância eram vistos como ponto de partida para o progresso em direção à modernidade. O pobre era visto como algo a ser temido. Quem era pobre era sujo, quem era sujo tinha vícios e daí a ser considerado como escória era questão natural de conclusão analítica. Era preciso dar um lugar aos pobres para morar, longe da área central e ao mesmo tempo educar ou reeducar os trabalhadores com os preceitos que os contivessem dentro de padrões aceitáveis, civilizáveis. Enfim, transformá-los em obedientes trabalhadores que deveriam viver condignamente, mesmo com os baixos salários da época.

Mas o que ocorre quando o trabalhador não quer ser adestrado, o que ocorre quando a vadiagem insiste em permanecer presente e a prostituição torna-se um “mercado” rendoso escandalizando os moralistas de plantão?

As tensões, os conflitos físicos e verbais, as resistências e insatisfações populares, o medo proveniente da massa populacional desconhecida, a aceleração da vida, a instabilidade econômica e política, todos ingredientes de uma sociedade em transformação, de uma cidade que se queria moderna e em movimento, sendo que a ordem institucional e vertical deveria ser incondicionalmente obedecida e, para isso, seria cada vez mais fundamental o papel da polícia como elemento mediador e como fiscalizador da sociedade.

Os capítulos seguintes tratarão exatamente desse papel, destacando os caminhos de aperfeiçoamento técnico tomados pela organização policial, desde as primeiras tentativas de organização policial ainda na república velha, desembocando na década de 1930-45 sob a égide do Estado Novo, onde o discurso oficial converge no sentido de dar ao corpo

policial maior dinamicidade e coesão. Porém, mostrará igualmente as falhas e as limitações dessa Polícia que estava naquele momento buscando acompanhar o discurso getulista de desenvolvimento do país, como pólo atrativo de investimentos e como nação, fortificado pelos ideais nacionalistas, sustentados pelo governo vigente.

## CAPITULO 2

### ATUAÇÃO POLICIAL: ORIGENS HISTÓRICAS E ATUAÇÃO NA REPÚBLICA VELHA

#### 2.1 – O Ato de policiar: origens históricas e aspectos gerais

O termo “polícia” origina-se da palavra grega “politéia”, passando para o latim “politia”, que serviria para designar a totalidade das atividades estatais da “polis”, no sentido da administração pública de constituição da cidade.<sup>36</sup>

Já nos séculos XVIII e XIX o termo “polícia” seria usado para designar a administração civil e interna do Estado, adquirindo posteriormente um sentido mais específico de encarnar a ação do governo enquanto tutor da ordem jurídica e tranqüilidade pública.<sup>37</sup>

No geral torna-se importante entender que para se concretizar a atuação policial de fato e de direito, alguns fatores são fundamentais, como ser gerenciado pelo poder público, não podendo ser as funções policiais exercidas por particulares; ter previamente definido a que fim se destina a atuação policial, ou seja, o de assegurar a paz e a ordem social, tendo todos os indivíduos “o mesmo peso na balança”, e, por fim, limitar os excessos de liberdade individuais, em nome da coletividade, garantindo direito à propriedade privada, progresso espiritual e material.

---

<sup>36</sup> BEZNOS, Clóvis. *Poder de Polícia*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1979, p. 2

<sup>37</sup> ROCHA, Luiz Carlos. *Organização policial brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 2.

Como organização, a Polícia tornou-se a expressão fiscalizadora, a mão do Estado, que gerencia a manutenção da ordem pública.

No Brasil, em 1894<sup>38</sup>, ocorreu a divisão do sistema policial em polícia administrativa e polícia judiciária, sendo essa uma adaptação do sistema policial francês, instalado durante o período da Revolução Francesa.

Esse modelo de policiamento priorizava, em um primeiro momento, assegurar a ordem pública, no sentido da manutenção da República, recém instaurada. Ou seja, a polícia tinha como ordem precípua, defender o Estado de qualquer pretensão inimigo declarado ou potencial.

Portanto, se torna muito importante compreender essa divisão, pois são atuações policiais, que têm atribuições diferentes, mas que se complementam quanto aos objetivos acima citados. Pois que, à polícia administrativa atribui-se a tarefa preventiva, quando essa age no sentido de manter a ordem, prevenindo a prática de delitos ou de desvios de comportamento.

No âmbito da atuação policial, algumas características seriam atribuídas como atividades singulares da política administrativa, dentre elas encontra-se a atividade negativa. Seria negativa a atuação policial por ser funcional apenas no sentido de impedir o indivíduo de perturbar “valores albergados no sistema normativo, tais como a ordem, a segurança, a tranqüilidade, a moralidade, a salubridade pública”.<sup>39</sup>

Ou seja, a função policial, ao contrário do procedimento normal do serviço público, que é o de prestar o serviço à população, em prol da satisfação da coletividade teria uma função prescritiva, que regulamenta as atividades privadas, contendo os exageros de certas

---

<sup>38</sup> ROCHA, op. cit., p. 7.

<sup>39</sup> Beznos, op. cit., p. 18.

atividades que atentam contra o interesse geral. Nesse sentido, a polícia nada cria, limitando-se a estabelecer apenas o que o indivíduo “não deve fazer”.

Bezanos admitia, em certo sentido, ser a atuação policial uma atividade negativa, salientava, contudo, que em algumas circunstâncias a atuação policial reveste-se de autoridade para obrigar o indivíduo a praticar determinada ação. Como exemplo cita a vacinação, uma obrigação imposta pelo poder público aos indivíduos como algo a se fazer (sendo positiva nesse sentido) para evitar contaminação por moléstia contagiosa, o que poria em risco a saúde pública.

Atividade policial poderia ser considerada positiva no sentido de prover para a coletividade o cumprimento do sistema normativo, como algo necessário para o bom convívio e o desenvolvimento social, estando claro ser essa discussão uma questão de ponto de vista.

A auto-executoriedade, seria uma outra atividade atribuída à atuação da polícia administrativa, significando que a mesma poderia decidir por certas intervenções sem consultar diretamente o poder judiciário. Nesse sentido, poderia impor, administrativamente, medidas que julgasse necessárias à contenção de atentados, que a polícia julgasse evitar. Dentre elas, estão algumas sanções de polícia, como a aplicação de multas, se apresentando também através da interdição de atividades, demolição de construções, fechamento de estabelecimentos, proibição de fabricação de produtos nocivos, proibição de exibição de filmes, espetáculos ou anúncios publicitários, obviamente guardando a proporcionalidade da ação danosa e a sanção aplicada.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> SILVA, Carolina Machado da. *O poder de polícia e a delegação dos serviços públicos.*: Porto Alegre: PUCRS. Monografia, 2001, p. 39/40.

Claro que essa autonomia de poder deveria ter seus limites, dentro das cercanias das leis estaduais e da União, contudo, em alguns casos, o poder de polícia nutre-se dessa autonomia para revolver casos que exigem solução imediata, não se restringindo, entretanto, somente ao uso da coação e da violência explícita, pois, em alguns casos, os policiais usariam da palavra como um modo de diluir possíveis confusões e desvios de comportamento.

Contudo, a flexibilidade da aplicação da coação e da repressão, mesmo não sendo uma exclusividade da polícia, tornar-se-ia, nas mãos de policiais despreparados, um explosivo complicador, que teria diversos desdobramentos, nem sempre sendo esses corretos em sua conclusão. O poder público deveria ter muita cautela no emprego de meios coativos, pois sua aplicação deve sempre ser restrita tão somente à defesa dos interesses públicos, limitando-se a essa finalidade.

Igualmente, tem-se por hábito atribuir à polícia administrativa um caráter preventivo, no sentido de evitar que a perturbação social ocorra ou se agrave, impedindo as infrações das leis, regulamentando, enfim, o convívio social.

A polícia judiciária, em contraposição a polícia administrativa, atua com a função investigatória de caráter criminalístico, atuando na compreensão e solução de crimes mais sofisticados. Sua intervenção ocorre a partir do momento em que uma infração já foi cometida, “no sentido de constatá-la, identificar seus autores, reunir as provas do fato, com finalidade de assim permitir a atuação jurisdicional penal do Estado”.<sup>41</sup>

Portanto, é função da polícia judiciária investigar o ato já praticado e não impedir que ele aconteça. Sua função implica em achar indícios que comprovem as práticas criminais e seus executores, dentre elas estão: efetuar buscas e apreensões; determinar, caso

---

<sup>41</sup> Beznos, op. cit., p. 41.

haja necessidade, que se faça exame de corpo de delito; autuar em flagrante, instaurar inquéritos policiais e processar contravenções penais. Sua atuação investigativa ocorre sempre de maneira mais discreta possível, usando técnicas de observação, de campana, de disfarce e infiltração, visando com isso maior êxito nas investigações. Nos locais do crime, usam-se técnicas de preservação, classificação das provas, perícia e conservação do local do crime impedindo inclusive o acesso dos familiares das vítimas.<sup>42</sup>

Obviamente, compreender a função da polícia somente pelo viés administrativo e jurídico não abarca toda a complexidade do tema. Nesse sentido, outros elementos de significativa importância são necessários, para explicar de maneira mais abrangente os problemas e as qualidades da atuação policial. Dentre eles, estão o foco de estudo centrado na polícia, enquanto organização corporativa, com seus regulamentos, seus códigos de atuações, previamente estabelecidos nas escolas ou academias de polícia, e por outro lado a atuação do policial enquanto agente receptor de tais regulamentos, sua aplicação ou não do que lhe é previamente ensinado e principalmente a eficácia de tais procedimentos no seu âmbito técnico-científico e social.

Segundo Marcos Bretas, o estudo da polícia enquanto instituição, assim como o relacionamento dela com os cidadãos teriam origem recente. Afirma que “nos Estados Unidos foi no bojo dos grandes conflitos raciais da década de 1960, onde a participação da polícia foi posta em xeque, que ela tornou-se uma preocupação acadêmica”.<sup>43</sup>

Atrelado a isso, está, em sua opinião, a ampliação do conceito de história social, reelaborado por Thompson e George Rude, que propiciou à historiografia preocupar-se e

---

<sup>42</sup> ROCHA, Luiz Carlos. *Investigação Policial – teoria e prática*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1998, p. 53.

<sup>43</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 19.

problematizar temas como crime e os agentes de segurança do Estado como fonte de pesquisa histórica. O sistema organizativo do corpo policial em linhas gerais, implica na formação profissional de homens que, ao final de um determinado período de treinamento, deveriam ter um comportamento-padrão com objetivos pré-definidos, entre eles a defesa da lei e da ordem.

Esses objetivos seriam ensinados, porém, sem que houvesse a devida explicação sobre seus significados, contraditórios frequentemente. Em determinadas ações, por exemplo, o comportamento do policial no afã de fazer cumprir a lei, poderia comprometer a ordem, dificultando o caminho para a resolução do problema. Contudo, haveria situações em que a intervenção policial seria conduzida de maneira divergente do padrão estabelecido e que mesmo assim, a paz, a lei e a ordem vigentes seriam restauradas através de atuações competentes e criativas.

O que está em questão é, em que medida o comportamento policial torna-se independente dos desígnios escolares? Em que medida a atuação policial deixa de ser impessoal para tornar-se pessoal no tratamento cotidiano nas ruas, na cena do crime, ou no escritório, através das investigações ou formulações de inquéritos?

Bretas expõe, citando um trabalho de Donald Black, pesquisador que fez uma detalhada análise do cotidiano policial no ano de 1966, ter o policial quatro estilos de atuação ou estilos de “controle social” como define, sendo eles o estilo penal, compensatório, o terapêutico, e o conciliador.

No estilo penal, o indivíduo seria definido como alguém violador de uma proibição, passível de condenação e castigo. No estilo compensatório, o indivíduo seria compreendido como alguém que falhou, mas que deve somente restituir à vítima o dano causado, sem a necessidade de sofrer uma pena mais grave. O estilo terapêutico compreende ser o

indivíduo alguém cujo comportamento e condutas são anormais, necessitando assim de ajuda psicológica (hábil fuga de grandes criminosos). Por fim, pelo estilo conciliador, o policial compreende ser o indivíduo alguém que teve um comportamento desviante, ao nível de um conflito social, sendo necessário um entendimento, sem olhar quem está certo ou errado.

Esses quatro estilos seriam e ainda são aplicados conforme a situação em que cada policial se encontra, pois mesmo que leve na sua bagagem profissional uma gama de conhecimentos e conceitos jurídicos e acadêmicos, em verdade o policial reserva para si

um repertório de opções fora da legalidade, das quais lança mão de acordo com a sua visão dos ‘fatos’. Numa forma simplificada podemos dizer que o leque de opções abrange da decisão de não intervir, não ver o que se passa, até o emprego da violência. A seleção do procedimento se faz através de um conhecimento organizacional – não ensinado nas escolas – que, em última instância, qualifica a cidadania dos envolvidos, através de valores atribuídos a cor, idade, sexo, nível sócio-econômico etc.<sup>44</sup>

Isso implica em compreender que a atuação policial pode variar de acordo com a situação em que se depare, sem maiores prejuízos, desde que saiba “com quem está se metendo”. E mais, esse conhecimento organizacional é aprendido fora do alcance e do controle da cúpula comandante, em alguns casos. Esse caminho de análise busca uma redefinição do padrão de atuação, pois o policial deixa de ser visto como um elemento que teria atuações meramente mecânicas, principalmente quando o assunto é violência e repressão.

---

<sup>44</sup> Bretas, op. cit., p. 22.

Ao contrário, o que se observa é que o policial deixa de ser um simples agente a serviço do Estado, e torna-se um ator que intervém no meio social com autonomia, quer seja com violência, quer seja com cautela ou malícia. E se o policial age com certa autonomia cabe a nós investigarmos nos capítulos seguintes de que maneira esse policial vai interagir em Porto Alegre, com as inovações tecnológicas e científicas propostas para as décadas de 1930 a 1945, e as realidades sociais com as quais se depararia no cotidiano da capital. Porém para chegarmos a um melhor entendimento desse período, e suas inovações é necessário compreender o período anterior, no qual a atuação policial era revestida de precariedade e amadorismo, contudo a partir do final do século XIX, conforme mostraremos essa realidade seria gradativamente alterada pela elite governante.

## **2.2 – Brasil: um lento processo de organização dos serviços policiais**

Por mais de trezentos anos, em período que vai de 1500 a aproximadamente 1830, os crimes e a punição dos criminosos ficariam a cargo das leis portuguesas e do direito informal e pessoal, exercido pelos donatários das Capitânicas Hereditárias. No Brasil-colônia, as leis, assim como às responsabilidades jurídicas e policiais, eram muito confusas, não existindo um papel de atuação policial definido.

Os donatários governavam com tirania, dispendo ao seu bel-prazer da vida e da liberdade dos jurisdicionados. Com todos os poderes em mãos, a polícia e a justiça eram exercidas com violência, contra aqueles que não tinham direito algum. Assim, para os peões, escravos e gentios que cometessem algum crime a pena de morte poderia ser

imposta sem problemas, enquanto pessoas “de maior qualidade” teriam penas mais reduzidas, não podendo exceder prisão de dez anos e multa de 100 cruzados.<sup>45</sup>

Durante o período em que se manteve em condição de Reino-Unido, o Brasil, sob comando Dom João VI, através do Alvará de 10 de maio de 1808<sup>46</sup>, começou a dar os primeiros passos, embora lentos, para a organização dos serviços policiais e jurídicos no país. Através desse alvará, foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, o que tornaria o Intendente absoluto em termos de aplicação jurídica e policial e “sua palavra a única expressão de mando. Certo, com esses poderes amplos, irrestritos, muita coisa houve de excessiva e arbitrária, ou discricionária”.<sup>47</sup> A função da polícia nesse momento estaria mais relacionada à organização urbana do que ao combate da criminalidade, sendo que lhe competia a função de aprovar arruamentos na cidade, cuidar da conservação de ruas, praças e asseios públicos, etc.

Rapidamente, no entanto, o Regente, reconhecendo o erro cometido, dividiria os poderes do Intendente com a magistratura, dando a esta autonomia para julgar e libertar ou não infratores sem a autorização do Intendente. É interessante destacar que a partir desse momento a Justiça, rapidamente, teria consciência de sua força enquanto instituição, buscando gradativamente a autonomia política e jurídica do Brasil.

Já no Brasil império haveria uma maior preocupação em sistematizar a atuação policial. Em 4 de novembro de 1825 seria criado o cargo de comissário de polícia, no Rio de Janeiro e demais Províncias em que houvesse a necessidade de fazê-lo. Sua função seria a de cumprir as ordens provenientes do Intendente Geral e seus Delegados, fiscalizando o

---

<sup>45</sup> PESTANA, José César. *Manual de Organização Policial do Estado de São Paulo*. São Paulo: s/e. 1957, p. 21.

<sup>46</sup> VIEIRA, Hermes; OSWALDO, Silva. *História da Polícia de São Paulo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955. p. 44.

<sup>47</sup> VIEIRA, op. cit., p. 45.

cumprimento das mesmas no âmbito de sua jurisdição. Nesse contexto, cria-se a Guarda Municipal, em 1831, dividida em esquadras de vinte e cinquenta homens, estando cada esquadra sob ordens dos Comandantes de esquadras, que, por sua vez, estariam subordinados ao Comandante Geral.

O gerenciamento de todos os corpos de guarda, nomeação de comandantes ficaria sob responsabilidade dos juízes de paz, de acordo com as orientações recebidas do governo das Províncias. E dentro daquilo que parecia ser uma prática e falta de segurança administrativa por parte do imperador, criou-se, também em 1831, a Guarda Nacional, em substituição às guardas municipais, e os corpos de milícias, sendo que essa guarda atuaria em todas as Províncias do império.

Em 1832, organiza-se o poder Judiciário brasileiro e cria-se o Código de Processo Criminal, elaborado por Alves Branco, que confia ao Juiz de Paz as atribuições policiais, estabelecendo a divisão territorial do país em distritos, termos e comarcas. Através desse código, ficaria estabelecida a divisão dos distritos de paz em termos e comarcas, sendo que

cada distrito teria um juiz de Paz, um escrivão, tantos inspetores quantos fossem os quarteirões, e os oficiais de justiça que parecessem necessários; cada termo, um Conselho de Jurados, um Juiz Municipal, um Promotor Público, um escrivão das execuções e os oficiais de justiça que os juízes julgassem necessários; cada comarca, um juiz de Direito, e, nas cidades populosas, até três juízes de direito com jurisdição acumulada, sendo um deles Chefe de Polícia.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> PESTANA, op. cit., p. 24.

O posto de Chefe de Polícia, entretanto, não teria uma função definida, nem jurisdição de atuação demarcada, ficando com o poder reduzido frente ao Juiz de Paz, que deteria toda a autoridade criminal e policial.

Duras críticas provieram de diversas partes do país, principalmente dos Ministros da Justiça, por constatarem ser esse código excessivamente liberal, o que tornava o poder central diluído frente à fortidão das paixões e dos poderes locais.

O desmando central era tanto que sequer tinha o Regente o direito de escolher quem nomear, principalmente as autoridades que teriam a função de observar a aplicação correta das leis, apurar a existência dos delitos ou prender os criminosos. As autoridades locais estariam atuando mais segundo seus posicionamentos políticos do que segundo os preceitos jurídicos. As pressões por mudanças na legislação causaram embates entre os liberais, contentes com o enfraquecimento imperial, e os conservadores, leais ao mesmo.

Em 1841, o que ocorre é exatamente o contrário. Em 3 de dezembro, através da lei nº 261, suprimiu-se o poder do Juiz de Paz, e em contrapartida o Chefe de Polícia, agora com atribuições judiciárias, confundiria justiça com polícia, ocasionando situações de violência e arbitrariedades.

Esses eram os dilemas do império, que, agravados pelos interesses locais e regionais, foram contribuintes decisivos para a implementação da República.

Em verdade, o período imperial apresenta-se como um momento em que a guerra de poderes e posicionamentos políticos-ideológicos punha em choque liberais e conservadores. A atuação policial, reflexo dessa guerra, ora ficaria a cargo do Juiz de Paz, ora do Chefe de Polícia, sendo que ambos extrapolariam a lei à qual teriam de se submeter. Caberia uma tentativa definitiva, à de separar completamente a função policial da função judicial, atribuindo funções que trouxessem equilíbrio de poderes, ao mesmo tempo em que os

deixassem sob o controle do império. Essa tentativa se concretizou através da lei nº 2.033, sancionada dia 20 de setembro de 1871.

Para a polícia, ficou a missão de instaurar o inquérito policial, um importante instrumento que auxiliaria sobremaneira o trabalho dos juizes, esses imbuídos do julgamento dos crimes, sem, contudo interferir no inquerimento das testemunhas.

Com essa divisão já estabelecida, o Brasil republicano apenas tratou de ratificá-la. A Constituição de 1891, de autoria de Rui Barbosa, deixou claro que não mais a polícia judiciária teria qualquer direito de iniciativa de pronunciamento e qualquer função decisória. E foi além, a Constituição de 1891 na prática (juridicamente falando) pôs fim às violentas punições, históricas em nosso país. Isso porque se a Constituição de 1824 teria abolido os açoites, a tortura e a marca a ferro quente, Rui Barbosa daria garantias constitucionais de que não mais haveria pena de morte<sup>49</sup>, o banimento judicial e que os crimes do réu fossem revertidos para seus familiares.

Nenhuma pessoa poderia mais ser presa, salvo flagrante delito, e nem permanecer na prisão sem uma culpa formada com documentação previamente apresentada pela autoridade competente, quando a lei assim determinasse.

Os estados passaram a ter competência para legislar sobre os sistemas penais, processos civis e criminais, assim como autonomia para organizar sua própria polícia.

A União, entretanto se manteria sempre alerta, visando limitar o poder dos estados, contendo excessos e o uso das forças policiais como milícias estaduais. Essa forma constitucional seria mantida até 24 de outubro de 1930.

---

<sup>49</sup> Reservadas as disposições da legislação militar em tempos de guerra.

### **2.3 - Os primeiros passos da polícia como organização no Estado e na Capital: sistemática de serviço**

No Rio Grande do Sul, como não poderia deixar de ser, as transformações do corpo policial seguiram os moldes dos acontecimentos nacionais. A falta de definição por parte dos que detinham poder no Estado ocasionava abusos, violência e repressão, sem que houvesse por parte do cidadão desfavorecido um órgão verdadeiramente imparcial para recorrer.

À medida, entretanto, que as cidades sofriam um processo de crescimento, tanto ao nível econômico quanto ao nível populacional, os corpos políticos responsáveis sentiram a necessidade de organizar o ritmo e os percalços de tal desenvolvimento. Ter uma polícia mais técnica, profissionalmente orientada pelos melhores postulados da época, era fundamental para que a mesma mostrasse a eficiência exigida pelo governo republicano que iniciava sua era administrativa, tanto ao nível estadual quanto municipal.

Nesse sentido, os primeiros esforços notórios evidenciam-se a partir de 1896, com a promulgação da lei nº 11<sup>50</sup>, de 4 de janeiro, pelo então Presidente do estado, Júlio de Castilhos, que procura dar à polícia um caráter organizacional mais vigoroso, procurando atender aos novos desafios que se impunham. Através dessa lei, composta por 79 artigos, a polícia teve promulgado seu primeiro estatuto.

Traçou-se a divisão entre polícia administrativa (preventiva), que ficaria sob comando dos municípios, e a polícia judiciária (repressiva), que ficaria sob o comando do

---

<sup>50</sup> GIULIANO, João. *Esboço Histórico da Organização da Polícia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957, p. 19.

Estado. À polícia administrativa caberia prevenir os crimes mediante uma vigilância constante e sistemática.

O policial municipal poderia inspecionar teatros, hipódromos e espetáculos públicos, visando manter a tranqüilidade na Capital. Em caso de detenção de indivíduos desordeiros, bêbados ou prostitutas, a prisão não poderia exceder um tempo maior que 24 horas, sob pena de estar cometendo abuso de poder.

No topo da cadeia de comando, o Intendente teria o papel de gerenciar e fiscalizar todo o serviço policial preventivo nos territórios de seu município. Para isso, poderia ser auxiliado pelos serviços dos Sub-intendentes, seus imediatos, que teriam função policial nos respectivos distritos.<sup>51</sup> Ao Sub-intendente caberia a função de administrar seu respectivo distrito, sendo que cada distrito teria quantos postos policiais a Intendência julgasse necessários.

A responsabilidade de cada posto policial (equivalente à delegacia em âmbito estadual), caberia ao auxiliar, que basicamente responderia por quaisquer alterações ocorridas em seu perímetro de atuação, sendo sua obrigação comunicar ao sub-intendente qualquer alteração ocorrida, quer seja essa alteração relativa a prisões ou conflitos entre os agentes e populares, quer seja por indisciplina, omissão ou excesso no cumprimento do dever por parte dos seus funcionários. Para isso, o auxiliar teria de, pelo menos uma vez por dia, fazer a ronda por todo o perímetro correspondente ao seu posto, fiscalizando seus imediatos e atualizando-se quanto ao andamento do serviço.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> Maiores firmações: Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Leis, decretos e atos do governo do Estado no ano de 1896*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas, 1926.

<sup>52</sup>. Fonte: Arquivo Moysés Velinho – Regulamento da Polícia Administrativa de 1914, capítulo III, art.25-44.

Imediatamente abaixo na cadeia de comando encontram-se os inspetores e agentes policiaes. Ambos deveriam estar, quando de serviço, devidamente uniformizados e com seus distintivos e numeração de matrícula visível.

O inspetor era o responsável pelo grupo de agentes do seu posto. Como função básica, deveria acompanhá-los até os respectivos quadros, onde os agentes iniciariam seus serviços de patrulhamento e em contrapartida render os agentes que nesse quadro se encontravam. Sendo assim, os agentes em serviço nos quadros jamais poderiam deixar seu quadro de seção sem a autorização dos inspetores.<sup>53</sup>

A rotina de patrulhamento deveria ser feita de forma que os agentes estivessem sempre em movimento, estando os mesmos dispostos no meio da rua para uma melhor vigilância, não podendo parar para conversar, principalmente com meretrizes, a não ser se houvesse necessidade extrema.<sup>54</sup>

Os agentes deveriam empregar os meios necessários para conhecer todos os habitantes de sua seção, para que pudessem melhor protegê-los e vigiá-los, assim como as suas propriedades. Da mesma forma, inspetores e agentes deveriam conhecer todas as ruas e becos de seu perímetro de ronda, como também as demais ruas da capital, para dar uma melhor informação às autoridades e a recém-chegados à Capital.

Em caso de prisão por qualquer crime, o agente deveria imediatamente levar o detido à presença de um auxiliar e, caso não pudesse retornar a seu posto de imediato, deveria comunicar ao inspetor de dia, e este providenciaria a reocupação do posto por outro agente de plantão.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho – Regulamento da Polícia Administrativa de 1914, capítulo IV, art. 60.

<sup>54</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho – Regulamento da Polícia Administrativa de 1914, capítulo IV, art. 62.

<sup>55</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho – Regulamento da Polícia Administrativa de 1914, capítulo IV, art. 68.

O regulamento da polícia administrativa de 1914, sancionado pelo Intendente José Montaury e reeditado em 1928, sem muitas alterações, prescrevia todas as condições possíveis para o bom andamento dos serviços policiares na capital, impondo a todos os funcionários envolvidos na função de policiamento normas de comportamento.

Através desse regulamento, nota-se uma nítida tentativa de frear o ímpeto individual de atuação de cada policial, dando-lhe orientações sistemáticas para uma atuação padrão nas ruas da capital ou nos postos policiares.

O policial deveria ser alguém responsável e respeitável, trajando adequadamente seu uniforme, tendo uma aparência apreciável, com barba e cabelo sempre aparados. Sua conduta em serviço deveria ser firme e segura, mas nunca faltando com respeito, quer seja com seus colegas e superiores, quer seja com o público em geral.

A exigência de uma perfeita conduta policial, visando ganhar a confiança e o respeito da população, extrapolaria o ambiente de trabalho atribuindo ao agente de polícia uma conduta reta, inclusive em seu ambiente familiar ou na cidade, enquanto não estivesse em serviço, conforme as disposições gerais do mesmo regulamento que destacava: “O agente de polícia deve ser honrado, de bons costumes, circunspeto e de maneiras delicadas, para dar exemplo de moralidade”, ainda “em suas relações de família, deve observar uma conduta exemplar, porque o agente que tenha faltas graves na vida privada, carece da moralidade necessária para fazer parte da polícia municipal”.<sup>56</sup>

Jogos de azar, envolvimento com meretrizes, dívidas impagáveis, frequentar ambientes de baixo calão, tudo isso era estritamente proibido e claramente documentado

---

<sup>56</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho Regulamento da Polícia Administrativa de 1914, título II disposições gerais, Art. 85/87.

via regulamento, fechando o círculo de controle exercido pelos donos das fábricas em seus trabalhadores conforme exposto no capítulo anterior.

À polícia judiciária caberia a função investigativa, devendo executar “as diligências necessárias para a verificação da existência de algum crime, contravenção, descobrimento de todas as circunstâncias e dos delinquentes, tais como: a) corpo de delito direto; b) exames e buscas para apreensão de documentos e instrumentos; c) obtenção de outros quaisquer provas e esclarecimentos”.<sup>57</sup>

O policial através de sua representação jurídica estaria imbuído da responsabilidade de executar prisões em flagrante delito ou mediante mandato previamente expedido. Poderia entrar em qualquer estabelecimento público no estado assim como na Capital, independente do horário e das possíveis formalidades impostas, desde, é claro, que estivesse em serviço e devidamente identificado.

No topo da cadeia de comando, estaria o Chefe de Polícia, sendo diretamente subordinado ao Presidente do Estado, responsável por sua nomeação.

Ao chefe de Polícia caberia a missão de comandar as ações da polícia judiciária em todo o estado, propondo ao governo a nomeação dos Sub-chefes de polícia ou levando ao conhecimento dos mesmos possíveis desvios de conduta dos seus subordinados, para posteriores advertências ou punições.

No conjunto de suas funções, estaria o Chefe de Polícia, incumbido de elaborar o código de polícia, leis, regulamentos e ordens em vigor, sendo que essa deveria passar pela aprovação do governo. Deveria manter informado seu superior imediato, o Secretário de

---

<sup>57</sup> Fonte: Arquivo do Rio Grande do Sul. Lei estadual de nº 11 de 4 de Janeiro de 1896, Título II, cap. I, art. nº 9.

Estado dos Negócios do Interior e Exterior, com relatórios detalhados sobre entrada e saída de pessoas da Capital, entrada e saída de presos da Casa de Correção, assim como quaisquer alterações mais significativas ou relatórios de investigações de crimes de maior repercussão.

Tinha a liberdade de propor ao governo novas leis que julgasse convenientes para o bom andamento do serviço policial, tendo igual liberdade para propor à Intendência medidas sobre assuntos relativos à Polícia Administrativa.

Para obter uma melhor performance, o território do estado foi dividido em regiões policiais a cargo dos sub-chefes de polícia, também nomeados pelo chefe do Executivo, sendo que esse cargo deveria ser preenchido preferencialmente por delgados de destacada aptidão e denodo. Cada região deveria compreender pelo menos dois municípios e o Sub-chefe teria a função de fiscalizar o serviço policial em todo o território das regiões de sua responsabilidade, remetendo ao Chefe de Polícia relatórios, nos quais deveriam constar quaisquer alterações ou simplesmente a confirmação do bom andamento do serviço.

Assim como seu superior, o Sub-chefe tinha como dever de fiscalizar e representar ao Chefe de Polícia, caso fosse necessário, atitudes provenientes de seus subordinados que tenham cometido abuso de autoridade ou omissão nos casos em que deveriam se fazer presentes.

O delegado e o Sub-delegado tinham como responsabilidade a manutenção e fiscalização dos serviços nos municípios, sendo que o sub-delegado ficaria responsável pelas delegacias do seu distrito. Ambos deveriam sempre fazer relatórios aos seus respectivos superiores apontando problemas e destacando o bom andamento dos serviços policiais. Ainda sob responsabilidade do Delegado, estaria o dever de enviar ao juiz distrital os relatórios de investigações procedidas com todos os dados recolhidos, depoimentos e

exames de corpo delito, se houvesse necessidade, sendo que com esse relatório em mãos o juiz poderia abrir processo judicial contra as partes envolvidas.

Para a valorização dos policiais, foram criados prêmios honoríficos e pecuniários, para recompensar bons serviços prestados por funcionários, empregados e agentes da polícia.<sup>58</sup>

Já em 1907, o então Presidente do Estado, Borges de Medeiros, através do decreto nº 2.269, dividia o estado em três regiões policiais, a 1ª região em Porto Alegre, a 2ª região em Santa Maria e a 3ª região em Pelotas.

Nesse ímpeto de reorganizar dinamizando tecnicamente os serviços policiais, Borges criaria, em 12 de agosto de mesmo ano, o Gabinete de Identificação, com atribuições de Antropometria e Estatística, que tinha como funções a identificação civil e criminal, no caso dos contraventores, usando o sistema fotográfico e datiloscópico de Vucetich.

O Gabinete Médico-Legal colaboraria na identificação de cadáveres desconhecidos, manchas suspeitas (sangue e outros), auxiliando nas investigações, e o setor de estatística proveria publicações periódicas dos mapas estatísticos de crimes e contravenções, entrada e saída de prisioneiros e o movimento da população flutuante.

Em 19 de abril de 1917, através do decreto nº 2.260, seria criada a Chefatura de Polícia, em substituição à Secretaria da Polícia. A partir desse decreto, cidades como São Leopoldo, Cachoeira e Uruguaiana teriam à sua disposição delegacias específicas, sem mais dependerem de outras regiões para a prestação dos serviços policiais.

---

<sup>58</sup> Giuliano, op. cit., p. 20.

Em 1924, o Gabinete de Identificação sofreria algumas alterações, sendo dividido em três seções; seção de identificação civil e criminal; fotografia e arquivo datiloscópico; informações e estatística criminal e policial e cancelamento de notas.<sup>59</sup>

Desde 1896, a Casa de Correção ficaria sob responsabilidade da polícia judiciária, tendo como responsável direto o administrador, auxiliado por um escrivão guarda-mandante e cinco guardas. Quadro funcional que se tornaria mais complexo em 1917, através do decreto nº 2.260, de 19 de abril, ficando assim formado: administrador; um ajudante de administrador, dois escriturários; 3 guardas-mandantes; 17 guardas; um farmacêutico; 3 serventes; 1 professor; 2 mestres de oficina (com gratificações); 1 almoxarife; 1 guarda-livros; e um funcionário eletro-técnico. Indício de que a prestação desse serviço também se tornara mais complexa.

Em verdade, a lei de janeiro de 1896, a as demais leis e decretos que se sucederam não significaram a criação dos serviços policiais, mas sua reorientação, visando, e esse era o discurso da época, tornar o serviço mais dinâmico, e ao mesmo tempo ter, sobre a população que se multiplicava e seus comandados, um maior controle, tomando precauções para acomodar as diversas situações de crimes e conflitos que estariam ocorrendo no interior e principalmente na Capital por conta da insatisfação popular.

Obviamente, Porto Alegre não estava isolada nesse esforço controlador. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, dentre outras, também estavam convergindo para os mesmos procedimentos técnicos com o intuito de melhorar seus serviços policiais.

No Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, o serviço policial seria regulamentado nos anos de 1892, 1900 e 1903, respectivamente, através dos decretos nº 1.034A, 3.640 e

---

<sup>59</sup> Ibid., p. 23.

4.763, todos ratificando o papel da polícia como indispensável para a manutenção da ordem e a proteção dos direitos individuais dos cidadãos cariocas.

Através do decreto 3.640, de 14 de abril de 1900, instituiu-se na cidade carioca a identificação antropométrica obrigatória dos réus presos, conforme o sistema de Bertillon, sendo logo substituído pela identificação de datiloscópica de Vucetich.<sup>60</sup>

Assim como em nosso estado também o estado carioca, o Chefe de polícia era a figura responsável pela segurança pública, tendo como seus subordinados os delegados auxiliares. Sua nomeação e supervisão se davam pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça. Sua função era, conjuntamente com os demais delegados, fiscalizar teatros, prisões, inspecionar veículos, formação dos autos do corpo delicto, prover estatísticas criminais, concessão de passaporte e relatórios obrigatórios.

A cidade carioca, em 1903 seria dividida em vinte circunscrições urbanas e oito suburbanas, cada uma com seus respectivos delegados.

O policiamento ostensivo era feito, em 1905, pela então Força Policial do Distrito Federal. Seu comandante era subordinado diretamente ao Ministro da Justiça.

Para fazer parte do efetivo militar, o cidadão deveria ser maior de 18 anos, saber ler e escrever, e não ter idade superior a 40 anos, totalizando, em 1905, um efetivo de 4.668, divididos entre oficiais e praças.

O Estado de São Paulo por sua vez, sendo pioneiro nas modificações dos serviços policiais, em 1891 já implementava uma série de serviços posteriormente implantados pelos demais estados. Entre as principais medidas estão a atribuição ao Chefe de Polícia para nomear médicos, escriturários e outros empregados que achasse necessário contratar. Em

---

<sup>60</sup> Bretas, op. cit., p. 38.

outubro de 1894, a polícia já ensaiava os primeiros passos de uma polícia da carreira, pois, através do decreto de nº 264 desse ano, “houve o aumento de pessoal, definição da hierarquia funcional e de promoções segundo o merecimento e a antiguidade do servidor, reafirmação da exigência de concurso para o ingresso no funcionalismo policial e a criação do cargo de oficial de gabinete para o Chefe de Polícia”.<sup>61</sup>

Na parte administrativa, foram atribuídas funções que abrangiam o controle estatístico e contábil, a fiscalização de veículos, licenças para divertimentos públicos e obviamente o policiamento ostensivo. Em 1897, era criado em São Paulo o Gabinete de Identificação, utilizando igualmente o sistema antropométrico de Bertillon.

Em suma, as modificações pelas quais passariam as diversas organizações policiais no Brasil, e em especial aqui em nosso estado, evidenciam a tentativa governista de estar sempre se atualizando frente às transformações aceleradas pelas quais passavam as grandes cidades, principalmente as capitais, a fim de controlar qualquer distúrbio urbano.

Semelhante também é o esforço das organizações policiais em criar uma polícia de carreira, com identidade própria. Visavam com isso uma maior segurança na permanência de seus empregos, melhor reconhecimento por parte das autoridades públicas e da população e, principalmente, maior autonomia frente à intervenção política, para que a atuação policial fosse guiada por decisões jurídicas-processuais e não por imposições político-partidárias. Isso porque a Polícia, por teoria, deveria ser um órgão com a função primeira de defender a todos os cidadãos, independente da posição social, sendo assim uma polícia imparcial.

---

<sup>61</sup> VIEIRA, op. cit., p. 188.

## 2.4 – Os problemas de policiamento: conflitos com a população e desvalorização profissional

Se nos baseássemos apenas nas leis e nos regulamentos descritos, seríamos levados a acreditar que o serviço policial na capital estaria sendo executado a contento, que o sistema policial, quer seja no âmbito municipal, quer seja a nível estadual, da maneira como era gerenciado, estaria agradando tanto aos policias quanto os populares. Entretanto, a realidade era completamente diferente, como exemplifica o jornal *O Independente*:

No atual momento em que as classes mais ou menos remuneradas lutam com duras dificuldades para suportar o peso da carestia, vem-nos a lembrança de que piores obstáculos devem atravessar o guarda municipal, devido à escassez de vencimento que recebe desde o auxiliar ao simples guarda.<sup>62</sup>

A reportagem retrata as dificuldades que fariam parte da realidade dos servidores públicos aqui na capital, uma realidade que de diversas formas atingia a polícia como um todo. Em verdade, mesmo com as regulamentações propostas em detalhes, muito pouco foi feito para prover dignidade à atuação policial, ao nível de melhoria nas condições de trabalho e reconhecimento profissional no início do século.

As dificuldades salariais tornavam extremamente difícil o custo de vida do agente municipal, que ainda no primeiro ano de serviço teria de desembolsar uma quantia em relação a seu uniforme.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Fonte: Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa. “Guarda Administrativa”. Jornal *O Independente*, 22 de Julho de 1918.

<sup>63</sup> O agente recém-chegado deveria deixar como garantia dos fardamentos que receberia a quantia de 60\$000 (sessenta mil réis), que lhe seria devolvido caso permanecesse mais de um ano na corporação, quando então receberia o fardamento oficial. Maiores informações ver Regulamento da Polícia Administrativa de 1914.

Por outro lado, a atuação policial tornava-se extremamente prejudicada pela falta de preparo dos servidores, o que inegavelmente tornava o serviço uma tarefa espinhosa, onde o emprego da violência contracenava lado a lado com a inexperiência na prática do policiamento ostensivo na capital. Muitos policiais tinham origem humilde, completamente desconexo com os afazeres policiais, outros traziam os vícios das antigas corporações militares às quais serviam.

Não havia um tempo de treinamento específico para homens sem experiência. Os regulamentos e as rotinas de trabalho eram passados aos policiais com estes já em serviço e de maneira esporádica, por um instrutor que deveria organizar pequenos grupos, de modo que não atrapalhasse o andamento do serviço, instruindo e dando esclarecimentos a auxiliares, inspetores e agentes.<sup>64</sup>

Porém, essas instruções eram insuficientes e muitas eram as queixas provenientes de pessoas que se sentiam lesadas pelo exagero ou pela ineficiente conduta de alguns policiais municipais, com atuações que inclusive acabavam em morte das vítimas. Dentre eles, está um caso do jovem Joaquim Barcelos do Nascimento, que teria sido baleado pelo agente nº 146 da Polícia Administrativa.

Para averiguar o caso, foi formada uma comissão (geralmente composta por dois Sub-intendentes e/ou auxiliares), que teriam como missão coletar depoimentos dos envolvidos e exame de corpo de delito, para somente após encaminhar ao Intendente uma posição favorável ou não ao policial inquirido. O jovem Joaquim estaria roubando, segundo o agente 132, um lampião, quando foi detido. Esse depoimento, contudo não foi confirmado pelos outros dois agentes, 121 e 146, que também estavam no local. Logo após, Joaquim teria fugido por um banhado, sendo perseguido, ferido por um tiro disparado pelo

---

<sup>64</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velhinho – Regulamento da Polícia Administrativa de 1914. título VII, art. 216.

agente nº 146, Alcides Costa. No caso do jovem Joaquim, a comissão concluiu o caso afirmando que “parece não ter havido instinto por parte do agente 146 em matar Barcellos e sim irreflexão, leviandade e imperícia, estando, portanto sujeito à sanção penal, parecendo-nos estar o mesmo incurso no artigo 297 do código penal da República”.<sup>65</sup>

Esse caso demonstra, segundo o próprio inquérito, o despreparo desses agentes, primeiro por deixar o jovem escapar e segundo por disparar um tiro por um crime que não tinha se concretizado e um jovem que já estava desarmado.<sup>66</sup>

Salientasse o fato de o jovem ser negro (cor parda escura, segundo definido no inquérito citado). Este, segundo seu depoimento, teria fugido “de susto porque um dos agentes da patrulha disse para o companheiro – vamos amarrar este negro”.<sup>67</sup>

Outros casos de menor gravidade, mas de igual abuso, podem ser citados, como o caso de Dona Leopoldina de Leyria, que em março de 1901, foi espancada pelo agente Olegário da Silveira, por um chicote, devido a uma discussão que teria havido entre as partes envolvidas. A comissão decidiu por bem solicitar ao Intendente seu rebaixamento de cargo ou prisão.<sup>68</sup>

O desrespeito e os conflitos entre os servidores das diversas forças responsáveis pela segurança pública do estado faziam parte do cotidiano dos agentes de polícia administrativa, que freqüentemente defrontavam-se com militares do Exército e da Brigada Militar, conseqüência ainda da falta de uma legislação mais competente que estabelecesse os limites de atuação de cada força policial, seja ela civil ou militar, e punisse com maior rigor os abusos praticados.

---

<sup>65</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho. Inquérito Administrativo – 21 de Agosto de 1900.

<sup>66</sup> O jovem fora apreendido com uma faca e um cacete, e teria entregado sua arma no momento em que fora detido, antes de fugir.

<sup>67</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho. Inquérito Administrativo – 21 de Agosto de 1900.

<sup>68</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho. Inquérito Administrativo – 29 de Março de 1901.

Um dos mais violentos conflitos ocorreu em dezembro de 1910, em Porto Alegre, envolvendo agentes policiais e militares do 56º Batalhão de Caçadores, um regimento também localizado na Capital. O motivo do conflito seria uma vingança por parte desses militares contra os agentes, por acreditarem que seriam responsáveis diretos pela morte de um soldado do mesmo batalhão, de nome Dionísio de Souza, na noite anterior. Uma premeditação equivocada, já que em verdade, conforme ficaria posteriormente comprovado, nenhum agente teria qualquer participação nesse crime, uma vez que somente limitaram-se a recolher esse militar, que julgavam estar embriagado, pois não constataram nenhum ferimento. Dionísio, que entrou em coma e morreu pouco depois, teria sido violentamente agredido por particulares, decorrência de uma discussão acalorada.

Contudo, desconhecedores de tal versão, um grupo de militares revoltosos propiciaram na rua da Margem acontecimentos lamentáveis, de extrema violência, como se pode perceber segundo o retratado pelo inquérito administrativo instaurado:

as cenas que então se passaram foram de verdadeiro canibalismo. Um infeliz agente de nome Pedro Brum, caído, ferido mortalmente, sem sentidos é ainda acutilado pelos soldados, que por fim abandonam a vítima e voltam-se contra o agente Astolfo Moreira Lírio. Apertam o cerco e esse se defende ainda com todo o vigor, já exangue, a espada é arrebatada de suas mãos, e então o agente Chagas que a cavalo defendia-se de outro grupo, consegue irromper o círculo e num relance vendo seu companheiro já desarmado arremete a galope contra o grupo que cerca Astolfo, consegue romper o círculo e Astolfo ante aquele socorro corre desvairado...<sup>69</sup>

O caso de 1910 vitimou diversas pessoas, incluindo polícias, militares e inclusive o civil Claudino Alves de Oliveira, ferido ao ajudar o agente Astolfo, acima citado.

---

<sup>69</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho. Inquérito Administrativo – 21 de Fevereiro de 1910.

Lamentavelmente episódios como esses não eram exceções, e sim regra, comum no cotidiano do policiamento, não se restringindo somente ao solo gaúcho<sup>70</sup>, sendo também resultado da própria instabilidade e falta de credibilidade que gozava o governo republicano.

Contudo, a violência policial do início do século, os erros de conduta e as imperícias de serviço, em alguns casos abafados pelo interesse de autoridades locais, não tinham uma convivência explícita como de pronto possa ser imaginado. Muitos foram os casos de agentes suspensos, presos e até expulsos da corporação por crimes ou infrações cometidas conforme exemplifica a tabela abaixo.<sup>71</sup>

Ano	Distrito	Efetivo	Policiais presos e detidos por faltas diversas	Agentes excluídos	Exonerados a pedido	Elogiados
1915/1916	04°	46	32	08	04	00
1916/1917	04°	51	18	01	01	00
1916/1917	05°	45	04	08	00	00
1917/1918	04°	50	27	04	00	00
1917/1918	05°	47	11	06	08	00
1918/1919	04°	48	26	02	04	02
1918/1919	05°	47	12	05	00	00
1919/1920	04°	43	22	03	03	01
1919/1920	05°	44	09	21	02	00
1920/1921	05°	42	04	08	00	00
1921/1922	04°	45	13	03	07	00

<sup>70</sup> Fato semelhante aconteceu no Rio de Janeiro em 1899, quando um grupo do 7º Batalhão de Infantaria atacou policiais aos gritos de “sangra polícia” que tentavam prender dois cozinheiros do batalhão. Maiores informações, Bretas, op. cit., p. 56.

<sup>71</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho – relatório da Sub-Intendência do 3º, 4º 5º Dist. Entre os anos 1913-1928.

1922/1923	04°	37	16	06	08	00
1922/1923	03°	51	35	04	05	00
1925/1926	03°	70	45	40	93*	25
1925/1926	05°	27	05	02	07	00
1926/1927	03°	63	32	16	68*	00
1926/1927	5°	44	04	04	05	00
1927/1928	05°	40	06	00	15	00

Por essa tabela, pode-se concluir que o índice de punições imposta aos polícias era muito alto, principalmente no 4° distrito, com números que oscilam entre 40 a 50% do efetivo punido por ano, sendo também alto o número de policias excluídos da corporação. Mas os números vão além, e revelam que nos anos analisados poucos foram os polícias elogiados em serviço, com destaque para o 3° distrito, que, de 1925 a 1926, teve 25 policiais elogiados.<sup>72</sup> Revelam igualmente um alto índice de exoneração a pedido, o que indica uma considerável insatisfação dos funcionários em serviço.

Para agravar ainda mais a situação, prejudicando a eficácia dos serviços policiaes, concorria a redução no quadro funcional da polícia administrativa nos anos em que antecederam sua extinção. O problema seria por diversas vezes salientado pelos Sub-Intendentes em serviço que, ao mesmo tempo em que exaltavam a bravura de seus comandados, salientavam que

durante as greves de agosto e a atual, esta Sub-Intendência tem lutado com dificuldade para atender convenientemente o serviço de policiamento, pois que como se vê da relação junta, a deficiência de pessoal faz com que, grande parte deste distrito fique irregularmente patrulhada. Esse pessoal, apesar de todo serviço dobrado, noites e noites, não

---

\* Nesses dois relatórios o Sub-intendente não deixa claro o número de agentes exonerados a pedido e os demitidos por contensão de despesa.

<sup>72</sup> Mas nesse mesmo ano foi de 45 o número de polícias excluídos e 93 exonerados.

recusaram nunca prestar serviço, ainda que sacrificasse sua saúde, o que os tornam dignos de elogios.<sup>73</sup>

Oito anos depois, o relatório do Sub-intendente do 3º distrito apontava os mesmos problemas destacando estar a tarefa policial

...duplicada com a conseqüente perda de 35 homens retirados do serviço, por motivo de ordem financeira. A braços com a falta de agentes, reduzidos agora ao número de 45, contra o de 80 do ano anterior, se faz mister uma reforma geral no quadro do patrulhamento, recolhendo-se à sede a maioria dos que se achavam destacados, ficando o destacamento do bairro Rio Branco com 4 homens e o do Mont Serra com 3, incluindo os respectivos comandantes [...]. Estes números atestam com eloqüência o deficiente serviço naquelas circunscrições, de extensas áreas, onde ao lado da uma população laboriosa, vive parasitariamente a vaza da sociedade composta de vagabundos, desordeiros e gatunos.<sup>74</sup>

Mais dramático ainda seria o apelo em relatório do Sub-Intendente do 4º distrito, o mais populoso e extenso em Porto Alegre, afirmando que:

o que muito tem entevado o serviço é a falta de transporte rápido, não só para a Sub-Intendência, como também para o pessoal da polícia. Em casos urgentes há muitas vezes, necessidade de recorrer aos bonds da Companhia Força e Luz, viagem morosa, sendo assim em não raras ocasiões, prejudicada a ação policial. Assim, pois, permita-me V. Excia. manifestar, aqui a necessidade de um automóvel nesta repartição para com a devida presteza atender aos fatos que se deparam. O aumento de agentes nesta unidade policial para o exercício de 1927 também é uma necessidade inadiável.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho – relatório do Sub-Intendente do 5º distrito durante o período administrativo de 30/06/1917 a 30/06/1918.

<sup>74</sup> Fonte: Arquivo Moysés Velinho – Relatório da Sub-Intendência do 3º distrito durante o período administrativo de 01/06/1925 a 06/07/1926.

<sup>75</sup> Fonte: Arquivo Moisés Velinho – relatório do Sub-Intendente do 4º distrito durante o período administrativo de 01/07/1925 a 30/07/1926.

Situações como essas se multiplicariam por todos os distritos, atingindo os postos policiais como um todo, tornando insuficientes suas ações e revoltando todos os setores da sociedade. Esse conjunto de precariedades acarretaria sua extinção em 1929, quando seria criada a Guarda Civil e a construção de uma nova polícia.

Com o aparato do Estado a seu favor, a Polícia Judiciária sofreria menos em comparação com a Polícia Administrativa, sem, entretanto, estar isenta de atuações que também poriam em dúvida a eficiência de seus serviços.

As investigações no início do século XX circulavam em torno das provas testemunhais, muitas vezes responsáveis por condenações e absolvições injustas, por serem imprecisas, sendo ainda mais difícil conduzir a investigação somente por esse viés, se esta começasse muito tempo após a execução do crime.

O inquérito policial, que daria início às investigações, poderia iniciar, mediante pedido do Ministério Público ou mediante queixa da pessoa que se sentisse lesada por qualquer crime ou contravenção. As testemunhas eram ouvidas e depois, embasado no conjunto dos depoimentos, o delegado expedia um relatório ao juiz distrital. Para crimes ou contravenções de fácil resolução, como agressão, discussões e até assassinos presos em flagrante, esse método servia razoavelmente. O problema era solucionar crimes mais sofisticados, onde não havia testemunhas e o suspeito conseguia fugir.

A criação do Gabinete de Identificação e o auxílio do Gabinete Médico Legal em 1907, no governo de Borges de Medeiros, atenuaria as dificuldades, trazendo maior confiabilidade às investigações, já que com o auxílio de peritos, os locais onde se efetuavam os crimes ou vítimas podiam ser mais bem examinados. Mesmo assim, sem que houvesse uma melhor qualificação profissional, as investigações policiais pecavam pelo

excesso de empirismo intuitivo, furtando-se de usar métodos mais científicos, já discutidos na época.

O exame de corpo de delito, elemento fundamental para as investigações em curso e a conclusão de alguns crimes, também tinha suas limitações, ora por equívocos na formulação do questionário para os peritos, ora pela falta de recursos técnicos mais significativos, para um exame sangüíneo mais detalhado com fins de averiguar, por exemplo, se uma vítima teria sido dopada ou drogada, no momento em que fora estuprada ou sofresse defloramento.<sup>76</sup> Tome-se, por exemplo, a quinta pergunta do referido questionário assim formulado: “5º se houve emprego de hipnotismo, de substâncias anestésicas, ou narcóticas para a consecução do crime”. Sendo sempre a resposta proferida da seguinte forma: “quanto à quinta pergunta não podem responder presentemente por falta de dados”.<sup>77</sup>

Isso decorre do pouco investimento feito no Instituto de Identificação, que teve a primeira verba votada somente em 1908, com o modesto valor de quatro contos de réis, para despesas com material. O sistema fotográfico implantado não tinha um funcionário especializado, sendo Virgílio Calegari, dono de um atelier fotográfico na Capital o responsável por esse setor. Somente em 1917, é que seria instalado um serviço de fotografia mais eficiente que o anterior, “levado a efeito por um fotógrafo-funcionário e um auxiliar, os quais elaboravam as fotografias para passaportes, carteiras de identidade de itinerantes e

---

<sup>76</sup> Tido como uma contravenção na época, o defloramento era uma prática comum, e muitas eram as queixas provenientes dos pais ou da própria “vítima”, que sempre se julgava injustiçada por ter sido enganada com a promessa de casamento.

<sup>77</sup> Fonte: Arquivo histórico do Rio Grande do Sul – Série Delegacia de Polícia - Auto de exame de defloramento, maço 20 e 21, s\d.

para fins eleitorais. Além desses, executavam, ainda os serviços de fotografias de locais de crime, para trabalhos periciais”.<sup>78</sup>

Ainda em 1918, não teriam sido instaladas, nas delegacias no interior de Estado, seções especializadas do Gabinete, conforme determinava o artigo 46 do regulamento de 1907. Somente na década de 1920 é que algumas melhorias seriam percebidas como a criação de uma filial do Gabinete de Identificação em Santana do Livramento, a introdução, em 1925, do sistema Filmpack, “um grande melhoramento, não só superior às chapas de vidro, pelo pequeno volume que passaram a ocupar no arquivo fotográfico, como também, por não se quebrarem e serem mais nítidas as fotografias”.<sup>79</sup>

O controle de entrada e saída de estrangeiros, embora executado com relatórios periódicos, não era suficiente para atender à demanda, pois não havia um departamento especializado para obter um controle mais efetivo, ocasionado entrada irregular de muitos imigrantes no Estado.

Aliás, a falta de especialização seria uma das dificuldades da polícia judiciária, exatamente pelo acúmulo de funções e conseqüentemente a perda de qualidade nos serviços policiais.

No setor administrativo, também ocorriam problemas, dentre eles a falta de pontualidade e da competência na entrega dos relatórios estatísticos, como, por exemplo, os relatórios mensais enviados aos Sub-chefes de Polícia por seus respectivos delegados de cada região, conforme demonstra ofício enviado ao Delegado Santiago do Boqueirão:

---

<sup>78</sup> Fonte: Biblioteca Dr. Plínio Brasil Milano (Academia de Polícia). Departamento de Polícia Civil, cinquentenário do Instituto de Identificação – 1907-1957. Imprensa Oficial, 1957, p. 22.

<sup>79</sup> Fonte: Biblioteca Dr. Plínio Brasil Milano (Academia de Polícia). Departamento de Polícia Civil, cinquentenário do Instituto de Identificação – 1907-1957. Imprensa Oficial, 1957, p. 25.

De ordem de Exmo Sr. Dr. Sub-Chefe de Polícia desta região recomendo-vos a remeterdes, com a máxima urgência o Mapa Mensal, correspondente ao mês de julho último. E chamo vossa atenção mais uma vez para o art 22, nº 9, do regulamento policial, transcrito na circular nº 1 de 23 de junho de 1920...<sup>80</sup>

Essa circular explicava que cada estatística criminal e cada ocorrência “deveria ser referida destacadamente, isolando cada uma com sua respectiva rubrica”.<sup>81</sup>

A exigência de dados precisos era uma forma da Chefatura de Polícia ter, através do Gabinete de Identificação e Estatística, um controle sobre tudo que acontecia no estado. Obviamente, qualquer atraso ou deficiência nos relatórios comprometia a eficácia desse sistema de controle, e por consequência as ações policiais subseqüentes também se tornavam comprometidas.

Um outro fator a ser destacado era a interferência de certas pessoas ligadas ao Partido Republicano nos serviços policiais, exigindo investigações mais rápidas e contundentes ou pedindo favores pessoais quando alguma apreensão ou prisão poderia refletir em futuras perdas eleitorais. É o caso de João Neves da Fontoura<sup>82</sup>, na época advogado, quando se dirige ao Chefe de polícia expondo o seguinte:

Há tempos embarcaram aqui, para esta Capital, os srs. Luiz Drews e Willy Golz. Ao desembarcar na estação da estrada de ferro, foram despojados pelo agente secreto de nome Pery de duas armas, que os mesmos conduziam – uma pistola Perabellum e um revólver Smith e Wesson, armas essas que foram levadas para a Chefatura. Ora, acontece que um desses moços é filho de um dos nossos melhores correigionários, o Sr. Germano Drews, pessoa

---

<sup>80</sup> Fonte: Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. – Série Sub-chefatura de Polícia: correspondência expedida, maço 120. 02/07/1921.

<sup>81</sup> Fonte: Arquivo histórico do Rio Grande do Sul – Série Sub-chefatura de Polícia: correspondência expedida, maço 120. 28/06/1921.

<sup>82</sup> Nascido em 1887 em Cachoeira, João Neves da Fontoura ocupou diversos cargos políticos de destaque, entre eles o de Ministro das Relações Exteriores, em 1946.

que nos leva para cima de cinquenta votos. Esse senhor exige, porém, agora a devolução das armas, tanto mais fundado em que o governo não manda mais desarmar os portadores de armas que não forem de guerra. Com esse fato pode nos causar prejuízo eleitoral, desejava a sua intervenção no sentido de serem restituídos as aludidas armas ou equivalente, si já as mesmas não estiverem na Chefatura.<sup>83</sup>

Casos como esse não seriam novidade nem, tampouco, seriam abolidos do cotidiano da polícia, que, apenas, veria atenuado esse mecanismo de favorecimentos com a criação da polícia de carreira.

Em suma, por todos esses elementos, compostos de avanços e carências, a segurança pública despertaria cada vez mais a atenção da elite dirigente e da população, tanto na Capital quanto no interior.

Com uma defasagem maior de equipamentos, pessoal e qualificação profissional a Polícia Administrativa sofreria mais com a crise econômica e a falta de criatividade de seus respectivos Intendentes.

A Polícia judiciária, embora com suas carências, mostrava-se mais eficiente, com uma complexa rede de serviços que procuravam atender à população ao mesmo tempo em que procurava manter sobre essa população em crescimento o máximo de controle possível.

Contudo, os anos trinta reservariam ao corpo policial gaúcho importantes transformações, há muito almejadas e que somente naquele momento seriam aplicadas. Transformações essas que dariam à polícia gaúcha uma nova “roupagem”, passando à população a imagem de uma polícia séria, organizada, técnica e confiável. Ao mesmo tempo, essas transformações propiciariam ao governo, através da polícia, afinar seus

---

<sup>83</sup> Fonte: Arquivo histórico do Rio Grande do Sul – série Chefatura de Polícia correspondência recebida em maço 120. 03/03/1924.

métodos de repressão e violência, tornando sua prática cada vez menos explícita e mais eficiente.

Por tudo isso, 1930, a era de Vargas, seria também considerada a década da revolução policial.

## CAPITULO 3

### A POLÍCIA NA ERA VARGAS: DIRETRIZES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

#### 3.1 – A ascensão de Getúlio ao Poder

O caminho que levou Getúlio Vargas a liderar a revolução de 1930 e assumir o controle do país, começa segundo Luciano Abreu, em 1907, quando o ainda jovem Vargas e seus colegas, João Neves da Fontoura, Lindolfo Color, Paim Filho e Flores da Cunha iniciam suas carreiras políticas no Bloco Acadêmico Castilhistas.<sup>84</sup>

Assim, o início de sua carreira política, como a construção do mito em torno de sua pessoa, está intimamente ligada aos ideais republicanos, defendidos fervorosamente em seu jornal, *O debate*, que tinha entre outras funções a de combater a candidatura de Fernando Abott, candidato federalista ao governo do Estado, nas eleições de 1907.

Após a vitória republicana, Vargas inicia sua vida político-partidária, sendo, já em 1909, eleito para a Assembléia dos Representantes.<sup>85</sup>

Contudo, esses jovens republicanos encontrariam a resistência dos chamados republicanos históricos, dentre eles Borges de Medeiros, que viam nesses jovens meros componentes de base e não futuros líderes do partido.

---

<sup>84</sup> ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas, a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 26.

<sup>85</sup> Abreu, op. cit., p. 29.

Além disso, o Bloco Acadêmico tinha uma visão política com ingredientes mais atualizados em relação aos republicanos históricos, ingredientes esses repletos de idéias nacionalizantes, dentre elas a defesa da indústria nacional, contra o regionalismo isolacionista de Borges de Medeiros.

Com a morte de Pinheiro Machado, importante político no cenário nacional e articulador entre o governo nacional e regional, o Rio Grande do Sul aprofunda ainda mais o processo de isolacionismo político liderado por Borges.

Mesmo respeitando o líder maior, em verdade os jovens republicanos internamente, incluindo Getúlio Vargas, se distanciariam cada vez mais dos postulados políticos impostos, iniciando um gradativo processo de desgaste interno no PRR, durante toda a década de 1920.

Vargas, por sua vez, ao conquistar a vaga de deputado federal, em meio ao turbulento ano de 1923<sup>86</sup>, se mostrara um hábil político, capaz de minimizar, ao mesmo tempo, a crise interna no Rio Grande do Sul, e, sendo líder da bancada gaúcha, como deputado tratava de reatar as relações entre os governos federal e estadual, estremecidas pela oposição republicana gaúcha frente à eleição de Artur Bernardes, como Presidente da Republica, em 1922.

Com o prestígio de homem conciliador, Getúlio ganhou respeito e confiança cada vez maiores dos membros do PRR, ao passo que Borges de Medeiros mostrava-se politicamente cada vez mais fraco, tendo inclusive de assinar o Pacto de Pedras Altas, pelo qual se comprometia a não mais concorrer a Presidente do Estado.

---

<sup>86</sup> Nesse ano estourava a Revolução de 1923, que contestava a vitória de Borges de Medeiros, acusando de fraudulento o processo eleitoral em que o mesmo fora reeleito.

Em 1926, quando assume o Ministério da Fazenda, Vargas definitivamente inscreve seu nome no cenário político nacional, porém, é claro, sob forte oposição dos libertadores, que acusavam o então Presidente Washinton Luís de nomear ministros apenas por simpatia e não por qualificação política.<sup>87</sup>

O fato é que durante o tempo em que Getúlio se manteve como Ministro da Fazenda, o plano de estabilização econômica de Washinton Luís deu certo, ao passo que sua saída do ministério coincide com um momento em que o país mergulha na crise econômica, decorrente da quebra da bolsa de Nova York, em 1929.

Quando assumiu o governo do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas deu um passo definitivo rumo à presidência da República.

Sua indicação pelo PRR mostrava que, mesmo não sendo unanimidade, era o melhor nome no momento em que o partido enfrentava uma grave crise, em 1928, já que Borges não mais poderia governar o Estado.

A ascensão de Vargas ao governo do Estado ficaria marcada por profundas transformações e inovações na área política e econômica, sendo fundamental para a aproximação com as oposições e satisfação da população gaúcha.

Assim, na área política, Getúlio reconheceu e não se opôs a que a oposição assumisse suas cadeiras na Assembléia dos Representantes ou nas Intendências em que tivera vitória, sendo que com tal medida Getúlio “foi consolidando apoios que haviam sido oferecidos ao seu governo, e conquistando novas adesões, entre grupos oposicionistas. Esse

---

<sup>87</sup> ABREU, op. cit., p. 58.

foi um período importante no processo de construção do mito Vargas, quando começou a consolidar-se a imagem de Getúlio como um político apaziguador e conciliador”.<sup>88</sup>

Na área econômica, Vargas também inovaria, principalmente com a criação do BANRISUL, o incentivo à formação de sindicatos e a renovação do contrato de arrendamento da viação férrea do Estado. Com a criação do BANRISUL, foi possível abrir crédito aos agricultores, um incentivo inédito até então e que seria fundamental para gerar o desenvolvimento econômico nessa área, já que os produtores rurais poderiam fazer empréstimos para sanar possíveis crises ou ainda para aumentar suas produções.

Sua tática de conciliação política com a oposição federalista seria uma marca de seu governo, que faria o máximo possível para diluir antigas relações de ódio entre as duas facções políticas, sendo seu primeiro êxito nesse sentido a criação, após o Congresso das Municipalidades em 1928, da Frente Única Gaúcha (FUG), que seria responsável por sustentar a candidatura de Vargas à Presidência da República.

No nível nacional, o principal objetivo a ser conquistado seria interromper uma política federal que tinha em São Paulo o centro de um projeto de expansão econômica e industrial, fazendo com que outros estados da federação apenas gravitassem em torno do estado paulista.

O processo eleitoral de 1930, que tinha Vargas como candidato de oposição da Aliança Liberal, formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e mais dissidentes dos partidos republicanos, como de praxe foi repleto de fraudes e reclamações, fraudes que dariam a vitória ao candidato da situação, Júlio Prestes, e que, em

---

<sup>88</sup> ABREU, op. cit., p. 78.

contrapartida, provocaria na oposição uma reação de indignação em um processo de acontecimentos que dariam início à denominada Revolução de 1930.<sup>89</sup>

Contudo, Vargas não queria de imediato que estourasse uma revolta armada como meio de levá-lo ao poder. Tudo porque teria feito com Washington Luiz, então presidente, um acordo secreto no qual se comprometia em aceitar o resultado da eleição, em troca de uma maior autonomia do Rio Grande do Sul e apoio federal ao Estado.

Porém, homens como Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e o mineiro Djalma Pinheiro Chagas tinham em mente que Getúlio deveria chegar ao poder, e pela via revolucionária. Cabe salientar, entretanto que

sendo esta a composição inicial dos atores [...], é evidente que o objetivo imediato dos mesmos não seria introduzir modificações de fundo nas regras consagradas do jogo político, mas, utilizar-se delas a fim de garantir, em benefício próprio e de seus respectivos estados, um poder de decisão que se deslocava dos governos estaduais mais poderosos para a presidência da República.<sup>90</sup>

Quando explode a revolução de 30, o país já tinha assistido a alguns conflitos armados e à criação de grupos de pressão, com destaque para as revoltas tenentistas de 1922 e 1924, assim como a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Coluna Prestes-Miguel Costa, em 1924-1927.

A criação do PCB, por sinal, é um importante fato a ser destacado porque esse partido seria entendido pelo governo como sendo, como de fato o era, o porta-voz da

---

<sup>89</sup> Não sendo uma revolução no sentido clássico, sobretudo porque não mobilizou de maneira autônoma, classes subalternas, nem por isso deixam de ser relevantes e significativas as transformações que se desencadeiam no bojo desta *revolução das elites*. CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 16.

<sup>90</sup> CAMARGO, op. cit., p. 19.

orientação comunista, a partir da União Soviética, que objetivava fazer do Brasil a porta de entrada do comunismo na América Latina. Sua importância revela-se no fato de ter diversos sindicatos sob seu comando, apoiados por trabalhadores, que naquele momento eram cotidianamente explorados, sem uma perspectiva governista que atendesse a suas expectativas.

Portanto, esses grupos de pressão, aliados à instabilidade econômica do país, que no momento passava por uma crise gravíssima, com a desvalorização do café no cenário internacional, arrastando com isso todo o sistema econômico que girava em torno do mesmo, propiciaram o enfraquecimento de antigas oligarquias e de governantes amarrados por ideologias ultrapassadas, incapazes de inovar no que tange à administração do país e em particular do Estado.

No Rio Grande do Sul, ficaria evidente que o antigo modelo de desenvolvimento proposto pela elite governante estaria sufocando outros grupos emergentes, tanto na área agropecuária, quanto na indústria, que a essa altura já se consolidava como emergente setor de acumulação de capital, configurando “antagonismo de interesses entre grupos no poder e as oligarquias periféricas, antagonismo esse que não mais encontrava saída dentro dos quadros institucionais vigentes”.<sup>91</sup>

Ora, isso não quer dizer que essa revolução seria liderada e articulada pelo povo, longe disso, novas oligarquias emergentes, aliadas a antigas “com nova roupagem”, queriam o controle da situação, mesmo que isso significasse a saída de velhos comandantes do cenário regional e nacional.

---

<sup>91</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: A economia e poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 12.

A situação no país, portanto, era muito delicada e não haveria tempo para vacilações. As intransigências do governo central cada vez mais acirrariam os ânimos, sendo que o Rio Grande do Sul iniciaria articulações com mineiros e paraibanos para dar início à revolução.

Com a morte de João Pessoa, Presidente da Paraíba<sup>92</sup> e candidato derrotado à vice-presidência da República pela Aliança Liberal, em 24 de julho de 1930, a situação tornou-se insustentável e a deflagração da revolução seria questão de tempo. Quando foi noticiada sua morte, os líderes da Aliança Liberal fizeram acusações diretas ao Presidente Washinton Luís, transformando João Pessoa em um mártir e no estopim de uma revolução que era praticamente inevitável.

### **3.2 – A participação policial na revolta de 1930**

Para que se possa compreender a importância da participação policial no processo que desencadeou a revolução de 1930 deve-se, primeiramente, falar da principal criação do governo Vargas, enquanto Presidente do Estado, na área de segurança pública, a Guarda Civil .

Como foi destacado no capítulo anterior, o policiamento ostensivo do Rio Grande do Sul, e em especial da Capital, deixava muito a desejar, ora pela truculência e pelo mau comportamento dos policiais em serviço, ora pela falta de treinamento adequado, o que dificultava em muito uma ação mais eficaz.

---

<sup>92</sup> Estando o Estado da Paraíba em crise, pois o mesmo enfrentava uma rebelião interna, na região de Princesa, o governo federal mostrando seu viés vingativo cria ao estado paraibano entraves que prolongaram por demais os conflitos, como represália a esse ter feito parte da Aliança Liberal. Maiores informações: ABREU, op. cit., p. 112.

A primeira tentativa por parte do governo do estado para minimizar os problemas da polícia municipal se deu através do decreto nº 1698, de 30 de abril de 1913<sup>93</sup>, pelo qual o governo estabelecia, com a Intendência um convênio responsabilizando-se em ajudar a polícia com armamento, uniforme e instrução, e em contrapartida a guarda poderia ser requisitada pelo Estado, em situações excepcionais, caso houvesse alteração da ordem pública. Entretanto, pouco eficiente se mostrou esse convênio, já que, como vimos, os problemas da polícia continuaram se agravando sobremaneira.

Eis que em 10 de janeiro de 1929, Getúlio Vargas, em sua rápida passagem pelo governo estadual, teria firmado um novo convênio entre a Secretária do Estado dos Negócios do Interior e Exterior e a Intendência Municipal de Porto Alegre. Através do mesmo, seria criado o Corpo de Guardas Cíveis de Porto Alegre, em substituição à Polícia Administrativa.

Em contrapartida, “o município comprometia-se a entregar ao Estado, em prestações mensais, as verbas votadas para a manutenção dos respectivos serviços (cláusula III), sendo que o Intendente deveria pleitear junto ao Conselho Municipal, nos exercícios futuros, verbas para polícia e higiene nunca inferiores a 10% da receita municipal orçada”.<sup>94</sup>

O comando dessa nova organização caberia ao Chefe de Polícia, juntamente com o Comandante da Guarda, sendo que o primeiro comandante dessa corporação foi o capitão da Brigada Militar Agenor Barcellos Feio, nomeado em 18 de janeiro de 1929.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> GIULIANO, op. cit., p. 22.

<sup>94</sup> MONTEIRO, Rejane Pena. *A Nova Polícia – A Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938)*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 45.

<sup>95</sup> MONTEIRO, *A Nova Polícia...*, p. 45.

A intenção de Vargas seria a de, posteriormente, convencer os demais municípios da importância de centralizar no Estado as funções de segurança pública, visando com isso padronizar o serviço de policiamento ostensivo, assim como já era feito com a polícia judiciária.

O objetivo seria então criar uma guarda mais qualificada, devendo essa ser treinada para atender de imediato às necessidades locais de uma cidade que pedia por uma maior qualificação dos serviços policiais.

Em todos os sentidos, esse novo policial deveria atender às expectativas, inclusive dos mais céticos, levando a população a acreditar que, a partir daquele momento, um novo padrão de policiamento estaria sendo criado.

O que o Estado vislumbrava era à criação do policial perfeito, politicamente e socialmente correto, obediente a seus superiores e equilibrado em suas ações, enfim um “soldado” controlado e trabalhando em harmonia para combater a criminalidade e os indesejáveis da capital.

Gradativamente, a Guarda Civil iniciou seu processo de treinamento e qualificação, que explicaremos melhor no tópico seguinte. O fato é que sua instrução e obediência de comando proporcionaram que sua participação na Revolução de 30 fosse decisiva, transformando esse episódio em um ícone de sua breve história – e que cabe relatar com alguns detalhes.

O comando militar do levante gaúcho seria chefiado por Góes Monteiro, que na época gozava de extrema confiança dos políticos gaúchos.

Uma grande quantidade de armas começou a ser estocada no quartel da Guarda Civil, como mosquetões, fuzis Mauser, revólveres HO, em grande quantidade, e até um pequeno canhão 37mm. No Quartel do General da Brigada havia pessoas, inclusive,

fabricando explosivos, granadas e até morteiros com material de encanamento. A ‘indústria bélica’ funcionava sob a direção de Estillac Leal, Alcides Etchgoyen, Leandro Castilhos, entre outros. A sede da Guarda Civil também funcionava com ‘fábrica’ e ali muitos guardas trabalhavam na manufatura das armas entre eles Zeferino Lopes, Benigno Souza, Anselmo Moura e Sídio Rosa Lopes.<sup>96</sup>

A responsabilidade direta por comandar os homens da guarda, no confronto armado contra o Quartel General da III Região Militar, caberia ao oficial Jacy Costa, que na época ocupava o posto de Fiscal e Chefe de Serviço de Expediente, sendo um homem jovem, mas de extrema responsabilidade e ousadia, gozando de prestígio entre seus pares.

Surpreendente é o fato, entretanto, de que os guardas somente souberam qual seria sua missão momentos antes da ação inicial. Muitos achavam que “estavam sendo convocados para uma fotografia oficial de toda a corporação, que seria batida nas escadarias da Igreja N. S. das Dores. Ao invés da foto, foram levados para um alojamento do quartel e informados pelo fiscal Jacy Costa sobre o que aconteceria”.<sup>97</sup>

O fato da Guarda Civil ter sido escolhida para o assalto ao Quartel General era simples: confiança. Por vários motivos, nos contingentes da guarda havia homens com experiência militar e tinham como comandantes ex-oficiais da Brigada Militar, o que facilitava a ação. Além disso, os brigadianos tinham uma devoção maior aos seus comandantes do que ao corpo político do estado, sendo que a oficialidade da época não apoiava integralmente o movimento revolucionário.

---

<sup>96</sup> MONTEIRO, Rejane Penna. CARNEIRO, Luis Carlos da Cunha. *Os vigilantes da Ordem – Guarda, Cachaça e Meretrizes*. Porto Alegre: Oficina de História, 1994, p. 25.

<sup>97</sup> MONTEIRO, *Os vigilantes da ordem...*, p. 30.

Os primeiros homens, responsáveis por iniciar o ataque ao quartel, estariam munidos apenas de revólver calibre 38 e 32 e deveriam representar sua habitual marcha, saindo do quartel em direção a seus postos. Essa primeira leva seria auxiliada, tão logo começasse o conflito, por uma segunda sob o comando do tenente Alencastro de Meneses, estando esses bem melhor equipados, com metralhadoras Thompson 45.

No Quartel da Brigada, também foi montando, na última janela à direita, um ponto de tiro com uma metralhadora Madison, para um ataque direto ao quartel e para dar cobertura à primeira leva, quando esta atacasse.

Pouco antes de iniciar o conflito, o quartel da Guarda contava com expressivo número de homens, que, misturados aos guardas, ajudavam a engrossar o contingente armado, esses eram “políticos, gente de famílias importantes da cidade, filhos dos caudilhos aliancistas, antigos combatentes das lutas do Rio Grande... Os irmãos de Oswaldo Aranha, gente dos Flores, o Lindolfo Collor”<sup>98</sup>, enfim todos presentes nesse momento que antecedia a tomada do Quartel General, que se não fosse uma grande ofensiva militar, tinha sua simbologia por estar centralizado nesse quartel todo o comando do exército do sul.

O primeiro ataque aconteceu no dia 3 de outubro de 1930, às 17:20 horas, horário em que o expediente do exército já teria sido encerrado e logo após o comando de Oswaldo Aranha com sua mensagem “O que é que há”.<sup>99</sup>

Rapidamente, ao grito de carga, Jacy Costa deu início ao tiroteio, que duraria “longos” quinze minutos. O primeiro a tombar foi o sentinela, que estava de serviço, com uma saraivada de tiros proveniente dos guardas e também do alto do prédio da Brigada

---

<sup>98</sup> MONTEIRO, *Os vigilantes da ordem...*, p. 32.

<sup>99</sup> Essa mensagem teria sido enviada aos principais focos da revolução, Minas e Paraíba avisando que a revolução começara.

Militar disparado pela metralhadora Madison. A resistência igualmente heróica, embora confusa, dos soldados e oficiais do Exército se fez presente, dando ao conflito ares de dramaticidade crescente. São homens caindo ao chão, feridos por estilhaços de granadas lançadas a esmo ou atingidos por balas. É a primeira leva de guardas, que, heroicamente, mesmo sem estar preparada adequadamente, resistiria, por acreditar estar fazendo o correto pelo Estado e, é claro, para salvar suas próprias vidas.

Em “intermináveis” cinco minutos, tempo que levou a segunda leva de homens para sair do quartel da Guarda até o local de ataque, esses homens procuravam de todas as maneiras possíveis, sobreviver ante o forte tiroteio dos militares, que tinham armas melhores e estavam melhor protegidos dentro do quartel.

Quando, finalmente, chega o reforço, sob o comando do tenente Alencastro, são mais 30 homens que se juntam à batalha. Conforme a artilharia do quartel acabava, os guardas iam ganhando terreno, transpondo alguns homens, dentre eles Jacy Costa, o portão do quartel. Lá dentro pouca resistência, sendo a mais fervorosa do Major Otávio, que é atingido várias vezes e morre no elevador que leva aos andares superiores.

Pouco a pouco, os militares no interior do quartel foram sendo rendidos e o quartel ficou repleto de líderes do movimento revolucionário, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Euclides Aranha, Lindolfo Color, dentre outros, ficando sob a responsabilidade dos dois primeiros formalizar a rendição de Gil de Almeida, General comandante do QG, e que desfecharia a invasão com a vitória absoluta. Esse, porém, somente aceitou entregar-se após receber, por escrito, carta com a assinatura de Getúlio Vargas ordenando sua rendição, prometendo-lhe que nada de mal aconteceria a ele e a sua família.

Com o QG sob controle, os guardas partiram para outro ponto de ataque, o antigo arsenal de guerra, onde, por falta de comando e de experiência militar, ocorreriam mais

baixas de guardas que no ataque anterior, decorrência de um mal planejado ataque frontal sem o mínimo de equipamento, ou local adequado para abrigarem-se dos tiros do arsenal.

A mortandade só não foi maior, porque o Major Elpídio Martins<sup>100</sup> teve a coragem de em meio ao tiroteio, ir bater na porta do arsenal e pedir a rendição dos militares que se encontravam, sendo por ele obedecido.

Assim iniciou-se a revolução que levaria Getúlio ao poder, assim iniciou-se a era Vargas, com a participação heróica ou suicida<sup>101</sup> dos guardas civis.

Mas o que leva um indivíduo a defender uma causa que pouco conhece, obedecendo a ordens absurdas sem nada questionar, indo ao encontro da morte e ainda acreditar que está fazendo a coisa certa? Para responder a essa questão, nos socorremos dos postulados teóricos de Foucault que descreve passo a passo a formação do corpo perfeito ou do “guarda perfeito”.

### **3.3 – Forjando bons policiais: disciplina em Foucault e a organização da Guarda Civil**

Para Foucault, é no século XVIII que o corpo começa ser tratado como algo que se fabrica. Usa como exemplo o soldado, para argumentar que esse seria o alvo de uma construção, através de técnicas empregadas com o intuito de transformá-lo em uma máquina, controlável e pronta para servir.

O corpo torna-se algo manipulável, inteligível, torna-se dessa feita, alvo de poder.

---

<sup>100</sup> O Major Elpídio teria primeiramente pedido reforço, sendo que Flores da Cunha teria então dado a ele essa ordem de ir sozinho e “usar sua autoridade de oficial do exército”. Maiores informações: MONTEIRO, *Os vigilantes da ordem...*, p. 43.

<sup>101</sup> Foram mortos 7 guardas e 14 militares, sendo o número de feridos superior a 20.

Poder que se manifesta em forma de controle, um controle cada vez maior e mais sutil sobre o corpo.

O exercício físico entra como ferramenta de suma importância nesse momento, sendo incentivado através de uma disciplinarização constante, legitimada e expandida pelas diversas instituições no século XVII e XVIII, processo que Foucault define como docilidade e utilidade de corpo. A disciplina não seria, na visão do pensador, nem uma relação de escravidão, onde havia a apropriação dos corpos, e tampouco uma relação de vassalagem, onde existia uma submissão altamente codificada. A disciplina seria, pois, a arte de adestrar o corpo, e, mais do que isso, a arte de comandar o próprio corpo, levando-o a limites extremos.

Porém, comandar o próprio corpo, mais do que obter liberdade é comandá-lo a partir de uma obediência disciplinar a outrem. O resultado é um corpo habilidoso e dócil. Em verdade, o corpo passa por uma transformação, através da qual há uma manipulação calculada, o que o torna economicamente útil, combinado com relações de sujeição estrita. Foucault afirma que “se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”.<sup>102</sup>

Ou seja, ao mesmo tempo em que a disciplina cria mecanismos de dominação, que torna esse corpo mais útil do ponto de vista econômico, o torna também submisso do ponto de vista político. Da implementação da disciplina, como um processo coercitivo, Foucault argumenta que não deve essa ser compreendida como um fenômeno único, mas como um processo decorrente de diferentes origens, quer sejam temporais ou geográficas, com

---

<sup>102</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987, p. 119.

diversos níveis de aplicação que “se recordam, se repetem ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral”.<sup>103</sup>

Isso equivale a afirmar que as variações de imposição da disciplina, em diferentes locais, obedecem a diferentes demandas, mas que, objetivamente, têm um interesse, o de dominar, economizando o máximo possível, com técnicas que convertam para uma obediência inquestionável. As técnicas aplicadas sempre de maneira minuciosa, conforme argumenta, vão ganhando, já a partir do século XVII, um espaço cada vez maior, como se tivesse a intenção de abarcar todo o corpo social. Afirma que essas técnicas seriam “pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitas...”.<sup>104</sup>

Em um processo de domesticação do corpo, nenhum detalhe pode ser esquecido, pois renegar os detalhes é renegar a perfeição. Peguemos como exemplo a ordem unida no exército. São horas e mais horas de ensaios, repetições intermináveis e quando se beira à perfeição, se treina ainda mais, porque se contentar em ter alcançado a perfeição, como ponto final, é estar fadado ao fracasso.

E ainda, em se tratando do ambiente militar, pode-se analisar os detalhes dos regulamentos, o rigor nas inspeções (cabelo cortado, roupa impecável, horário pontual), controle que molda o corpo, de acordo com a necessidade de quem comanda.

---

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Ibid., p. 120.

Mas para isso, e esse é um detalhe importante, deve-se distribuir esses corpos em certos lugares específicos, espaços fechados em si, como em um quartel<sup>105</sup>, por exemplo, ou em um colégio com regime de internato, etc.

As fábricas, em fins do século XVIII, aparecem como um espaço em que a organização desses corpos tinha de obedecer a duas necessidades. A primeira a de isolá-los e a segunda de vigiá-los, objetivando o bom andamento da produção. Os funcionários eram vigiados, visando extrair deles uma melhor performance diária, ao mesmo tempo em que havia uma preocupação de que, ao findar o dia de trabalho, não ocorressem furtos de ferramentas, o que acarretaria em prejuízo para as fábricas.

Conjuntamente com o controle do espaço, reforçando o domínio desses corpos dóceis, está o controle do tempo. Esse controle já era uma prática nas comunidades monásticas e rapidamente se difunde. Seus processos eram divididos em três: “estabelecer censuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição”.<sup>106</sup> O tempo seria aproveitado de maneira a otimizar, quer seja a eficiência de uma aula, quer seja a eficácia nas fábricas, anulando qualquer coisa que pudesse atrapalhar o aproveitamento útil do tempo.

E dentro desses componentes que levam ao controle e à eficácia do corpo, não poderiam faltar a vigilância hierárquica, as normas e os exames. Pela vigilância, o controle era diário, a pressão era contínua, pois o menor erro poderia levar a prejuízos incalculáveis, no caso das fábricas, ou em uma obediência irrecuperável, no caso dos colégios ou do exército. Vigilância essa estabelecida dentro de um conjunto hierárquico, que se atualizava,

---

<sup>105</sup> No ano de 1994 servi por oito meses em um dos quartéis mais rígidos do estado, o Décimo Oitavo Quartel de Infantaria Motorizado, chamado de o “Inferno verde”. Todo dia quando íamos embora, sentíamos como homens presos ganhando a liberdade, pelo menos até as cinco da manhã do outro dia.

<sup>106</sup> Ibid., p. 128.

sempre visando atender às demandas requeridas, pois, à medida que as relações comerciais e sociais iam se tornando mais complexas, havia a necessidade dessa atualização do controle.

As normas serviam para estabelecer previamente as funções de cada um. São criadas com o objetivo de suprir quaisquer lacunas existentes nas leis, funcionando como uma espécie de micro-justiça, que procurava evitar as indisciplinas e os exageros punitivos, isso porque, para cada falha cometida, havia uma determinada punição a ser aplicada.

Porém, conjuntamente com as punições, provinham as gratificações ou promoções por merecimento, que auxiliavam no equilíbrio da instrução pedagógica. Assim, um aluno ou um soldado que se destacasse, seria incorporado em estágios ou classes melhores, ao passo que os que tivessem dificuldades em assimilar o que lhes era ensinado seriam excluídos das benesses desse sistema de gratificações.

Ou seja, para além de uma punição por um descumprimento disciplinar ao nível de rebeldia, as punições, claro que de maneiras mais sutis, aplicavam-se também pela incompetência ou ignorância, quando do desvio de um padrão aceitável.

Por fim, o exame é um útil mecanismo para separar o “joio do trigo”. É através dele que se reconhece o bom aluno e o mau aluno e se visualiza através de papéis distintos “no coração dos processos de disciplina [...] a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam”.<sup>107</sup> O exame é um cerimonial de avaliação imbuído de poder, demonstração de força e “controle da verdade”. Nesse tipo de exercício de poder, o aluno, o soldado ou ainda, como veremos mais abaixo, o policial, são os produtos finais a serem apresentados, pois é a partir de seus avanços, que se notam os resultados desse poder,

---

<sup>107</sup> Ibid., p. 154.

que se oculta e se manifesta ao mesmo tempo. O exame, em sua aplicação, torna cada indivíduo um caso a ser observado, a ser dessa forma, um corpo treinado, reaproveitado ou então, no caso de ineficiência comprovada, descartado.

Quando surge, em 1929, a Guarda Civil trazia em sua criação o espírito de ser uma nova polícia, pondo fim a um passado de atuações amadorísticas, que punham em risco as suas próprias vidas, assim como a vida da população em geral. Essa nova polícia controlaria, na Capital, o comportamento geral da sociedade, estando obviamente de olho naqueles que eram vistos como desordeiros, os desenquadrados do convívio harmônico, que a sociedade deveria apresentar. O início desse processo de reorganização mostra-se presente já em abril de 1929, quando o Estado realiza o primeiro concurso de sub-inspetores da guarda civil, onde os candidatos teriam de prestar exames orais e escritos de português, aritmética, geografia, datilografia e organização policial.

A grau de avaliação era de 0 a 10, e o candidato que obtivesse nota inferior a 3 na prova escrita seria automaticamente eliminado do concurso, sendo que as questões

foram elaboradas de forma simples, constituídas de leitura corrente, classificação de palavras, ditado, redação sobre assuntos profissionais, quatro operações e problemas simples, além de conhecimentos sobre os nomes dos Estados brasileiros e suas capitais e municípios especialmente Porto Alegre e sua zona urbana. Na prova de datilografia os temas versavam sobre disciplina, o papel e a ação da polícia. No item organização policial, o candidato deveria ser aprovado no conteúdo referente à composição da Guarda Civil, disciplina e educação policial, além dos deveres de inspetores e guardas.<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> MONTEIRO, *A Guarda Civil em Porto alegre...*, p. 56.

Com isso, não mais seriam aceitos guardas que fossem analfabetos e os que já se encontrassem no efetivo dificilmente seriam promovidos de cargo. Esse primeiro passo visava tornar o guarda adaptado aos postulados técnicos e científicos que estavam em voga, pois o guarda que tivesse passado por esses primeiros testes poderia ser mais exigido, na medida em que seus conhecimentos eram superiores, em relação aos antigos guardas municipais.

Junto ao mecanismo de concursos, também foi aplicado, em 1930, o regulamento definitivo de escola profissional, exigindo que a partir daquele ano não mais seriam promovidos policiais que não tivessem cursado com êxito o proposto pela referida escola.

Era necessário passar a imagem de uma guarda respeitável, o policial em serviço deveria ser exemplo de cidadão, cumpridor de seus deveres e ao mesmo tempo demonstrar autocontrole em sua atuação sem perder a noção da aplicabilidade das leis.

Nesse sentido, algumas modificações operacionais foram feitas, dentre elas a mudança do armamento e sua disposição. Se a antiga polícia exibia suas armas como símbolo de presença austera, a nova guarda procurava “esconder” seus armamentos da vista da população. Assim, o revólver, arma que deveria ser usada em última estância, quando não houvesse mais outro recurso, e quando o guarda tivesse com sua vida em perigo, ficaria cuidadosamente encoberto, por debaixo da túnica.

O cassetete seria outro instrumento que faria parte da reconstrução da imagem do guarda, mais suave e amena em substituição a espadas, sabres, talabartes e esporas, que além de causar má impressão perante a população, ainda tornava a ação policial prejudicada, já que esse policial tinha no corpo um peso considerável a carregar, quando em perseguição.

Contudo, o uso de espadim seria retomado em 1934, por dois motivos, pela carência de armamentos de fogo de que dispunha a guarda e pela necessidade de causar maior respeitabilidade frente às tensões do período.

O uniforme não seria mais apenas uma roupa que visava distinguir a Guarda dos demais policiais em serviço e sim seria um outro assessorio, que estaria em constante estudo, visando o modelo ideal, que trouxesse ao guarda conforto e segurança e que esteticamente fosse apreciável aos olhos da sociedade.

Entretanto, o elemento mais significativo para a formação e padronização dos trabalhos policiais da guarda seria obtido através da criação da Escola Profissional. Regulamentada em 30 de abril de 1930, a Escola Profissional tinha como meta instruir todos os guardas em serviço, dando-lhes orientações sistemáticas, para um procedimento seguro e eficaz. As aulas seriam ministradas por graduados, seus subordinados hierárquicos e autoridades nos assuntos abordados, sendo obrigatória a presença de todos os guardas, pois,

a falta às sessões de instrução, como eram chamadas às aulas, implicava punições, bem como a desatenção demonstrada nas mesmas. As penas variavam entre a advertência, suspensão e punição e até prisão (anos de 1936 e 1938). O fato agravava-se caso o faltoso estivesse obrigado a comparecer à instrução devido a castigo por falta anterior, caracterizando-se como dupla infração, punida muitas vezes com suspensão ou até prisão.<sup>109</sup>

As instruções policiais tinham um programa amplo, concentrando diversos assuntos que na visão da cúpula dirigente seriam de significativa importância para forjar esse novo guarda.

---

<sup>109</sup> Monteiro, *A Guarda Civil em Porto Alegre...*, p. 136.

Assim, as aulas ministradas versavam sobre a conduta do guarda perante seus pares e superiores hierárquicos; deveres do policial com a pátria; tratamento dispensado aos uniformes de serviço e de passeio; noções de higiene pessoal; conduta frente ao público e na presença de autoridades, instruções técnicas de como proceder ante uma situação delituosa ou suspeita, enfim, eram ensinados todos os elementos que naquele momento deveriam atender a contento à população, assim como à elite dirigente.

Além da obrigatoriedade da presença às aulas, os guardas eram avaliados através de fichas individuais e de exames regulares, onde os melhores desempenhos seriam recompensados com prêmios e vantagens.

Além das aulas diárias, havia ainda palestras de reforço, que versavam sobre os conteúdos já ministrados, sempre com enfoque na disciplina, tratamento ao público, controle operacional etc. O objetivo de tal formação e metodologia de trabalho era claro, prover para esse guarda, esse novo policial, conhecimentos e armamentos capazes de fazê-lo discernir quando e como agir, nas diversas situações com as quais se depararia, no seu cotidiano de policiamento, ao mesmo tempo, torná-lo capaz de perceber que, a partir do momento em que estivesse atuando como guarda civil, seu passado modo de vida, inculto, selvagem e incivilizado deveria ser relegado ao esquecimento, pois esse novo homem, forjado ante a disciplina sistemática e coercitiva, deveria ser exemplo de conduta social e combater aquilo que ele fora um dia, pelo menos esse era o discurso.

### **3.4 -- Transformações técnico-científicas : a Criminalística a serviço da polícia judiciária**

Se em fins do século XIX e início do século XX, a medicina legal acumulava “além dos exames de integridade física, do corpo humano, toda a pesquisa, busca e demonstração de outros elementos relacionados com a materialidade do fato penal, como o exame de instrumentos do crime e demais evidências extrínsecas ao corpo humano”,<sup>110</sup> com o advento de novos conhecimentos na área da biologia, química, física, matemática e toxicologia, tornou-se indispensável a criação de uma nova disciplina que atendesse a necessidades reais de dar novas interpretações para os materiais e vestígios encontrados em locais do crime, e que utilizasse todos os recursos à sua disposição com o objetivo precípua de auxiliar nas investigações criminais.

O termo criminalística foi empregado pela primeira vez por Hans Gross, estudioso e juiz alemão que em 1893 escrevera o livro *Manual de juiz de instrução*. Em seu estudo, argumentava os conhecimentos necessários para o juiz obter uma melhor instrução e julgamento acerca dos processos penais, estando incluída “a própria Medicina Legal, assim como também a Antropologia Criminal, a Psicologia Criminal, a Psicologia do Testemunho, a Psiquiatria e Psicopatologia Forenses”.<sup>111</sup>

A criminalística em termos mais atuais define-se como a “disciplina que tem por objetivo o reconhecimento e interpretação dos indícios materiais extrínsecos relativos ao crime ou à identidade do criminoso”.<sup>112</sup> A medicina legal ficaria com a função de examinar todo e qualquer vestígio intrínseco no corpo humano.

---

<sup>110</sup> TOCHETTO, Domingos (org). *Tratado de Perícias criminalísticas*. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 1995, p. 5.

<sup>111</sup> RABELLO, Eraldo. Curso de Criminalística. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 1996, p. 12.

<sup>112</sup> TOCHETTO, op. cit., p. 5.

A criminalística ou ciência policial<sup>113</sup> não ficaria restrita apenas a uma descrição narrativa estática dos objetos ou indícios encontrados, mas tornar-se-ia um sistema que integraria diferentes ramos do conhecimento técnico-científico, configurando-se em uma disciplina autônoma, mas dinâmica e multidisciplinar.

O uso das técnicas de criminalística é fundamentalmente importante, não só para a identificação do ato delituoso, mas sobretudo para trazer à luz, de forma contundente, a reconstituição de todos os acontecimentos passados no local do crime, e assim a obtenção de provas da culpabilidade ou não de determinado indiciado.

Um juiz ou policial desprovidos de tais conhecimentos certamente deixar-se-iam levar tão somente pelo empirismo dedutivo ou intuitivo, adquiridos através dos tantos casos já resolvidos, correndo o risco, porém, de não realizarem com justa certeza o indiciamento ou a punição de determinado indivíduo.

Paralelamente aos estudos e ao desenvolvimento da criminalística, destacam-se outros dois importantes estudos que visavam, e muito, contribuir para uma melhor performance dos serviços policiais, o sistema antropométrico e a datiloscopia.

Dessa feita, Alfonse Bertinlon criaria, em 1882, o primeiro sistema científico de identificação, o sistema antropométrico, que se baseava no estudo e na identificação dos elementos antropológicos do homem. Sua convicção na eficiência de tal método de identificação baseava-se na certeza de ser a constituição óssea, a partir dos vinte anos, definitiva; da extrema diversidade de dimensões na constituição óssea que os homens apresentam se comparados entre si e a facilidade, com certa precisão, com que algumas partes do corpo humano podiam ser medidas.

---

<sup>113</sup> Varias foram e são as denominações para criminologia como: antropologia criminal, psicologia criminal, polícia técnica, policiologia e polícia científica.

O procedimento consistia no assinalamento, em milímetros, de diversas partes do corpo humano, como diâmetro da cabeça; comprimento da orelha direita; comprimento do pé esquerdo; estatura; envergadura; assinalamento descritivo do formato do nariz; lábios; orelhas e também as marcas particulares, como tatuagens, cicatrizes etc. Esses dados eram registrados em uma ficha antropométrica, que continha também a fotografia do identificado.

Embora tenha sido muito útil, em algumas circunstâncias, sua aplicação tornava-se prejudicada, em primeiro lugar, porque somente poderia ser aplicada essa medida em indivíduos que já tivessem desenvolvido plenamente seu corpo. Isso excluiria, de antemão, a identificação em menores infratores ou delinquentes, exatamente porque ainda estão em fase de crescimento, e qualquer identificação teria uma vida útil relativamente curta. As medidas humanas, embora com particularidades, podem ser facilmente similares, o que confundia a precisão de identificação do indivíduo. Sua aplicação restringia-se somente a indivíduos vivos, não podendo ser aplicados em cadáveres ou em corpos em decomposição.

No caso das mulheres, essa identificação não poderia ser feita por várias razões, dentre elas o fato da mulher sofrer constantes transformações em seu corpo, principalmente quando está grávida e pelo fato do exame ser feito de corpo nu, o que o tornava constrangedor para os padrões morais da época.

Pelos empecilhos descritos, esse método tornar-se-ia mais um sistema de eliminação do que de identificação precisa. E exatamente por não suprir as necessidades exigidas, esse método de identificação primário seria substituído por outro, bem mais avançado e por isso extremamente revolucionário, a datiloscopia.

Do grego *daktilos* (dedos) e *skopein* (examinar), a datiloscopia estuda os desenhos papilares das pontas dos dedos e planta das mãos, assim como planta e dedos dos pés.

Estudos preliminares já estavam sendo feitos desde 1888, pelo francês Francis Galton, responsável por descobrir que as impressões digitais formam-se nos indivíduos a partir do sexto mês de vida intrauterina, somente desaparecendo com a putrefação cadavérica, sendo essas características únicas, pelas quais dois indivíduos jamais se confundem.

Contudo, é Juan Vucetich que aprimora esses estudos e cria o sistema de identificação mais revolucionário da época. O sistema datiloscópico criado por Vucetich combina 38 tipos de impressões digitais divididos em três grupos: arcos, verticilos e presilhas (interna e externa). O sistema é composto de fórmulas teóricas obtidas pela permutação de letras e números dos dez dedos. As letras A-I-E-V oferecem 16 combinações básicas, sendo essas aplicadas nos dedos polegares, enquanto os números 1-2-3-4, elevados à sua quarta potência, apresentam 256 combinações para cada dedo.

Tais combinações, multiplicadas pelos quatro dedos (menos o polegar), oferecem 1.024 fórmulas diferentes para o conjunto de dedos da mão direita que, multiplicadas por igual número de combinações dos dedos da mão esquerda, resulta em um arquivo contendo 1.048.576 fórmulas primárias. Esse sistema já permitiria o arquivamento de milhões de impressões digitais, mas diante do aumento progressivo da população, Vucetich criou 5 outros subtipos para cada tipo fundamental, elevando a capacidade do arquivo para 10 milhões e 240 mil fórmulas teóricas.

Por tudo isso, Vucetich, demonstrou ser esse sistema mais eficiente, mais prático e seguro, pois respondia a todas as lacunas do sistema antropométrico de Bertillon. Rapidamente, sua descoberta foi implantada e aperfeiçoada nos diversos órgãos policiais a nível internacional, sendo que no Brasil o primeiro a implementar tal procedimento foi a polícia do Rio de Janeiro, em 1902.

No Rio Grande do Sul, esse método foi implementado em 1907, ajudando sobremaneira a identificação de criminosos, reincidentes ou ainda vítimas que não estariam no momento sem identificação. O sistema de Bertillon, contudo, não seria relegado ao esquecimento, continuando a funcionar em conjunto com a datiloscopia e a fotografia, sendo o indivíduo, naquele momento, identificado em três sistemas diferentes.

No que tange às investigações policiais, sem dúvida, a datiloscopia foi um salto de qualidade na conclusão e elucidação de casos que antes ficariam sem solução. Isso porque o indivíduo ao praticar um crime ou delito, sempre deixa determinados rastros de crime, dentre eles as impressões digitais, das quais peritos especializados fariam posterior coleta e comparação com as fichas dactiloscópicas dos suspeitos.

Com todas essas descobertas em mãos, gradativamente, a polícia judiciária as implantaria em suas repartições em todo o Brasil, de acordo, é claro, com os investimentos providos pelo poder público, que nem sempre se efetivariam a contento.

O fato é que, na era Vargas, durante a década e 30 e o Estado Novo, a polícia judiciária, ao lado da Guarda Civil fecharia, o círculo de policiamento mais severo e eficiente, exatamente graças às descobertas acima descritas. Em termos de hierarquia de comando e funções administrativas, a polícia judiciária não sofreria grandes modificações, contudo o avanço técnico e a capacitação de novos mecanismos de controle seriam levados a sério, abrindo novos horizontes para a polícia científica.

Tomemos por exemplo o uso da estatística no bojo de serviços policiais prestados ao Estado. A estatística significaria, naquele momento, “verdadeiramente o barômetro do administrador, e cujos dados exatos estão condicionados às reformas racionais dos serviços

e à organização eficiente do trabalho [...]. Ela investiga questões ao seu alcance, formulando conclusões sobre uma base rigorosa e científica”.<sup>114</sup>

Estes dados, rigorosos e científicos, possibilitariam, segundo Ibory Farias Krause,<sup>115</sup> prever com significativa probabilidade de acerto, por exemplo, a quantidade de crimes que seriam cometidos na sociedade por ano, o número aproximado para cada classe de crime ou por grupo de criminosos. Através de comparações estatísticas, a polícia teria um maior controle sobre a criminalidade, sabendo como direcionar melhor seus recursos humanos e materiais com menor margem de erro. É importante salientar que através da estatística legitimavam-se algumas afirmações a respeito do comportamento humano, destacando atitudes como prática de crimes atribuídos ao ócio, à bebida, maior ou menor taxa de criminalidade em determinadas zonas da cidade, ou em determinados dias da semana, principalmente domingos e feriados (dias de folga), o que levava a sustentar a proposta de “quanto mais trabalho, melhor para a nação”, tão defendido pelo governo getulista.

Em 1938, era criado pela delegacia do 2º distrito um sistema de censo, que teria como objetivo obter e classificar informações obtidas acerca da população e do comércio do local abrangido pelo distrito. As informações a respeito do comércio, por exemplo, eram obtidas mediante uma série de perguntas como: nome, tipo de estabelecimento, firma registrada ou não, rua e número do estabelecimento, se tinha esposa ou filhos, sendo essas informações toda arquivadas em fichas diferentes para posterior consulta.

Atenção especial mereceu a estatística referente aos habitantes estrangeiros na capital. Foram apurados o nome, o número e a rua da residência, estado civil, profissão, o

---

<sup>114</sup> Fonte: coleção particular de Núncia S. de Constantino. Revista *Vida Policial* – Estatística Policial, nº 1, de 1938, p. 12.

<sup>115</sup> Farias Krause foi diretor da Sub-Sessão de Estatística Policial, no ano de 1938.

tempo que estava no país, e na capital, número de filhos, passaporte, tudo para obter um perfeito e completo controle no distrito sobre os estrangeiros dentro da jurisdição do 2º distrito

Os delitos cometidos eram todos mapeados com bandeiras de cores diversas nos lugares em que efetivavam, inclusive os acidentes e delitos de trânsito, que nessa época já eram uma realidade, com motoristas que fugiam não prestando socorro às vítimas.

Na área da coleta e investigação policial, mediante o uso da datiloscopia, importantes avanços foram feitos, com o uso de reagentes químicos adequados para a identificação de impressões latentes<sup>116</sup>, em alguns casos, como em documentos deixados na cena do crime, qualquer reagente ou método equivocado deixaria inútil o documento, comprometendo toda a investigação. Porém, com os métodos de pulverização (feito com seringas ou pulverizador), mais o uso de determinados agentes químicos, como o chumbo, que ao ser colocado em contato com o papel, revelaria as impressões digitais sem o comprometimento do documento. Ao lado desse processo a seco, existia também o uso do iodo, que por sua eficiência e inviolabilidade do documento também seria uma possibilidade a ser usada.

Outro importante recurso à disposição da polícia seria a verificação individual de manchas de sangue mediante a comparação dos grupos sanguíneos.

Suponhamos que um suspeito tivesse sido encontrado pela polícia com a roupa suja de sangue e o mesmo negasse que aquele sangue fosse de determinada vítima. Com o exame, seria possível descobrir a qual grupo sanguíneo o sangue pertencia e se a versão do suspeito era verossímil ou não. Isso porque o homem teria 4 grupos sanguíneos, o A, B,

---

<sup>116</sup> Impressões latentes são aquelas invisíveis a olho nu e de difícil acesso.

AB, O, e por um processo de aglutinação seria possível comparar o sangue encontrado e o sangue da vítima.<sup>117</sup>

Graças ao desenvolvimento, da micro-fotografia e ampliação fotográfica, muitos crimes de falsificação foram solucionados. Através do uso da micro-fotografia, a irregularidade seria descoberta mediante análise dos traços deixados pelos falsificadores ao corromper o documento, como, por exemplo, mudança numérica em um recibo, com fins de obter maiores lucros na época, ou adulteração de documentos escolares, como conclusão de curso secundário, visando ingresso em curso superior<sup>118</sup>, mas que em comparação com o restante escrito acabava por denunciá-los.

No caso de falsificações de assinaturas e letras, mesmo sendo um processo de falsificação mais sofisticado, era possível sua identificação mediante o mesmo método. Isso porque a maioria das falsificações ocorria com o uso do lápis e depois com o uso de caneta com a mesma cor. Porém, na ampliação da referida falsificação, em comparação com a assinatura original, também ampliada, seria possível notar traços de lápis que o criminoso não conseguia encobrir com a tinta usada no ato criminoso.

Junto a esses avanços, temos toda uma padronização do procedimento policial no que tange à condução das investigações e formulações dos inquéritos policiais. O inquérito policial é determinado como o “conjunto de diligências necessárias à verificação de

---

<sup>117</sup> Entretanto esse exame tinha algumas restrições. Por exemplo, se a vítima e o suspeito tivessem o mesmo grupo sanguíneo, essa técnica ficaria prejudicada, uma vez que seria impossível determinar de quem era a mancha de sangue. Maiores informações: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino, revista *Vida Policial*, nº 1 de 1938, p. 30.

<sup>118</sup> Como foi o caso de Milton Guedes, que falsificou seu certificado de conclusão de curso, sobrescrevendo “quinto”, no lugar de quarto, visando com isso provar que já teria concluído o referido curso, tendo cassado seu diploma de advogado após descoberta a fraude. Maiores informações: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. revista *Vida Policial* – Luta técnica contra o crime, 1941, p. 7.

existência de um crime, com todas as suas circunstâncias, para descobrimento de seus autores e cúmplices”.<sup>119</sup>

Qualquer inquérito policial poderia iniciar de duas maneiras: ex-ofício, ou seja, através da solicitação da autoridade competente, juízes, delegados ou Chefe de Polícia, em crimes de ação pública, ou ainda mediante queixa da parte ofendida que poderia ser escrita ou verbal, se o crime for de ação privada.

A elaboração do inquérito, embora, e isso é importante salientar, não seja fator determinante para a prisão ou não de qualquer indivíduo, é o meio que, outorga poderes legais, para a autoridade policial iniciar o processo investigatório, tendo em vista a coleta de informações vitais, que podem ser elementos definidores da abertura de um processo penal e posterior absolvição ou não de determinado indivíduo.

Isso porque o inquérito, em seu relatório final, iria conter muitas vezes, resultados comprovados de indícios encontrados nas investigações, a partir da perícia técnica, compostas dos elementos acima descritos e apreciados pela sua confiabilidade.

Instaurado o inquérito, caberia fazer uma investigação, e é nesse processo que os detalhes são fundamentais para uma melhor apuração dos fatos. O primeiro passo do investigador, já amplamente destacado na época pelas aulas ministradas na escola de polícia refere-se, ao seu comportamento e à sua conduta quando de serviço. O investigador não deveria ser um policial espalhafatoso, pois, muitas vezes sendo discreto ou trabalhando subdisfarce, poderia conseguir informações vitais, em crimes nos quais os vestígios deixados eram quase nulos. Dessa forma, o investigador, assim como o policial em geral, com os meios e os novos conhecimentos à sua disposição, deveria compreender, na teoria,

---

<sup>119</sup> ANDRADE, Ivan Moraes de. *Polícia Judiciária*. Rio de Janeiro: Ed. Revista Forense, 1958, p. 46.

que sua inteligência, sua habilidade e sua atitude serena e discreta deveriam sobrepor-se ao uso da força, permitida logicamente, mas aplicável somente em casos extremos.

É o que deixa claro, a revista *Vida Policial*, quando por diversas vezes atribui ao policial o papel de um fiscalizador da ordem e da moral, mas que deveria sempre aplicar métodos racionais e anteriormente estudados, renegando a emoção a um plano distante. Imbuído desse espírito de trabalho, o policial deveria ter em mente outro importante ingrediente, o rigorismo metodológico, para o bom desenvolvimento das investigações, interrogatórios e relatórios, pois, como já foi dito, todos esses elementos auxiliariam sobremaneira, se bem executados, o papel do judiciário.

Tecnicamente, uma das funções mais importantes da investigação policial referia-se, como ainda hoje, ao tratamento adequado ao local e ao lugar do crime.<sup>120</sup> Imediatamente após chegar ao local do crime, o investigador, como tarefa precípua, deveria isolá-lo, impedindo que outras pessoas, principalmente curiosos ou parentes das vítimas, tivessem acesso a qualquer parte do mesmo. Isso porque qualquer intromissão, qualquer movimento mais descuidado, poderia apagar indícios ou evidências, prejudicando a investigação de maneira irremediável.

Após ser executado o isolamento da área, inicia-se o levantamento material do local onde o crime foi efetuado, o que, nas palavras de Plínio Brasil Milano, significaria “o meio pelo qual a polícia consegue transportar para o inquérito o cenário do crime, com toda a prova material que por ventura exista nele”.<sup>121</sup> Dois são os tipos de levantamentos que eram utilizados na época por peritos especializados, através do desenho ou através de película.

---

<sup>120</sup> Por lugar do crime entendia-se como sendo o espaço físico exato onde o crime foi consumado, enquanto local do crime seria todo o espaço que interessasse à investigação policial.

<sup>121</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Pontos de Técnica”, revista *Vida Policial*. Porto Alegre, nº 3, 1938, p. 55.

O primeiro, seria útil para ajudar o investigador e o juiz a terem a dimensão exata do espaço a ser analisado, com detalhes de altitudes, elevações do local que muitas vezes revelavam detalhes que definiam os rumos da investigação. O segundo, refere-se ao levantamento fotográfico ou cinematográfico, sendo este último ainda pouco usado, mas um recurso já existente.

A fotografia do local deveria obedecer a critérios técnicos pré-estabelecidos, como condição fundamental para um bom levantamento fotográfico, e abundância de referências. Contudo, nem sempre se encontrariam locais com essa perfeição à disposição, sendo que o investigador deveria usar seu discernimento para encontrar a melhor maneira de proceder a tal levantamento. Nada poderia passar despercebido aos olhos de investigadores e peritos, manchas de sangue, armas utilizadas, impressões digitais, roupas queimadas, ou restos de alimentos, enfim, tudo deveria ser minuciosamente descrito, a fim de ter uma montagem completa do cenário onde em que efetuou o crime.

Conjuntamente com essa análise, o investigador deveria proceder à indagação das testemunhas, sejam elas oculares, auriculares ou referenciais, procurando extrair das mesmas pontos de convergência ou não em seus depoimentos. Em todos os casos, quando houvesse agressões, ou danos materiais, seria de suma importância que se fizesse o exame de corpo delito, sendo que em caso de homicídio se fariam exames de lesões corporais, de necropsia e exumação.<sup>122</sup>

Qualquer objeto encontrado, que necessitasse ser recolhido aos laboratórios especializados, para uma análise mais detalhada, deveria ser feito levando-se em conta

---

<sup>122</sup> O exame de corpo de delito é o conjunto de elementos que constata a existência do crime, passíveis de demonstração e comprovação judicial. Já a exumação é feita no corpo após este ser desenterrado com cuidados especiais para evitar qualquer contaminação com o cadáver. Maiores informações: ANDRADE, op. cit., p. 115/127.

alguns cuidados fundamentais, tais como a conservação da sua integridade física e, principalmente em casos de objetos com impressões digitais, não tocá-lo diretamente com as mãos sob pena de prejudicar futuras observações.

No caso da indagação a um possível suspeito, o procedimento de investigação policial deveria revestir-se de astúcia, perspicácia e observação dos mínimos detalhes, que poderiam conter a chave para a elucidação do crime ou revelar ao investigador novos indícios que levassem à prisão de outros criminosos. Assim, tudo, absolutamente tudo deveria ser observado, como o gestual, tom de voz, a segurança do suspeito ou não quando fosse sabatinado sobre certas questões de importância capital para a investigação, etc.

E mesmo assim o policial somente poderia concluir suas investigações acerca de determinados suspeitos quando estivesse com provas substanciais em mãos.

Esses elementos técnicos e científicos que estariam à disposição da polícia tornariam as investigações e o combate à criminalidade, seguramente mais eficiente, colocando a organização policial gaúcha na vanguarda da modernidade, tão destacada na época.

A reportagem de *Vida policial* “O detetive moderno” ilustra bem o pensamento acima, quando se refere às transformações e inovações técnicas que estariam ocorrendo na polícia científica, destacando-as como uma nova fase da polícia. Uma fase que deixaria o empirismo e a arbitrariedade para trás. Ao contrário, em consonância com a modernidade e as transformações pelas quais passava a cidade, assim como o Brasil, a organização policial recorreria à ciência “para explicar-se um fato criminoso, podendo dizer-se quase que não há

crime, por mais enigmático que pareça, que não seja desvendado, reconstituído em todos os seus detalhes, revelado o seu móvel e identificado o seu autor”.<sup>123</sup>

Assim sendo, ao invés de contar com a sorte ou com uma intuição amadorística, o melhor agente da polícia na luta contra o crime seria

o microscópio, o reativo químico, a microfotografia ou o pantógrafo. Para lutar contra os criminosos dos nossos tempos, astuciosos e inteligentes, dotados de todos os recursos para burlar a ação da justiça, a polícia moderna organiza laboratórios e funda escolas técnicas, e pede a ciência noções, processo e métodos eficazes para defender a sociedade contra os seus inimigos.<sup>124</sup>

Combater o crime, mediante o auxílio da tecnologia disponível naquele momento, era considerado uma necessidade para frear a prática de crimes e criminosos que usavam também seus “métodos científicos”, ou pelos menos extremamente criativos para conseguir despistar as investigações policiais. Dessa feita, a polícia judiciária teria de se deparar cada vez mais com crimes de falsificações, contrabando, tráfico de drogas, assassinatos com ocultação de pistas, roubos cuidadosamente arquitetados etc.

Nesse sentido, a organização policial se preocuparia igualmente em aprender todos os aspectos possíveis do ato delituoso e do perfil criminoso, a fim de compreender os diversos aspectos da prática do crime. Esse interesse foi fundamental para o desenvolvimento de uma área técnica importantíssima, como veremos adiante, a criminologia.

---

<sup>123</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “O detetive moderno”, revista *Vida Policial*, nº 32, 1941, p. 4.

<sup>124</sup> Idem.

### 3.5 – Criminologia: as visões de um crime

Os estudos que atribuíram à polícia o status de científica, além da área do conhecimento denominado criminalística, certamente passaram pelas diversas e conflituosas discussões acerca das motivações que levariam o homem à prática de ações delituosas, assim como sua repetição, originalidade perversa ou até desesperada em alguns casos. Esse é o papel da criminologia. A palavra criminologia teria sido empregada, segundo Nascimento<sup>125</sup>, em 1883 pelo antropólogo francês Topnard, sendo aplicada de forma universal posteriormente por Rafael Garofalo, em sua obra *Criminologia*.<sup>126</sup>

Várias podem ser as definições para a criminologia, ciência que estuda o objeto de delito, ou que analisa o comportamento do autor do crime, ou ainda mais completa, como a define Garcia de Molina como:

ciência empírica e interdiciplinada e, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, a vítima e do controle social do comportamento delitivo, e trata de subministrar uma informação válida, contrastadas sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplando este como problema individual e como problema social – assim como os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinqüente.<sup>127</sup>

Essa “dinâmica ou variáveis de um crime” engloba o estudo da motivação psíquica e física do indivíduo, assim como o meio social do qual provém e os caminhos sociais para a punição das práticas delituosas, abrindo a discussão acerca dos reflexos da desigualdade socioeconômica, que se alastram cada vez mais, tornando-se um problema crônico da

---

<sup>125</sup> NASCIMENTO, José Flávio Braga. *Curso de Criminologia*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2003, p. 5.

<sup>126</sup> Livro escrito em 1908, na cidade de Lisboa, Portugal.

<sup>127</sup> GARCIA, P. de Molina. *Criminologia*, Valencia: Tirant lo Blanch, 1999, p. 43. citado por NASCIMENTO, op. cit., p. 7.

humanidade. Ao criminalista ou criminólogo caberia fazer um estudo empírico indutivo, na certeza de abolir de tal ciência qualquer posicionamento ou método especulativo.

Esses estudos seriam “valiosos para esclarecer a personalidade do acusado e levar o juiz a fazer uma aplicação justa e humana da lei”.<sup>128</sup>

Essa definição mais atual acerca da problemática de que dispõe a criminologia como seu campo de estudo, em verdade, passou ela mesma por transformações ao longo de sua história, que vale a pena salientar.

Iniciamos pelos estudos de Della Porta, italiano nascido em 1535, autor da obra *Fisionomia Humana*, em 1586. O fisionomista acreditava que os criminosos traziam traços particulares que os diferenciavam dos homens de bem. Assim, o ladrão caracterizava-se por alguém com orelhas pequenas, com sobrancelhas juntas e espessas, o nariz pequeno, e mãos delicadas e dedos grossos, o homem com maus costumes pelo nariz disforme e pequeno e os olhos grandes, com ombros agudos e delgados, e os homens violentos pela fronte circular, com rugas e unidas no centro, com dentes pontiagudos e de voz grave.<sup>129</sup>

Já Franz Gall, frenólogo<sup>130</sup> alemão, nascido em 1758, acreditava que os delitos de sangue, por exemplo, aconteciam entre indivíduos com instinto carnívoro aflorado, sendo que a vagabundagem seria caracterizada por indivíduos possuidores de rugas frontais, acima da região superciliar. Já o ladrão e o estuproador teriam, respectivamente, uma proeminência da fossa nasal do osso temporal e um maior desenvolvimento na parte posterior da cabeça, com grande crescimento do crânio, ou seja, todos os criminosos apresentavam uma anomalia na formação craniana.

---

<sup>128</sup> ANDRADE, op. cit., p. 144.

<sup>129</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 28.

<sup>130</sup> Estudiosos dedicados a pesquisar a configuração dos crânios e suas preponderâncias e depressões para estabelecer os traços do delinqüente.

Na área médica, Cesare Lombroso pode ser citado como um ícone no assunto, não só pela sua posição acerca do delito e do criminoso, mas por ser ele considerado como o percussor da escola positiva italiana e contribuinte no estudo da antropologia criminal.

Nascido em 1835 e falecido em 1909, Lombroso publicou em 1876 o livro *O Homem delinqüente*. Sua concepção teórica foi influenciada por postulados já consagrados na época, como a teoria Darwinista, a frenologia e a fisognomia.

Basicamente, Lombroso acreditava que o delinqüente era um ser atávico, ou seja, um ser que continha anomalias biogenéticas, sendo essas anomalias encontradas em homens primitivos e animais inferiores. Assim, afirmava que os delinqüentes possuíam

sistemas degenerativos comportamentais, psicológicos, físicos e sociais, tais como menor capacidade craniana em relação aos indivíduos normais, mandíbula grande, fronte esquiva e baixa, grande desenvolvimento dos arcos supraciliais, assimetrias cranianas, fusão da primeira vértebra, atlas, com o osso posterior da cabeça, occipital, grande desenvolvimento dos zigomáticos, ossos laterais da face, orelhas aladas, uso freqüente de tatuagens, insensibilidade à dor, reincidências, etc.<sup>131</sup>

Acreditava ainda, influenciado pelos estudos de Enrico Ferri, que o homem estava sujeito às leis da casualidade, guiado por conseqüências internas e externas, sendo assim absolutamente contra o livre arbítrio.

As maiores críticas em relação à posição teórica de Lombroso residiam no fato de existirem pessoas com determinadas características anatômicas parecidas, porém sem nunca estarem envolvidas com crime de qualquer espécie, ao passo que muitos delinqüentes reincidentes não teriam necessariamente as características acima descritas.

---

<sup>131</sup> JUNIOR, Avelino Alves Barbosa. *Criminologia*. Porto Alegre: Síntese, 2000, p. 24.

Lombroso iniciou também importante estudo, fazendo uma comparação entre o comportamento de alguns animais, plantas e o homem, estabelecendo critérios de similitude e diferença entre as espécies.<sup>132</sup>

O sociólogo Enrico Ferri é outro importante criminólogo a ser destacado. Considerado o fundador da criminologia moderna, foi o autor de *A imputabilidade e a negação do livre arbítrio*, onde argumentava que o homem, ao estar submetido a determinadas pressões, seria compelido a executar determinados delitos.

O autor, que era contra a visão da prática do delito pelo simples viés do livre arbítrio, atribuía ao mesmo três causas principais: biológicas, físicas e sociais. Sua classificação destaca ainda que existem os

criminosos habituais, os quais não são criminosos natos, que sem apresentar anomalias mentais evidentes, são reincidentes endurecidos, ancorados na delinquência crônica sob influência de fatores sociais. A seguir temos os criminosos de ocasião, os quais, em face de insensibilidade moral, atiram-se ao delito por circunstâncias fortuitas em razão de uma certa insensibilidade moral e uma certa ligeireza, são os criminalóides, os quais devemos distinguir dos pseudocriminais. Finalmente, encontramos os criminosos passionais, que são levados por violenta paixão, amor ciúme, cólera, humor contrariado, sendo altamente sangüíneos, nervosos, sensíveis, confessando imediatamente o crime de forma emocionada, amargando grande remorso, tentam suicidar-se, são temidos modelos.<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> Lombroso estudava, sob a ótica de concepção Darwinista, os infanticídios e parricídios que aconteciam entre as diversas espécies de animais carnívoros e a técnica das plantas insetívoras, que atraíam mediante secreção viscosa, suas vítimas para em seguida delas se alimentar. Maiores informações: SOARES, Orlando. *Curso de Criminologia*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2003, p. 20.

<sup>133</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 48.

A psiquiatria seria um outro ramo de estudo, e diga-se de passagem, de extrema importância, uma vez que, dependendo da sua conclusão, teremos a confirmação da imputabilidade ou inimputabilidade do acusado.

Nascido em 1745, Fipipe Pinel defendia que um alienado mental seria um doente e não um parasita social, merecendo cuidados humanitários.

Outro importante estudioso na área da psicologia era o francês Próspero Despine, fundador da psicologia criminal. Seus estudos centraram-se na avaliação dos comportamentos degenerativos de crianças, com taras perversas e criminosas, assim como a similaridade entre delito e loucura.

Basicamente, os conceitos psiquiátricos e psicológicos, versavam sobre a substituição do corpo e da alma, pelo binômio organismo e pessoa. O organismo era considerado qualquer substância viva, como parte integrante de um sistema funcional unitário e a pessoa a totalidade individual e única, com atividade dirigida para certos fins, relacionada consigo mesma, que aprende e vive adquirindo experiência. Ou seja, o indivíduo para além da moral e do direito tinha mecanismos físcobiológicos que em determinados momentos o faziam agir contra os paradigmas sociais preestabelecidos.

De grande importância foram os estudos propostos pela escola sociológica. Seu fundador, Emile Durkheim, defendia que o homem que praticava o delito não praticara uma anormalidade social. A delinquência teria uma melhor compreensão se fizéssemos uma correlação dela com os meios culturais e sociais, e os conflitos decorrentes, em um determinado tempo e espaço.

Os pensadores adeptos da vertente sociológica acreditavam que o fato delituoso não estaria atrelado a problemas psicoorgânicos, mas principalmente por influências

psicossociais, através de fragmentos múltiplos de acontecimentos sociais que seriam captados pelo indivíduo influenciando-o na prática criminosa.

É importante salientar que o cerne de toda a discussão e divergência entre as diversas escolas centrar-se no fato de estar o homem, consciente ou não, no momento em que pratica determinado crime.

A escola clássica tinha como premissa o livre arbítrio na prática do delito, sendo que o homem cometeria o crime violando a lei penal. Essa escola levava em consideração apenas os fatores externos individuais, sem levar em conta possíveis desvios de comportamento baseado ou em anomalias biopsicogénéticas, ou por problemas decorrentes do contexto social ou cultural existente.

Já a escola positivista ou antropológica, não acreditava no livre arbítrio como sendo única explicação possível, exatamente por ter avançado seus estudos e aberto o leque de observações na área da medicina, biologia e psique humana.

Essa escola acreditava que fatores internos e externos seriam os condicionantes para que o homem praticasse esse ou aquele delito, a partir de toda uma complexa atividade psico-física, que poderia ser consciente ou inconscientemente executada.<sup>134</sup>

Quando consegue discernir, através do conjunto de percepções que recebe diariamente seu cérebro, sendo que esse lhe remete os estímulos necessários à prática de tal ação, o homem define sua vontade. Porém, mesmo assim, o homem não praticaria o livre arbítrio, uma vez que essa suposta vontade seria formulada a partir desses estímulos decorrentes dessas pressões internas, ou seja, biofísicas, e externas, como a educação e o

---

<sup>134</sup> H. Hamon explicava que os estímulos inconscientes estariam ligados a movimentos nervosos em que a comunicação sensorial se daria apenas ao nível da medula espinhal, com uma reação motora subsequente, ou seja, o reflexo incondicionado. Já quando a percepção dos fatores externos e internos, através da comunicação chegava até o cérebro, esse tinha condições de analisar mediante atividade mental e então mandar uma resposta ao corpo, uma resposta consciente.

contexto social, sendo ainda mais complicado falar em livre arbítrio quando o homem tivesse alguma anomalia biogenética ou psicológica.

A vertente sociológica compartilhava igualmente da opinião de que o homem não tinha livre arbítrio na prática do delito, porém focando, como já explicamos, suas análises mais nos fatores externos como condicionantes da ação do homem.

Fundamental, por outro lado, foi o desenvolvimento do estudo da criminologia para os estudos policiais. Através da criminologia, a polícia pôde conhecer as diversas opiniões dos especialistas no assunto, podendo aplicar esses conhecimentos no trabalho cotidiano de policiamento das ruas e nas investigações em busca de novas informações antes desconhecidas.

Algumas reportagens extraídas da revista *Vida Policial* sugerem que havia uma preocupação por parte do corpo policial gaúcho em estudar os crimes que estavam ocorrendo na Capital, em outros estados e países. Preocupações essas aparentemente racionais em alguns casos, mas que também envolviam alguns equívocos quanto à avaliação, ou um certo preconceito em como esses crimes ou delitos mais leves eram observados, não abarcando toda a sua complexidade.

Tomemos por exemplo a publicação da reportagem “A criança no mundo da delinqüência”, publicada em 1938. A reportagem faz uma análise sobre o que vem a ser a delinqüência praticada por crianças e adolescentes na Capital, destacando que, em alguns casos, inocentes furtos de balas e frutas poderiam transformar-se em furtos ou crimes mais sofisticados, como os dos menores “Sete cabeças” ou “Pau de fósforo”, conhecidos por se associarem com outros membros, fortificados por ações conjuntas.

Questiona a importância dos pais no processo educacional dos filhos, desde o nascimento, destacando que em alguns casos a negligência paterna seria a principal

responsável pelo desvio dos filhos rumo ao inevitável mundo da contravenção. Afinal de contas, como dizia o doutor John Eduard Lined, diretor de um hospital na Inglaterra, destacado pela reportagem:

abandonemos a idéia de que o criminoso é um monstro, cujo cérebro trabalha perversamente, cujo senso moral se extinguiu e se ostenta de sinais físicos da degenerescência. O criminoso é fisicamente igual. Nele, as reações psicológicas são as mesmas que no não criminoso.<sup>135</sup>

Sendo assim, qualquer criança teria um potencial criminoso dentro de si, esperando o momento certo para manifestar-se, caso não fosse devidamente orientada por seus pais, e na falta desses, por instituições públicas educacionais, e mesmo assim, poderia deixar levar-se por outras idéias que certamente a poria no “mau caminho”, tudo é claro, sem que houvesse uma menção aos problemas socioeconômicos de dimensões maiores, já que o país estava na “era do desenvolvimento”.

E esse desenvolvimento e essa eficácia no controle da criminalidade infantil seriam demonstrados em complemento a essa reportagem, com a exposição do gráfico<sup>136</sup> de indiciados pelos órgãos policiais, que faria uma comparação entre a quantidade de adultos e em Porto Alegre nos meses de março a agosto de 1938. Segundo esse gráfico, a criminalidade infantil na capital estaria diminuindo, devido ao trabalho conjunto do juizado de menores e da aplicação sistemática de vigias aos lugares considerados “escolas do crime” pela polícia.

Um outro caso interessante é o de um argentino, Pablo Sotello, preso em Porto Alegre, por trapacear em um jogo de pôquer. A reportagem fala que Pablo estaria

---

<sup>135</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “A criança no mundo da delinqüência”, revista *Vida Policial*, nº 2, de 1938, p. 21.

<sup>136</sup> Gráfico em anexo nº 1.

trapaceando com a ajuda de um pequeno espelho com o qual conseguia observar o jogo de seus adversários e do funcionário da casa, ganhando com facilidade. Desconfiado, o dono do estabelecimento, contatou a polícia da Capital, que mandou um investigador averiguar a veracidade do fato. Descoberto o crime, o argentino foi imediatamente preso e reconduzido à fronteira, para ser extraditado ao seu país.

O interessante da reportagem está exatamente no trajeto que o investigador e Pablo fizeram de Porto Alegre até Santa Maria, onde o mesmo encontrava-se anteriormente. Pablo lhe falou de sua vida íntima, do amor que tinha pela filha, dos vícios do jogo e, acima de tudo, que era honesto e honrado, não tendo dívidas na cidade, onde, aliás, para espanto do policial, era admirado e tinha muitos amigos. O policial incrédulo, perguntava-se como um homem que acabara de cometer um crime poderia considerar-se honesto, entretanto guardou esse pensamento para si, para não magoá-lo.

Como último parágrafo, a reportagem assim referia-se ao fato ao afirmar “é interessante essa mentalidade de criminosos! Em geral cada um deles, apresenta sempre certos preconceitos que, à primeira vista nos parecem estapafúrdios; mas o elemento humano é tão complexo”.<sup>137</sup>

Na cabeça desse policial, e possivelmente de alguns outros, a descoberta de comportamentos mais dóceis, não condizia com o estereótipo do delinqüente, sempre visto como alguém inescrupuloso, capaz dos mais baixos artifícios, para a satisfação dos seus desejos.

---

<sup>137</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Pablo el Pequero”, revista *Vida Policial*, nº 7, de 1939, p. 20-21.

A mesma surpresa e o mesmo estarrecimento frente ao crime podem ser demonstrados em dois casos curiosos, como o caso do “Homem agulha” e o caso da “Cleptômana macabra”.

O “Homem agulha” seria um curioso criminoso que estaria aterrorizando as mulheres do Rio de Janeiro, em 1938, aplicando-lhes injeções com ar nas pernas causando consideráveis danos. A reportagem o define como alguém doente, ao afirmar “que estranho gosto acham esses indivíduos nessas práticas anormais? Que misteriosas forças internas os levam a satisfazer assim seus instintos doentes? A psicologia humana é verdadeiramente complexa e vezes muitas nos deixa boquiabertos diante de determinadas mentalidades”.<sup>138</sup>

Já o caso da “Cleptômana macabra” aconteceu em Paris, do início da década de 30, sendo relatado por *Vida Policial* por ser um crime praticado com extrema violência, astúcia e frieza, digno de figurar entre os crimes mais complexos daquele tempo. Marcelle Rivot era uma jovem, de classe remediada, assim definida pela reportagem, que como a maioria das jovens de sua época, sonhava com um casamento que lhe desse estabilidade e felicidade para construção do seio familiar. Esse sonho, claro, era bastante real, pois a jovem já se encontrava noiva, sendo seu amado uma ótima pessoa, responsável e completamente apaixonado pela mesma. Porém, num determinado dia, esse sonho terminaria, com uma carta que deixaria Marcelle profundamente perturbada. Nela, seu noivo afirmava que a estava deixando, pois “um imperioso impulso do seu coração, obrigava-o a voltar para a sua terra natal. Com uma empregadinha do hotel, cujos olhos claros não deixava de olhar”.<sup>139</sup>

---

<sup>138</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Sobre Crime e doença”, revista *Vida Policial*, nº 13, de 1939, p. 04.

<sup>139</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Cleptomana Macabra”, revista *Vida Policial*, nº 8, de 1939, p. 8/55.

Nesse momento, profundamente dilacerada, ante a quebra de promessa de casamento e o abandono pela empregadinha de olhos claros, Marcelle se tornaria uma perigosa praticante de crimes em série, contra todas as pessoas que possuíssem olhos claros, sejam eles azuis, verdes ou acinzentados. A primeira vítima foi sua melhor amiga, Marta Puyot, sua companheira nos momentos mais difíceis, mas que não escapou de seu ódio colérico. Com a ajuda de um forte narcótico, a jovem criminosa desmaiou sua amiga, que depois viera a falecer devido à alta dose da droga aplicada, sendo encontrada dias depois... sem seus olhos. A essa vítima, seguiram-se outras 34. Pessoas que estariam andando na rua ou paradas em algum lugar e que horas depois acordariam sem seus olhos. Não houve mais assassinatos, isso é claro devido à calculada frieza com que Marcelle tratava suas vítimas.

Na sua mente, matá-las, lhes abreviaria a dor, ao passo que vivas, pelo resto de suas vidas sofreriam e estariam sempre a pensar por que algo lhes foi tirado, o mesmo tipo de sofrimento que a jovem tinha todos os dias. Tempos depois, ao ser presa e condenada à prisão perpétua, a jovem, sorridente, dizia não ter arrependimento algum pelos crimes praticados. Crimes esses que englobavam a extração e coleção dos olhos das 35 vítimas que atacou. Marcelle, em depoimento, afirmava que a cada vítima que fazia, representava a libertação momentânea de seus terríveis sofrimentos, proporcionando-lhe um intenso prazer. Afirmava que desde o fatídico dia em que recebera a carta,

os olhos claros me martirizavam. Dia a dia aumentava a minha angústia ao pensar que uns olhos claros tinham podido fazer com meu noivo quebrassem todos os seus juramentos. Senti sensações desconhecidas que me

destruíram as entranhas, a mais espantosa, creio eu, possa sentir o ser humano.<sup>140</sup>

Como compreender esses dois crimes? De alguma forma, eles se interligam, pela complexidade da psique humana e a certeza de que paradigmas a priori determinados quase sempre seriam desmentidos, à medida que a criatividade criminosa nos mostraria o contrário. A injeção aplicada em pernas inocentes, olhos arrancados para a motivação do prazer, pondo por terra a teoria do criminoso nato, do predestinado biológico. Em verdade, a grande conquista da criminologia enquanto ciência seria o não se contentar com explicações e determinações simplistas, mas compreender o delito sob o prisma de diversas situações contribuintes para a prática do mesmo.

Em 1941, a mesma revista ressaltava a importância de se estudar como eram praticados alguns crimes em Porto Alegre, dentre eles o roubo. A matéria “Como se rouba em Porto Alegre” alertava como esse crime era praticado e o perfil dos delinquentes mais perigosos, considerados “profissionais do crime” ou “amigos do alheio”.

Nem as criadas escapavam do olhar investigativo da polícia, pois muitas delas operavam, segundo essa reportagem, em conjunto com ladrões, dando-lhes informações preciosas para a execução de um roubo perfeito.

A matéria afirmava ainda que “quase todos os ladrões de Porto Alegre se especializam no modo de roubar, e, como quase todos eles são reincidentes no crime, um hábil agente de polícia sabe logo, mais ou menos, de quem se trata quando lhe contam um roubo”.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> Ibid.

<sup>141</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Como se rouba em Porto Alegre”, revista *Vida Policial*, nº 32, de 1941, p. 24.

Esse estudo fez com que a polícia fizesse um levantamento dos diversos tipos de roubos e seus praticantes, concluindo que os mais perigosos criminosos seriam os assaltantes, que, armados, atacariam suas vítimas à noite, geralmente em ruas de pouco movimento e em bairros mais ricos, sendo por outro lado possível identificar a atuação de crimes mais leves, como roubo a banhistas, roubo com arrombamento mediante chave falsa, o roubo com o auxílio de narcóticos, onde o ladrão utilizava determinadas substâncias para adormecer suas vítimas e ainda roubo com a participação de menores, os *burristas*, assim chamados por trabalharem em auxílio dos ladrões profissionais.

Para o governo Vargas, por outro lado, principalmente no período do Estado Novo, os preceitos teóricos da vertente positiva e antropológica adequaram-se perfeitamente à maneira do governo conduzir sua postura frente à criminalidade e principalmente na atuação repressiva desenvolvida pela polícia política.

Em 1940, Getúlio aprovaria o Código Penal, que entraria em vigor em 1942. Segundo Cancelli, o governo getulista incorporou muito da concepção teórica da Escola positiva, principalmente no que tange a perceber o indivíduo delituoso, após detalhada classificação, como alguém enfermo e, por consequência, alguém que deveria ser isolado, em um submisso controle.<sup>142</sup>

Controle vigilante, justificado pelo aparato da ciência, que no momento era o sinônimo de verdade indiscutível. Sendo essa verdade usada para desqualificar e controlar, principalmente, a presença estrangeira no país.

Em 1940, por conta de uma aula inaugural do curso do Instituto de Criminologia, em São Paulo, Oscar de Godoy, professor de antropologia criminal e médico-

---

<sup>142</sup> CANCELLI, Elisabeth. *O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 78.

antropologista, afirmava, fazendo uma comparação entre a migração de animais e a humana, que os animais com atividade nas gônadas, sendo por isso mais fecundos, teriam maior desejo à migração. Se tal atividade fosse verdadeira entre os humanos, as pessoas mais inclinadas ao matrimônio e por isso mais fecundas estariam mais propensas a migrar. A partir disso, Godoy queria se assegurar que para uma perfeita diluição dos estrangeiros na massa da população nativa, deveriam ser selecionados a partir de suas qualidades físicas, étnicas e morais.<sup>143</sup>

Conjuntamente com essas afirmativas, pesavam sobre o estrangeiro estigmas de desequilibrado mental, com taras de cunho hereditário, que incapacitavam o bom comportamento do imigrante, enfim, condicionantes científicos que visavam denegrir a entrada e a permanência do imigrante no país e justificar todas as atitudes repressivas do governo que seriam adotadas durante o período em que Vargas se manteve no poder.

Mário Gameiro, em reportagem de *Vida Policial*, em 1941, fazia uma verdadeira homenagem a Cesare Lombroso e Beccaria, definindo-os como representantes “das mais altas glórias do Direito Penal”.<sup>144</sup>

Ratifica as descobertas dos dois estudiosos como extremamente importantes para a evolução do Direito Criminal, fazendo pesadas críticas à escola sociológica, afirmando serem seus postulados teóricos completamente falsos. A justificativa de tal afirmativa se centraria no fato de que o indivíduo correto jamais se deixaria dominar pelo meio social, mesmo sendo esse o mais torpe, isso porque “a alma digna ou a alma pura, em permanente revolta íntima contra o meio, adquire uma fortaleza que impressiona os observadores

---

<sup>143</sup> Maiores informações: CANCELI, op. cit., p. 131/132.

<sup>144</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Convicções”, revista *Vida Policial*, nº 40, de 1941, p. 37.

superficiais. Pode o homem digno lidar até com a escória social e com ela conviver: nada lhe alterará o brilho, a força da natureza”.<sup>145</sup>

Além disso, conforme argumenta outra reportagem, “se o homem como querem muitos escritores for um simples joguete ‘nas mãos’ das taras e das influências externas, como se poderá imputar-lhe a criminalidade?”.<sup>146</sup>

Fica claro, através dessas exposições, qual a orientação teórica que o policial deveria seguir e como deveria observar o delinqüente, atendo-se somente ao fato de ser o individuo infrator um anormal, uma escória, como salienta Gameiro, escória essa que vive em determinados espaços e que deveria ser retirado do convívio social na medida em que não se adaptasse à ordenação e à harmonia social imposta pelos “homens de bem”.

---

<sup>145</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Convicções”, revista *Vida Policial*, nº 40, de 1941, p. 39.

<sup>146</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Crimes e criminosos”, revista *Vida Policial*, nº 36, de 1941, p. 21.

## CAPITULO 4

### CONTROLE E REPRESSÃO: A POLÍCIA EM AÇÃO

#### 4.1 -- Rumo ao Estado Novo

Quando assume a Presidência da República, após o golpe revolucionário de 1930, Getúlio Vargas verbalizava em seu discurso oficial a defesa da democracia e dos direitos constitucionais, outrora sufocados pela tirania de uma cúpula dominante, viciada por administrações que somente visavam interesses imediatistas regionais, sem perceber a visão do todo, para o desenvolvimento nacional e a constituição de uma nação próspera e forte.

Nesse sentido, Vargas, defendendo a idéia de ser ele e seus correligionários defensores da nação, afirmou que seria elaborada uma nova constituição e, conseqüentemente, seriam realizadas novas eleições para a Presidência da República.

Contudo, a demora na realização da Constituinte e a insatisfação, principalmente dos cafeicultores paulistas, oligarquia descontente com a perda de poder no cenário nacional, acrescido por insatisfações quanto às medidas aplicadas pelo governo provisório de Getúlio Vargas, que na época aumentava os salários dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que legalizava sindicatos, descontentaria sobremaneira a elite paulista. Essa insatisfação crescente agravou-se ainda mais porque no momento em que assumiu a presidência, Vargas nomeou um interventor Pernambucano<sup>147</sup> para assumir o governo paulista, fato que gerou profundos descontentamentos. Esses fatos acumulados ocasionaram, em 1932, o estouro da

---

<sup>147</sup> O Partido Democrático Paulista queria que seu presidente Francisco Morato assumisse o governo de São Paulo, mas Getúlio Vargas optou por nomear o tenente João Alberto Lins de Barros. Essa falta cometida por Vargas teria sido, segundo especialistas, o germe da futura revolução de 1932. Maiores informações: CAMPOS, Derocina Alves. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fund. Universidade de Rio Grande, 2001, p. 22.

revolta, ou Revolução Constitucionalista, conforme ficou conhecido esse episódio, no qual os paulistas pegaram em armas contra o governo provisório de Getúlio Vargas.

Esse conflito envolveu quase todo o estado paulista, que, entretanto, não recebeu o esperado apoio de outros estados, o que acelerou a sua derrota. As tropas federais eram bem mais numerosas e melhor aparelhadas, com um efetivo de 100 mil homens, contra os 35 mil do lado paulista.

A revolta, que tinha como sigla as letras MMDC,<sup>148</sup> teve a duração de três meses, sendo que dois anos depois seria promulgada a Nova Constituição da República, em 1934, com uma nova promessa, a de que Getúlio sairia do poder em 1938.

Aqui no Rio Grande do Sul, os conflitos de 1932 também deixaram suas marcas, dentre elas a criação do Partido Republicano Liberal (PRL), sob liderança de Flores da Cunha, que mesmo não concordando de imediato com o governo Vargas, manteve-se ao seu lado, por uma questão de estratégia política.

Além disso, as principais lideranças da Frente Única Gaúcha (FUG), que em 1932 se puseram contra o governo, foram obrigadas a deixar o país, com exceção de Borges de Medeiros, que se exilou no nordeste.

O primeiro teste de Vargas no governo teve saldos que oscilaram entre vitórias e derrotas. A principal, obviamente, foi a permanência do governo Vargas no poder, demonstrando cada vez mais sua força e habilidade política, para reverter situações a seu favor e colocar drasticamente por terra qualquer manifestação contrária a suas práticas de governo.

---

<sup>148</sup> As letras MMDC eram as iniciais dos nomes de quatro jovens estudantes, que morreram no confronto com a polícia sendo eles: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.

Contudo, Getúlio teria de lidar constantemente com as diversas forças políticas emergentes no cenário nacional e regional, ou seja, liberais, antigas oligarquias e militares, que queriam participar de forma efetiva nas decisões mais importantes em relação à administração do país.

Muitos são os caminhos que levaram à imposição da ditadura no Brasil, denominado Estado Novo, em 1937.

No nível internacional, a democracia liberal era posta em xeque, com os acontecimentos desastrosos da economia, tendo na quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, o ápice do fracasso do sistema capitalista liberal, o que por si só abria pressupostos defendidos por governos autoritários e totalitários ao redor do mundo, como “crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como exemplo que conduziriam o país à desordem e ao caos”.<sup>149</sup>

É um momento em que o jogo de poder torna-se mais explícito e violento e quando eclodem novos regimes ao redor do mundo que se afunila em um redemoinho que culminaria na Segunda Guerra Mundial.

Surgem então os regimes nazi-fascista e salazarista, todos recheados de um discurso nacionalista exacerbado, sendo que a Alemanha de Hitler ainda defendia a supremacia da raça ariana perante o mundo.

Mesmo negando essas influências de forma explícita, exatamente por ser, assim como o liberalismo, um conjunto de idéias estrangeiras, que não se adaptavam ao país, em verdade, muito do autoritarismo do Estado Novo foi baseado em postulados teóricos italianos e alemães.

---

<sup>149</sup> FAUTO, Boris. O legado institucional. In PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando e Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 18.

Diante do delicado contexto internacional, somava-se a instabilidade política e econômica do país, seguida de estremecimentos políticos regionais, que colocavam seus interesses acima da planificação de coesão e conversão de interesses nacionais, proposta sob a orientação de Getúlio Vargas.

Entre 1930 a 1935, vários foram “os projetos políticos que cada qual a seu modo, tentavam oferecer ao Brasil uma nova ordem político-jurídica”.<sup>150</sup>

Diante desse quadro, conforme se aproximava o período eleitoral, Vargas e seus aliados demonstravam a cada dia que sua permanência no poder apresentava-se como uma realidade concreta, e que um golpe de estado seria questão de tempo. Entretanto, esse golpe não poderia passar à população e aos opositores a imagem de que Vargas ficaria sentado na cadeira do Catete como mero usurpador, sua permanência seria justificada para a garantia da “segurança nacional”<sup>151</sup>, frase muito usada principalmente para dar explicações sobre as atrocidades cometidas contra aqueles que divergiam do modo autoritário do novo governo.

Para que o plano desse certo, o governo deveria apresentar à sociedade um inimigo comum perigoso, capaz de unir o povo na defesa de sua soberania nacional, esse inimigo seria o comunismo. O ataque ao comunismo foi devido ao fato de ser esse uma força política, que cada vez se organizava mais, a ponto de inclusive propiciar um levante militar que ficou conhecido como Intentona Comunista, liderado por Luís Carlos Prestes, homem de confiança do Partido Comunista Soviético.

---

<sup>150</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulci (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 328.

<sup>151</sup> Em setembro de 1936, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional, uma instância jurídica que tinha como finalidade julgar crimes contra a Nação. Maiores informações: D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2000, p. 18.

Após sufocar esse levante, o governo iniciou um período de caça aos “traidores”, exilando muitos parlamentares, ao mesmo tempo, perseguindo e prendendo intelectuais e jornalistas.

O desfecho final para o estabelecimento do Estado Novo foi o Plano Cohen, conforme ficou conhecido esse plano, que na verdade era uma mera invenção do governo. O plano afirmava haver uma conspiração judaico-comunista para derrubar o governo e instituir um governo internacional, tendo em vista “a degradação dos valores da sociedade materialista, atéia e contrária à idéia de família e a honra das mulheres”.<sup>152</sup> Contudo, esse plano ficcional foi a desculpa perfeita para um governo que, sem escrúpulos, necessitava implementar um golpe de estado em nome, como já referimos, da segurança nacional. Instituiu-se assim, em 10 de Novembro de 1937, o Estado Novo, regime pelo qual Vargas dissolveria o Congresso e outorgaria uma nova Constituição.

O Estado Novo, tido por alguns, ainda hoje, como símbolo de estado forte, industrializado, tornaria igualmente, um regime de governo extremamente autoritário, proferindo discursos de unidade nacional, mas que tinham o objetivo claro de transformar classes em massas e o desejo individual em ação coletiva. Sendo o Estado Novo essencialmente ditatorial, Vargas e seus aliados, através da repressão, da coerção e da censura, procurariam eliminar qualquer ameaça que fosse um potencial empecilho à manutenção de seu poder.

---

<sup>152</sup> D'ARAÚJO, op. cit., p. 19.

## 4.2 – A estruturação da Polícia gaúcha sob a égide do Estado Novo

Instituído o Estado Novo, caberia agora ao governo a manutenção do poder no sentido de controlar os possíveis levantes de opositores como o que ocorreu em 1938, quando um grupo de Integralistas<sup>153</sup> atentou contra a casa do presidente, deixando Getúlio sitiado, sendo essa revolta debelada com a ajuda do Ministro da Guerra Gaspar Dutra.

Daquele momento em diante, Getúlio teria sua guarda pessoal, composta de gaúchos considerados leais a ele e chefiada por Gregório Fortunato<sup>154</sup>, o seu “anjo negro”.

A manutenção do governo getulista passava por dois pontos fundamentais: a propaganda e a repressão. A propaganda seria usada no sentido de “dar satisfação” dos seus feitos ao povo, visando com isso arregimentar e alimentar a esperança das massas.

Com isso, o governo criaria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável por fazer o marketing governamental e ao mesmo tempo censurar qualquer manifestação que julgasse ser de cunho ofensivo contra o governo.

Com os meios de comunicação sob seu controle, o governo Vargas usaria a propaganda sistemática para unir o país em torno dos ideais nacionalistas e do mito do homem trabalhador. A técnica de sedução das massas dar-se-ia através da emoção, da paixão, que “tenta reprimir, dos imaginários sociais, toda representação do passado,

---

<sup>153</sup> Os integralistas faziam parte da Ação Integralista Brasileira (AIB), sendo seu posicionamento de extrema direita. No golpe de Estado, os integralistas estiveram ao lado do governo, visando posterior barganha política, porém Vargas, quanto acabou com os partidos em todo o país, deixou também a AIB na clandestinidade, gerando protestos.

<sup>154</sup> Gregório Fortunato foi peça central na crise que levou Getúlio a suicidar-se, em 1954. Gregório foi o mandante do atentado contra Carlos Lacerda, importante político da época e opositor de Getúlio, fato que deu origem a denúncias contra o governo.

presente e futuro coletivos que seja distinta daquela que atesta a sua legitimidade e cauciona seu controle sobre o conjunto da vida coletiva”.<sup>155</sup>

Através do domínio dos meios de comunicação e da censura contra a liberdade de imprensa, o governo Vargas tinha como objetivo a manutenção de regime imposto pelo Estado Novo, conquistando a massa trabalhadora e enfraquecendo possíveis oposições, para depois ter mais tranqüilidade para usá-las, ou como fonte de propaganda pró-governo, no sentido de legitimar suas ações mais radicais ou simplesmente aniquilá-las por completo através da coerção e da repressão em nome da brasilidade e do progresso da nação.

Para aqueles que ainda ousassem resistir à imposição ditatorial do Estado Novo, sentiriam toda a força do regime, através dessa repressão sistemática, cínica e nem por isso menos inteligente, sendo a polícia o órgão responsável direto pela fiscalização da lei e punição severa aos seus descumpridores, ou seja, de todos aqueles que fossem contrários ao governo getulista.

Para isso, seria necessário ter uma polícia bem aparelhada, treinada e principalmente obediente aos desígnios propostos.

O primeiro passo dado pelo governo, ainda no início da década de 1930, foi a substituição de todos os chefes de polícia, em todos os estados da federação, por homens de confiança e de simpatia pelos ideais governistas, criando entre todas as polícias do país uma rede de cooperação e de trabalho conjunto, um marco em termos de atuação policial, já que esse intercâmbio não ocorria com o propósito tão claramente definido e em escala tão significativa como nesse momento.

---

<sup>155</sup> CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p.169.

Assim, a polícia de todo país estaria interligada, a Polícia do Distrito Federal, que, por sua vez, estaria subordinada à presidência da República.<sup>156</sup>

Essa atuação conjunta se confirmaria através do Congresso Nacional de Autoridades Policiais, realizado em 20 de outubro de 1936, no Rio de Janeiro, um ano antes da implementação do Estado Novo. Esse encontro teria três objetivos principais:

o primeiro era o de unificar o trabalho policial, tanto sob o ponto de vista da definição do alvo político de suas ações, como da transformação legal da Polícia Civil do Distrito Federal em central de informações e ações policiais para o país. O segundo, apagar eventuais arestas entre os comandos estaduais do serviço policial e suas autoridades, e o terceiro aumentar o prestígio do chefe de polícia do Distrito Federal.<sup>157</sup>

E com esse propósito unificador, seriam tomadas iniciativas no sentido de dar vida às expectativas policiais no Rio Grande do Sul, ou seja, uma reestruturação que atendesse às demandas que o momento exigia.

O decreto nº 6.880 de 7 de Dezembro de 1937 era o reflexo direto desse momento e a tentativa de criar na polícia gaúcha mecanismos capaz de atender ao comando central. A proposta mais significativa que o decreto nº 6.880 apresentava era a extinção da divisão da polícia em administrativa e judiciária, ficando toda a prestação de serviços policiais no Estado sob a responsabilidade da Repartição Central de Polícia, visando com isso dar maior dinamismo e sincronia entre os diversos serviços policiais prestados em todo o território estadual.

---

<sup>156</sup> Aparentemente a polícia do Distrito Federal estaria subordinada ao Ministério da Justiça, contudo quem realmente detinha o poder sobre a polícia seria Getúlio Vargas, sendo Filinto Müller seu chefe de polícia na capital carioca. Maiores informações: CANCELI, op. cit., p. 50/51.

<sup>157</sup> Ibid., p. 64.

Assim deveria ser, embora a sua criação não contemplasse inteiramente os interesses da organização policial gaúcha. Isso fica claro através do extenso relatório enviado pelo Chefe de Polícia, Capitão Aurélio Py, ao Interventor Federal Cordeiro de Farias, no ano de 1938, onde versava sobre diversos problemas que estariam travando o bom andamento dos serviços policiais. A lei nº 6.880, pela sua urgente implementação, carecia de soluções mais definitivas, mais técnicas para suprir as necessidades da Capital e os demais municípios do Estado, dando a todas as delegacias orientações comuns e de qualidade.

GIULIANO argumenta que o referido decreto pecava em muitos aspectos ao destacar que:

o senso prático foi posto de parte, deixando campo livre ao puro teorismo, não se procurou adaptar a nova organização às nossas condições mesológicas; ao contrário, pretendeu-se que estas se adaptassem, de golpe, à nova estrutura policial. Orientação errada por invertida. Não é a vida social que se organiza ao sabor das leis; estas é que elaboram e se transformam em consonância com as condições da vida social.<sup>158</sup>

Para suprir essas necessidades, algumas modificações foram postas em prática já em 5 de dezembro de 1938, através do decreto nº 7.601. Dentre elas está a criação da Delegacia Auxiliar e a Diretoria de Expediente, que ficariam integradas como órgãos da Repartição Central de Polícia. Essa Delegacia exerceria a função de uma Sub-delegacia, estando articulada com todos os demais órgãos policiais criados e estando diretamente subordinada à Chefia de Polícia.

---

<sup>158</sup> GIULIANO, op. cit., p. 28/29.

Conjuntamente com as já criadas Delegacias de Ordem Política e Social (D. O. P. S.) e Diretoria de Investigações e Serviços Preventivos (D. I. S. P.) foram criadas, através desse novo decreto, a Delegacia de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros (D. E. P. S. E.), a Delegacia de Trânsito e Acidentes (D. T. A.) e a Diretoria de Presídios e Anexos, tendo cada um desses departamentos suas subdivisões, visando, segundo a versão oficial, suprir todas as carências possíveis das principais cidades do estado.

Além disso, o Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, e o Gabinete Médico Legal, passariam ambos à categoria de Instituto e ficariam diretamente subordinados ao comando do Chefe de Polícia e não mais à D. I. S. P., como era no período anterior.<sup>159</sup>

Ao Instituto de Identificação caberia a função de realizar todos os trabalhos concernentes a sua área, ou seja, a identificação civil, criminal e judiciária, bem como as perícias técnicas e científicas necessárias ao esclarecimento dos fatos delituosos a serem descobertos, trabalhando em estreita comunicação com o Instituto Médico Legal (I. M. L.).

Esse órgão, por sua vez, teria retificado a sua função de exercer perícias médico-judiciárias, necessárias a quaisquer investigações policiais ou processos judiciais, estando no conjunto de suas atuações prestar exames de lesões corporais, de violências carnais, de sanidade mental, exames químico legais, exames microscópicos, dentre outros.

A Guarda Civil, nossa referência de estudo na área de policiamento ostensivo, faria parte do órgão denominado Serviços de Policiamento,<sup>160</sup> setor que, por sua vez, ficaria subordinado diretamente à Delegacia Auxiliar, sendo o cargo de Diretor da Guarda o responsável direto pelo comando da corporação, que seria ainda composta por sub-

---

<sup>159</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “A Nova Organização Policial”, revista *Vida Policial*, nº 5, de 1938, p. 52.

<sup>160</sup> Conjuntamente com a Guarda Noturna e destacamentos da Brigada Militar.

diretores, fiscais de 1ª a 3ª classe, guardas de 1ª a 3ª classe, totalizando 718 homens para o serviço de policiamento e tráfego.<sup>161</sup>

Antes da Instituição do Estado Novo, Flores da Cunha, então governador do Estado, tentou dar um caráter mais militar para a Guarda, visto que tinha contra Getúlio Vargas desavenças políticas e via na Guarda um possível grupamento armado que serviria de resistência às intromissões federais no estado. Contudo, todo o armamento federal adquirido pela Guarda Civil ao longo da década de 1930 seria enviado ao Ministério da Guerra em 1937. Com a renúncia de Flores da Cunha do comando do estado, o mesmo procedimento teve de ser adotado em relação ao armamento emprestado à Guarda Civil pela Brigada Militar.<sup>162</sup>

Entretanto, mesmo com material bélico reduzido, a busca por uma melhor performance profissional viria através das novas exigências para provimentos de cargo, em 1938.

Através do boletim nº 23, de 31 de agosto de 1938, ficaria estabelecido que guardas efetivos e extranumerários poderiam se inscrever no concurso de caráter interno, sendo que em caso de aprovação os extranumerários seriam incorporados ao quadro fixo da corporação. Porém, a seleção tornar-se-ia mais rigorosa, pois, além obter aprovação nas provas teóricas, de português, aritmética, geografia, instrução moral e cívica e topografia de Porto Alegre, os candidatos deveriam

transpor um obstáculo por vezes incontrolável, a própria natureza. Características como altura razoável (1,68), bons dentes, ser maior de 18 anos e menor de 38, além de ter boa saúde constatada em exame médico e ‘possuir o

---

<sup>161</sup> Maiores informações: GIULIANO, op. cit., p. 137.

<sup>162</sup> Maiores informações: MOTEIRO, A nova policia..., p. 187.

índice de robustez normal' eram exigências básicas sem as quais não mais se poderia ingressar na corporação.<sup>163</sup>

Obter o guarda perfeito, ou pelo menos o mais perfeito possível, seria o objetivo a ser alcançado pelo comando da Guarda, tanto para evitar futuros problemas com doenças e as licenças delas decorridas, ocasionando desfalques na escala de serviço e sobrecarga de trabalho, quanto oferecer um serviço mais profissional, com bom treinamento, condizente com a missão que o Estado Novo lhes conferia.

Segundo expõe Monteiro, o Estado continuaria auxiliando a Guarda Civil no provimento de recursos salariais e de material, sempre com o apoio discreto do município. Em 1937, após 8 anos de Guarda, seria concedido o primeiro aumento significativo para a categoria. Contudo, nem sempre essa ajuda financeira seria sinônimo de aumentos salariais, pois, se em 1937, por exemplo, a verba destinada por parte do Estado era de 3:328:520\$000, em 1938 esse valor aumentaria para 3:354:480\$000, porém, e aqui está uma importante observação, o número de agentes que era de 543 homens passaria a 718, conforme já exposto, o que acarretaria uma diminuição no salário e na manutenção de materiais de trabalho.

Da mesma forma, ocorreriam mudanças na área profissional dos demais órgãos polícia estadual. Os cargos de diretores da D. O. P. S., D. I. S. P., Administrador da Casa de Correção, Delegado Adido a D. O. P. S., seriam sempre ocupados por um delegado de 1ª categoria, aprovados em concurso ou ainda por bacharéis em direito, diplomados prá três anos pelo menos, sendo esses cargos comissionados.

---

<sup>163</sup> Ibid., p. 196.

O plano inicial de carreira previa os seguintes cargos: delegados de 3ª categoria; inspetores de 2ª classe e escreventes de 3ª categoria, 4º oficial, datilógrafos, fotógrafos, desenhistas, auxiliares de peritos, artífices e enfermeiros, sendo os cargos de inspetores de 3ª classe os escreventes de 4ª categoria seriam de livre nomeação e demissão do Chefe de Polícia.<sup>164</sup>

Para os cargos técnicos científicos seriam nomeados ou contratados profissionais que tivessem comprovado sua competência, “admitindo-se estrangeiros somente no caso de não haver brasileiro habilitado”.<sup>165</sup> E quando fosse necessário empregar um estrangeiro, esse somente exerceria o cargo em regime de comissão.

As promoções de cargo ocorreriam sempre na proporção de dois terços por antiguidade e um terço por merecimento.

Delegados de polícia de 3ª classe e inspetores de 1ª classe que tivessem como objetivo serem promovidos, respectivamente, a delegado de 2ª classe e Diretor da D. I. S. P. teriam de, obrigatoriamente, cursar com êxito o curso superior da Escola de Polícia.

A hierarquia da polícia seria encabeçada pelo Chefe de Polícia, seguido de Delegados e Inspetores, respeitando a distinção por categorias.

Ao Chefe de Polícia caberia ainda administrar a polícia, em todo o estado, sendo que esse cargo seria preenchido por livre nomeação e demissão do Governador do Estado.

O Chefe de Polícia estaria diretamente subordinado à Secretária do Interior e é claro ao Governo do Estado, e para eles deveria remeter informações sobre o andamento do

---

<sup>164</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. A Nova Organização Policial, revista *Vida Policial*, nº 5, de 1938. p. 51.

<sup>165</sup> Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL), Decreto nº 7601, de 5 de dezembro de 1938, art. 20.

serviço policial, assim como solicitar quaisquer alterações que julgasse necessárias para tornar a polícia dotada de maior eficiência.<sup>166</sup>

Foram corrigidos alguns erros técnicos, que causaram muitos transtornos anteriormente, dentre eles estabeleceu-se a substituição legal de todos os cargos, como por exemplo, os delegados regionais que no impedimento de suas funções seriam substituídos pelos delegados da sede. No caso do delegado da D. O. P. S., seu substituto legal seria o Delegado Adido, que dirigia os serviços de cartório dessa repartição.

Outra importante providência nesse sentido foi estabelecer a correlação hierárquica entre inspetores e guardas civis, ficando estabelecido que os inspetores de 1ª, 2ª e 3ª classe corresponderiam, respectivamente, aos fiscais de 1ª, 2ª e 3ª classe, evitando possíveis desconfortos de comando e funções.

Por fim, cabe salientar que se mantiveram as regiões policiais em número de seis no Estado, sendo a 1ª em Caxias do Sul, a 2ª em Pelotas, a 3ª em Santa Maria, a 4ª em Alegrete e a região extra em Porto Alegre, claro que com jurisdição nas cidades vizinhas.

Ao todo, o decreto nº 7.601 foi composto por 220 artigos, explicando detalhadamente todas as responsabilidades dos órgãos policiais, assim como a atuação de seus membros, hierarquia, concursos etc.

Basta observarmos o organograma da constituição policial de 1938, em anexo<sup>167</sup>, para termos uma idéia de como funcionava a complexa organização burocrática da polícia, durante o Estado Novo, sendo esse mecanismo necessário, segundo Aurélio Py, para o bom funcionamento dos serviços prestados pela polícia.

---

<sup>166</sup> Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL), Decreto nº 7.601, de 5 de dezembro de 1938, art. 31.

<sup>167</sup> Organograma em anexo nº 2.

Conjuntamente com essa mudança estrutural, foi criada ainda pelo decreto 6.880, de 7 de dezembro de 1937, a Escola de Polícia.

Seu objetivo precípua era o de integrar, mediante uma instrução teórica e prática, todos os serviços policiais, em todo o estado, dando orientações sistemáticas nas diversas áreas de interesse da segurança pública.

Segundo o referido decreto, sua estrutura estaria dividida nas seguintes seções:

- a) Museu do crime – onde se guardariam todos os instrumentos usados para a prática de crimes, como armas de fogo e armas brancas, as drogas apreendidas, moedas falsas, ou seja, objetos que deveriam ser úteis para o estudo da criminalidade;
- b) Biblioteca – contendo todos os livros científicos e leis nacionais, regulamentos e toda literatura policial importante naquele contexto;
- c) Seção de Publicidade e Informações – sua função era desenvolver as relações entre todos os departamentos policiais, assim como prestar diversas informações ao público, de higiene, movimento do serviço meteorológico, defesa contra atentados à propriedade, com fins de estabelecer uma boa relação entre povo e polícia;
- d) Seção de Desportos – seção responsável pelo incremento físico dos policiais da Repartição Central de Polícia, sob a direção de um professor capacitado;
- e) Seção Cultural – responsável pela organização de eventos, educacionais, apresentação de trabalhos e dissertações e teses na área técnica e científica da polícia.<sup>168</sup>

Basicamente, a Escola de Polícia oferecia aos seus alunos dois cursos, o curso prático e o curso superior.

---

<sup>168</sup> Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL), Decreto nº 6.880, de 7 de dezembro de 1937, art. 144.

O curso prático preliminar seria destinado a funcionários da Guarda Civil, soldados da Brigada Militar e qualquer funcionário da polícia, abrangendo esse curso aulas sobre organização dos serviços policiais, noções sobre polícia preventiva e repressiva, maneiras de usar as armas, proteção aos locais de crime, postos de ronda e normas de serviço, assim como aprendizagem de como conduzir diversos veículos, como carro, lancha, trem, enfim, noções básicas de todos os procedimentos policiais, nas diversas áreas de atuação da polícia.

O curso superior seria destinado a delegados de 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> categorias e a inspetores que tenham sido aprovado nos curso prático. Tal curso englobaria: organização, leis municipais, legislação comparada e técnica judiciária, detalhes de compreensão acerca do local do crime, como levantamento topográfico, fotográfico, fixação dos detalhes por meio de coordenadas, conservação do local do crime, etc. Haveria ainda nesse curso o estudo mais aprofundado do direito penal, datiloscopia em todos os seus aspectos técnicos, noções de antropologia, sociologia, criminal, psicopatologia, noções adiantadas de anatomia, medicina, química legal, dentre outros.<sup>169</sup>

Os funcionários que estivessem trabalhando no interior do estado poderiam ter acesso aos cursos propostos, mediante material enviado, tendo, porém, de prestar exame na Capital. Os cursos em questão seriam fundamentais para aqueles candidatos que visassem ascender a cargos dentro do plano de carreira proposto.<sup>170</sup>

Em 13 de junho de 1938, começariam a ser ministradas aulas em uma das dependências da Repartição Central de Polícia (R. C. P.), tendo a freqüência das aulas “superado a mais otimista das expectativas, demonstrando de um modo muito expressivo a

---

<sup>169</sup> Maiores informações: Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL), Decreto nº 6.880 de 7 de Dezembro de 1937, art. 150/154.

<sup>170</sup> Idem, art. 163.

disciplina do elemento policial e ainda a vontade dos nossos colegas de desfrutarem ensinamentos úteis a suas funções”.<sup>171</sup>

As aulas seriam ministradas por profissionais das diversas áreas citadas e o alunado, além das aulas teóricas, freqüentaria também os diversos órgãos técnicos da R. C. P., como o Instituto de Identificação e os laboratórios da Medicina Legal, a fim de ter o conhecimento prático do que era aprendido em sala de aula.

Muitas das aulas teóricas ministradas eram transcritas na íntegra pela revista *Vida Policial*, que nos seus diversos números estaria sempre divulgando a escola.

Entretanto, Escola de Polícia, ao que tudo indica, por falta de investimentos mais significativos, por parte do governo, funcionaria apenas entre os anos de 1938-39, sendo posteriormente fechada, voltando funcionar de fato somente em 1957.

De grande importância para a afirmação da organização policial, enquanto instituição e do policial enquanto indivíduo em busca da respeitabilidade social, foi sem dúvida a criação da revista *Vida Policial*.

*Vida Policial*<sup>172</sup>, da qual já nos socorremos diversas vezes ao longo de nosso trabalho, pode ser considerada como a publicação que com maior êxito divulgou a atuação da organização policial no Rio Grande do Sul e é claro na Capital.

---

<sup>171</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Escola de Polícia”, revista *Vida Policial*, nº 1, de 1938, p. 36.

<sup>172</sup> Estela Carvalho Benevenuto estuda como a revista *Vida Policial*, de grande circulação no Rio Grande do Sul, foi importante para o contexto político do Estado Novo, com a criação de uma polícia política, com novos métodos de repressão e controle social. Maiores informações: BENEVENUTO, Estela Carvalho. *A polícia política e a revista policia policial - uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1997. 177f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A primeira edição dessa revista foi publicada em agosto de 1938, sendo seu fundador Plínio Brasil Milano, deixando claro que seu surgimento era algo imprescindível, um imperativo do momento.

Sustentáculo do regime instaurado, afirmava que “o Brasil passa, com efeito, por uma fase de completa reconstrução, em todo os setores de atividade. Desde o advento do Estado Novo, assistimos todos, entre estasiados e confiantes, à concretização dos velhos ideais, por que toda gente aspirava e que pareciam de realização impossível”.<sup>173</sup> E assim foi até sua extinção em 1945, se posicionando a favor do governo Vargas, sempre que a ocasião assim exigia. Suas matérias abrangiam os mais variados assuntos, convergindo sempre para o interesse da classe policial. Quer seja na área técnico-científica, quer seja na área de legislação, comportamento social e atuação política, a revista *Vida Policial* sempre abria discussões, propondo soluções para o bom andamento dos serviços policiais e o papel que esses, mais o conjunto da sociedade, deveriam ter para que reinasse a perfeita harmonia e a ordem, para um perfeito desenvolvimento nas diversas cidades do Estado.

*Vida policial* também funcionava como um portal de informações, de casos e atuações de outras organizações policiais do Brasil e do mundo, descrevendo seus avanços e sugerindo o que de melhor poderia ser aproveitado na nossa realidade regional. Além disso, dispunha de seções que traziam interessantes contos e problemas policiais a serem solucionados, um treino para jovens policiais em início de carreira.

Podemos supor que a revista policial tinha uma significativa tiragem, que, se não se traduz em números precisos, pode ser observada através da enorme quantidade de

---

<sup>173</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. Editorial, revista *Vida Policial*, nº 1, de 1938, p. 3.

propagandas comerciais em seus números, sempre crescentes e abrangendo os mais variados ramos de negócios.

E esse crescimento de vendas era obviamente sustentado e apoiado pelo governo, pois *Vida Policial* seria o principal órgão público de defesa das ações da polícia gaúcha, principalmente no período em que a guerra estava em andamento, justificando as ações mais truculentas da Polícia Política e potencializando inúmeras matérias versando a respeito de possíveis atuações de espões dos países do Eixo, em especial alemães e italianos.

A dramaticidade de caráter sensacionalista exposta nas diversas matérias que se seguiram a partir de fevereiro 1942 encarregava-se de manter seu público leitor informado em detalhes de possíveis atuações nazistas no estado.

Esse bombardeio de noticiários visava deixar a população em constante estado de alerta, criando um clima de guerra e do esforço que “nossos heróis”, os policiais, teriam no cotidiano de labor intenso contra aqueles que estariam indo contra a soberania nacional.

Para o policial, enquanto profissional, portanto, uma nova era se inaugurava com o advento do Estado Novo, uma era de esperança, na possibilidade de obter a respeitabilidade almejada, quer seja pela eficiência ou truculência dos serviços prestados, quer seja pelo reconhecimento da sociedade, demonstrando à mesma que a ciência e a técnica e a cordialidade policial estariam a serviço do cidadão, ou pelo menos a parte mais favorecida e obediente da sociedade, e claro da cúpula dirigente. Essa cúpula dirigente que em muito se diferenciava dos antigos caudilhos aos quais, outrora o policial estaria subordinado, em uma época em que

a polícia, de um modo geral, era obrigada a defender interesses fracionados da coletividade, tendo em vista o sentido partidário das administrações. Muito embora

houvesse a presunção da sua absoluta imparcialidade, no exame e solução das questões que lhe estavam afetas, certo é que ela não podia esquecer a orientação do poder político partidário que a sustentava.<sup>174</sup>

Nesse novo período em que, como organização, mantinha o discurso da missão, do cumprimento do dever, em que o Chefe de Polícia gozava de certa autonomia para orientar os serviços policíacos e que a polícia estaria agindo sempre com o amparo de uma pretensão jurídica, a Polícia sentia-se segura em suas ações e segura em sua profissão, tornando-se organização leal ao governo ora instituído, sem com isso estar prestando serviço a interesses particulares, não só para combater os inimigos do regime, mas para combater igualmente a criminalidade crescente da capital. Esse discurso, para a organização policial, seria suficiente para justificar a ampliação do poder de polícia, sem os riscos da arbitrariedade e da prepotência.

Contudo, é de grande importância salientar que mesmo com as implementações de 1937 e 38, muitas outras reformas seriam feitas, já inclusive em 1947, quando fecha o ciclo de 15 anos de governo Getúlio.

Essas mudanças sempre buscariam valorizar os serviços policiais, pois é importante que se afirme que o Estado estaria investindo na polícia, mas somente até o limite que fosse necessário para a manutenção de seus interesses, como foi o caso do governo getulista.

---

<sup>174</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “A Evolução do Conceito de Polícia”, revista *Vida Policial*, nº 49, de 1942, p. 41.

### **4.3 – Os Departamentos: sua importância e atuação no estado e na Capital**

A primeira reportagem da revista *Vida Policial* destacava a importância de se ter, naquele momento, uma polícia subdividida em departamentos, usando como exemplo a polícia federal norte-americana. Destacava a reportagem que a tal divisão possibilitaria uma melhor eficiência, isso porque cada departamento teria uma função específica e um criminoso específico para estudar e capturar.

A necessidade da criação dos departamentos está intimamente ligada ao desenvolvimento, no caso norte-americano do crime organizado, dentre eles o contrabando de bebidas, a falsificação da moeda nacional e venda de drogas.

O Brasil, com suas peculiaridades e as exigências do regime imposto, criaria os departamentos com vista a atender às necessidades locais e principalmente exercer um maior controle sistemático sobre a população e principalmente sobre os imigrantes, que na época eram alvo de perseguições políticas.

Como exemplo de atuações desses departamentos, destacamos a Delegacia de Trânsito e Acidentes (D. T. A.); a Delegacia de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros (D. E. P. S. E.); a Delegacia de Ordem Política e Social (D. O. P. S.); a Diretoria de Investigações e Serviços Preventivos (D. I. S. P.), finalizando com o Serviço de Policiamento, tendo como referência a atuação da Guarda Civil em Porto Alegre.

### 4.3.1 – Delegacia de Trânsito e Acidentes (D. T. A.)

Sua função básica era resolver os problemas decorrentes do crescente trânsito urbano, nos principais municípios do Estado e principalmente em Porto Alegre, que na época já teria, segundo dados da época, 7.000<sup>175</sup> veículos automotores trafegando pelas ruas.

A primeira mudança feita com a criação do Departamento procedeu-se no âmbito interno. No período anterior a 1938, a Delegacia de Trânsito tinha duas diretorias que trabalhavam quase que de maneira autônoma, a Delegacia de trânsito propriamente dita e a Sub-Diretoria de Tráfego, seção especializada da Diretoria da Guarda Civil, sendo que a esta ficava designada toda a parte de atuação em relação ao trânsito, e ao Delegado responsável caberia apenas administrar a seção de acidentes. Porém, o mesmo respondia por qualquer percalço ocorrido.

Como medida inovadora, o Delegado Rodolfo Pierri, reorganizou, em 1941, todos os trabalhos relativos ao trânsito, sob uma única direção. Isso acarretou um acréscimo de trabalho, porém possibilitou um melhor controle e eficiência dos serviços. Basicamente esse novo departamento seria composto da Seção de Prontuário Arquivo e Fichário (S. P. A. F.), com funções de ter um controle geral estatístico de todo o movimento de processos, taxas, expedição de documentos, confecção de mapas gráficos, ofícios e circulares.

---

<sup>175</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Delegacia de Trânsito”, revista *Vida Policial*, nº 1, de 1938, p. 25.

Já a Secção de Expediente seria responsável pelo protocolo, cobrança de multas, preparo de carteiras, vistorias e emplacamento de veículos e ainda pelo exame de habilitação, para os condutores, “este a cargo de competente banca examinadora. Além do exame de habilitação o candidato é submetido a rigoroso exame de saúde física, havendo, pois, na organização um modelar gabinete médico”.<sup>176</sup>

A Secção de Almojarifado seria responsável pela emissão das placas para todo o estado e em substituição da Sub-diretoria de Tráfego, acima referida, foi criada a Secção de Serviços Externos, ou seja, a execução dos serviços policiais de trânsito, feitos pelos Guardas civis, cedidos através da Diretoria do Corpo de Guardas Civis, mas que agora ficariam sob orientação da Delegacia de Trânsito e Acidentes.

Além de regularizar e fiscalizar o sistema de trânsito, essa delegacia teria por função proceder a investigações “em todos os casos de acidentes em tráfego, remetendo-as a juízo sempre que houver dano pessoal, diretamente na Capital e por intermédio dos Delegados da polícia no interior do Estado”<sup>177</sup>, objetivando conhecer as diversas possibilidades que estariam por trás de um acidente de trânsito, ou seja, se o acidente aconteceu por imprudência do motorista e que tipo de impudência foi pelo mesmo cometida.

À D. T. A. também cabia a função de cassar carteiras de motoristas, dos possíveis infratores, a aplicação de multas regulamentares previstas em lei.

Ao que tudo indica, já havia uma preocupação crescente em relação aos acidentes causados por imperícia e imprudência por motoristas e pedestres, dando ainda mais velocidade a uma cidade que se modernizava cotidianamente.

---

<sup>176</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Trânsito o Problema da Atualidade”. Revista *Vida Policial*, nº 35, 1941, p. 4/5.

<sup>177</sup> Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL), Decreto nº decreto 7.601, de 5 de dezembro de 1938, art. 56.

Os anormais<sup>178</sup>, como eram chamados aqueles que não conduziam seus veículos com segurança, se transformariam em dor de cabeça para a cúpula dirigente, quer seja pelo excesso de álcool, excesso de confiança ou cansaço. Para evitar que novos condutores cometessem o mesmo erro, foi desenvolvido um rigoroso exame, para selecionar somente os melhores e mais responsáveis motoristas. Assim sendo, é que

por meio de aparelhos se avaliavam as aptidões musculares; mede-se a sugestibilidade motora; apreciam-se as aptidões para calcular a velocidade e distância; o grau de sagacidade individual é posto em prova; a amplitude de atenção, a que respondem determinadas reações, exatas e rápidas, é medida rigorosamente; as excitações visuais, bem como as respectivas reações são registradas.<sup>179</sup>

A semelhança com nossas atuais preocupações evidencia-se através de uma série de pontos destacados na atenção redobrada ao dirigir à noite; eram conselhos do tipo: não dirija após ter tomando álcool, ou se tiver identificado algum problema na visão; não desenvolver velocidade acima de 75 quilômetros, permanecer atentos mesmo nos caminhos familiares, principalmente para o fator surpresa.

Na cidade movimentada de Porto Alegre, nas décadas de 1930-40, a busca por um controle eficiente do trânsito ocasionou a criação do primeiro sistema de sinalização trifásica, em 1941, contendo as cores verde e vermelha, com intervalos de 18 segundos e amarela, com quatro segundos, estando os guardas de trânsito distribuídos pelo centro da cidade, a fim de melhor explicar o funcionamento desse novo sistema, sendo que, em

---

<sup>178</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “A condução de Veículos a Cargo de Anormais”, revista *Vida Policial*, nº 31, de 1941, p. 33.

<sup>179</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “O problema do trânsito”. Revista *Vida Policial*, nº 39, de 1941, p. 28/29.

pontos em que houvesse a necessidade da sinalização mecânica, se manteria esse sistema, para uma melhor fiscalização a flagrantes de imprudências.

Além disso, seria iniciada “uma interessante campanha de publicidade educativa, mediante farta distribuição de cartões elucidativos, que têm impressos, na parte interna, um mapa com as determinações atuais, que esclarece qualquer dúvida acaso possa surgir”.<sup>180</sup> Procedimento esse que seria adotado por Pelotas um ano depois, sendo acompanhado de perto por populares e personalidades da cidade, no dia da inauguração das sinaleiras.

Em 1941, seria ainda criado o Conselho Regional de Trânsito, conforme o decreto-lei nº 3651, 25 de setembro desse ano, determinando ser esse conselho o órgão máximo em assuntos que dissessem respeito ao trânsito no Rio Grande do Sul.

Contanto com a presença do Delegado de Trânsito e Acidentes, o referido conselho compunha-se ainda do Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, Diretor da Diretoria de Eletricidade e Transportes Coletivos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Delegado Seccional do Touring Brasil, sendo essas quatro personalidades responsáveis, a partir daquela data, por definir e zelar pelas novas leis do Código de Trânsito, assim como definir estratégias, orientar e fiscalizar, para a uma melhor administração as áreas com trânsito mais intenso, nas cidades mais populosas do Rio Grande do Sul.

---

<sup>180</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “A Melhoria do Trânsito”, revista *Vida Policial*, nº 31, 1941, p. 31.

### **4.3.3 – Delegacia de Entrada Permanência e Saída de Estrangeiros (D. E. P. S. E)**

Criado justamente para atender às reivindicações de um serviço mais especializado e um controle mais eficiente o D. E. P. S. E. tinha como função principal fiscalizar toda a movimentação de estrangeiros no Rio Grande do Sul, tendo assim jurisdição sobre todo o território do Estado.

Getúlio Vargas, através do decreto nº 138, de junho de 1938, expunha as condições para que fosse expulso do país qualquer estrangeiro, que atentasse contra a personalidade internacional do Estado, a ordem política e social e ameaçasse a segurança nacional, quer por crimes comuns como estupro, lenocínio, tráfico de drogas, ou de mulheres e crianças, , quer por crimes de espionagem ou atuações políticas tidas como atentatórias ao país, sendo que “a condenação em país estrangeiro considera-se provada quer por certidões passadas em devida forma por funcionários competentes, quer à vista de informações obtidas dos governos”.<sup>181</sup>

O estrangeiro naquele momento era visto por alguns com olhos de desconfiança, como alguém que viera à terra brasileira somente para usurpar nossas riquezas em proveito próprio, desrespeitando e ridicularizando nosso modo de vida e nossas leis. O imigrante, forasteiro, ao entrar no país, envolto em seu manto de superioridade, criticaria mais do que ajudaria a construir.

A terra pronta, a nação guerreira, as cidades imponentes que encontraram, seriam fruto de anos de trabalho do povo brasileiro e por isso melhor seria se “sentisse o

---

<sup>181</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino, Legislação: Decreto lei nº 479, de 8 de junho de 1938.

estrangeiro que não está aqui como na sua própria casa. Decresceria, assim, o número de indesejáveis e de infratores das nossas leis”.<sup>182</sup>

Pensamentos como esse seriam o sustentáculo da ação fiscalizadora da polícia em torno da movimentação e da vida cotidiana dos estrangeiros no país, principalmente aqueles que fizessem parte das tropas do Eixo. Mesmo antes da criação do departamento, já existia por aqui um intenso trabalho nesse sentido, administrado pela então Secção de Estrangeiros, que era um órgão anexo do D. O. P. S., já existente. A atuação dessa seção era responsável pela emissão de visto de retorno, vistos de saída, prorrogação de passaportes estrangeiros, passaporte de família, passaportes individuais, visto em passaportes brasileiros, cartas de chamada, salvo-conduto e vistos em salvo-condutos, ocasionando uma arrecadação em selos no valor de 45: 347\$200, conforme dados a época.<sup>183</sup>

Além dessa missão mais burocrática, a Secção de Estrangeiros procurava fiscalizar toda e qualquer permanência irregular de estrangeiros no país, sendo considerado irregular todo o turista que excedesse seu tempo de permanência no país; o agricultor que tivesse vindo para o estado com o objetivo precípuo de trabalhar na lavoura, mas que estaria na cidade, atuando em outras profissões antes do término do seu contrato legal; a estrangeiros que de alguma forma tivessem entrado no país sem a documentação necessária ou de maneira clandestina; e ainda aqueles que tenham entrado no país com documentação falsa ou adulterada.

Criado o departamento, em dezembro de 1938, seu comando ficaria sob a responsabilidade do Delegado Octacílio Gonçalves da Silva, que até o momento era

---

<sup>182</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “O Crime praticado por Estrangeiro”, revista *Vida Policial*. nº 30 de 1941, p. 38.

<sup>183</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Secção de Estrangeiros”, revista *Vida Policial*, nº 2, de 1938, p. 28.

delegado de polícia de Pelotas. Esse departamento trabalharia em conjunto com delegacias de diversas cidades do interior a destacar as seções de Livramento, Jaguarão, Rio Grande, Cruz Alta e Caxias, onde em cada uma haveria uma Seção de Serviço de Registro de Estrangeiros (S. S. R. E.).

A função da D. E. P. S. E era a de ter um controle permanente de todo o estrangeiro que entrasse no Rio Grande do Sul. Esse controle se efetivaria de diversas formas, a destacar: o controle das fichas consulares de qualificação e listas de desembarque, no porto de Rio Grande, com auxílio da polícia marítima, comunicando ao Ministério das Relações Exteriores, quaisquer irregularidades notadas; expedição de documentos comprobatórios das condições de permanência de estrangeiros no país; o recebimento e controle rigoroso de todas as informações que recebiam em relação à mudança de residência ou emprego. Deveriam ainda organizar formulários explicativos para os estrangeiros, notificando-os de todas as exigências previstas em lei e as punições a que estariam sujeitos em caso de não cumprimento das mesmas.<sup>184</sup>

Além disso, em Rio Grande, a Política Marítima teria por função subir a bordo de todas as embarcações, conjuntamente com as autoridades sanitárias, avaliando as condições de higiene, para então dar início ao processo de identificação dos imigrantes liberados para desembarque, pedindo ainda aos comandantes das embarcações inspecionadas a listagem nominal de todos os tripulantes a bordo, cujo número teria de estar declarado por extenso. Nas “visitas”, como eram chamadas essas inspeções policiais, funcionários e autoridades diplomáticas estrangeiras e brasileiras seriam “desembaraçados” por primeiro, ficando em

---

<sup>184</sup> Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL), Decreto nº decreto 7.601, de 5 de dezembro de 1938, art. 51.

segundo plano a avaliação de viajantes, turistas, professores, cientistas e conferencistas. Antes de ser avaliada a condição legal da entrada do estrangeiro no país, ninguém poderia ter contato com o estrangeiro, quer pessoa física ou jurídica.<sup>185</sup>

Ou seja, foi criada a partir de 1938, uma rede de serviços que objetivava cercar qualquer tentativa da entrada irregular de estrangeiros no país, assim como identificar possíveis imigrantes com funções que colocassem em perigo a ordem instituída.

Contudo, é interessante ressaltar que, apesar de do intenso controle, a procura pelo serviço de registro teria sofrido um decréscimo em 1941 em relação a anos anteriores. Em 1939, o número de estrangeiros registrados seria de 19.631, em todas as seções da D. E. P. S. E., sendo que somente na Capital esse número seria superior a 12 mil. No interior, onde não havia as seções específicas, os estrangeiros eram registrados e recebiam um certificado emitido pela delegacia da sua localidade. E é exatamente nessas delegacias que estariam ocorrendo os maiores decréscimos de registros efetivados, pois se em 1939 o número de certificados fornecidos era de 19.596, em 1940 esse número cairia drasticamente para 5.566.<sup>186</sup>

Essa diminuição no registro legal seria atribuída a dois fatores: o primeiro, a diminuição no trânsito de viajantes entre Brasil e Europa, consequência direta da guerra, e o outro, segundo Pompílio Fernandes, responsável pela D. E. P. S. E. no estado, em 1941, se referia à falta de interesse ou ignorância dos estrangeiros por nossas leis, agravado pelo fato

---

<sup>185</sup> Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano. (ACADEPOL) Decreto nº decreto 7.601, de 5 de dezembro de 1938, art. 52.

<sup>186</sup> O total de estrangeiros registrado até aquele momento, no Rio Grande do Sul, seria de 44.300, sendo 33.101 homens e 11.199 mulheres. Maiores informações: Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Fala o Dr. Pompílio Fernandes sobre o registro de estrangeiros”, revista *Vida Policial*, nº 31, de 1941, p. 13.

de que estaria quase findo o prazo estabelecido pelo Presidente Getúlio Vargas para que todos os estrangeiros se registrassem no país, em 31 de junho de 1941.

### **4.3.3 – Delegacia de Ordem Política e Social (D. O. P. S.)**

Até hoje a sigla D. O. P. S. é tida como sinônimo de repressão, de tortura e de perseguição implacável, no pretense combate aos inimigos da nação e da harmonia política e social, assim denominada pelo governo ditatorial imposto.

No caso específico do Rio Grande do Sul, poucos são os documentos ainda disponíveis para a pesquisa, o que dificulta em muito uma avaliação mais abrangente de atuação da referida delegacia. Contudo, essa documentação, mesmo que diminuta<sup>187</sup>, pode dar, juntamente com outros materiais analisados, uma noção da maneira técnica e jurisdicional que agia a D. O. P. S. no estado.

O decreto de 5 de dezembro de 1938 atribuía à Delegacia de Ordem Política e Social jurisdição em todo o território estadual, ficando esse órgão diretamente subordinado ao Chefe de Polícia, que poderia nomear e demitir, a qualquer momento, o Delegado de 1ª classe que ficaria como diretor dessa delegacia, em caráter comissionado.

Suas funções básicas seriam as de exercer permanente repressão à propaganda de ideais ou fatos que pudessem transformar-se em potenciais crimes contra a ordem política e social tão defendida. Para isso, teria a obrigação de fiscalizar comícios ou reuniões de

---

<sup>187</sup> A documentação a respeito do D. O. P. S. está contida em apenas uma caixa, no arquivo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

cunho político e social, decidindo se era lícito ou não a continuação dos mesmos nos termos da lei em vigor.

Na mira da D. O. P. S, também estaria toda e qualquer entidade de classe, como sindicatos, centros de operários, fundações, etc., sendo que também fábricas, estabelecimentos comerciais suspeitos, hotéis, pensões, hospedarias e congêneres, e casas de diversões públicas.

Na área urbana, deveria exercer forte vigilância nas vias terrestres, viação urbana, ferroviárias e aéreas, contando para isso com a ajuda de outros órgãos policiais.

Sob sua responsabilidade estariam também o controle de armas, produtos químicos, explosivos ou inflamáveis, ficando sob sua responsabilidade a expedição de licenças do uso de armas e de passaporte de salvo-conduto.<sup>188</sup>

Em 1941, a D. O. P. S., através da Seção de Serviço Secreto, baixaria instruções definitivas sobre como deveriam proceder, brasileiros e estrangeiros, para a obtenção do salvo-conduto. No geral, o salvo-conduto era exigido em viagens compreendidas entre as cidades Porto Alegre, Bagé, Livramento, Dom Pedrito, José Bonifácio, Passo Fundo, Palmeira, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santa Vitória do Palmar, São Borja, Getúlio Vargas, Bom Jesus, Vacaria e Lagoa Vermelha, sendo que para Pelotas e Rio Grande somente seriam exigidos o salvo-conduto quando a viagem fosse por via terrestre.

Naturalmente, a exigência sobre os estrangeiros era maior, isso porque “estrangeiros nacionais da Alemanha, Itália e Japão (Países do Eixo), para se locomoverem para qualquer

---

<sup>188</sup> Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL) decreto nº 7.601, de 5 de dezembro de 1938, art. 43.

localidade e por qualquer meio de transporte, necessitam estar munidos do competente salvo-conduto, expedido, revalidado ou visado na data da viagem”.<sup>189</sup>

Estariam livres de apresentar o salvo-conduto, além das autoridades civis e militares e seus familiares, os portadores da carteira da União dos Caixeiros Viajantes, ou da Associação Rio Grandense de Viajantes, além dos brasileiros que tenham tirado sua carteira de identidade no Instituto de Identificação, no período posterior a 1937, e, finalmente, estrangeiros que não fizessem parte dos países do Eixo.<sup>190</sup>

A validade do salvo-conduto era de no máximo 60 dias, e poderia ser revalidado mediante pagamento de taxas adicionais, e, mesmo assim, cada vez que uma pessoa fosse deslocar-se de uma localidade a outra deveria ainda obter do delegado responsável o visto, que no caso seria gratuito.

O salvo-conduto, documento que já era exigido mesmo antes do Estado Novo, tornou-se outro importante mecanismo de controle do deslocamento da população, quer seja de brasileiros ou não, funcionando como visto de entrada para viajantes que tivessem como objetivo entrar em outro município ou estado. Obviamente, para receber o salvo-conduto o interessado deveria, além de pagar as taxas correspondentes, não ter nenhuma implicação jurídica, assim como não ser suspeito de atividade ilegal, como a espionagem ou atividades consideradas contra o segurança nacional.

A Delegacia de Ordem Política e Social teria por função manter-se em constante comunicação com as delegacias congêneres do país, enviando e recebendo informações das atividades de supostas ações consideradas perigosas ao país.

---

<sup>189</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Instruções sobre a exigência de salvo-conduto”, revista *Vida Policial*, nº 44, de 1942, p. 30.

<sup>190</sup> Idem.

Sua atuação ocorria na aplicação sistemática de vigilância sobre indivíduos considerados suspeitos de exercer atividades anarquistas, comunistas, integralistas ou nazifacistas, ou seja, na mira vigilante desse órgão estariam principalmente imigrantes alemães, italianos, japoneses, russos e seus descendentes.

O setor de serviço secreto era o principal mecanismo de vigilância e de espionagem a serviço do governo, tanto a nível estadual quando federal, sendo responsável para “centralizar os serviços de informações de caráter secreto colhido por elementos de seu quadro e por outras fontes utilizadas na pela polícia e, além disso, executar os trabalhos de natureza secreta, determinados pelo alto comando”.<sup>191</sup>

Sua preocupação, portanto, não era com crimes comuns, embora os indesejáveis sociais fossem também duramente controlados e reprimidos pelo governo, e sua função não era apenas controlar a criminalidade, mas sim acabar com todos os inimigos políticos potenciais do governo. Com esse objetivo, a atuação da polícia brasileira estaria amparada de recursos técnicos provindos de diversos países, dentre eles o americano, auxiliar no combate ao comunismo e o controle dos estrangeiros.<sup>192</sup>

Esses acordos de cooperação não seriam uma novidade no governo getulista, pois desde que assumiu, no início da década de 30, o governo do país estabeleceu com Inglaterra, Estados Unidos e inclusive com a Alemanha, através da Gestapo, acordos de cooperação para combater o principal inimigo do momento, o comunismo.

A nível sul-americano a rede de cooperação também se fazia presente entre o Brasil e os países da Argentina, Bolívia, Peru e Uruguai, que em 1942 ratificavam esse acordo de cooperação, comprometendo-se à troca de informações.

---

<sup>191</sup> BENEVENUTO, op. cit., p. 101.

<sup>192</sup> CANCELI, op. cit., p. 84.

As táticas de campana, sombragem, contra-espionagem, informações e contra-informações seriam largamente utilizadas durante Estado Novo, sendo incentivada também a prática da delação, como ajuda substancial, e ao mesmo tempo dar a sensação de insegurança para aqueles que ousassem praticar atos contra o governo.

O livro *Polícia, Lei e Cultura*, escrito em 1939, por Sylvio Terra e Pedro Cord, ensinava detalhadamente o modo correto da aplicação dessas duas técnicas. Pois que a campana seria o ato de seguir uma pessoa de perto, vigiando seus principais movimentos, registrando rigorosamente o mais íntimo comportamento. Sendo assim, “uma das qualidades essenciais de um policial é saber ‘acampanar’ corretamente, porque ela é necessária em quase todos os ramos da atividade do detetive ou do investigador”.<sup>193</sup>

Juntamente com a técnica de campana, podemos citar outra, não muito utilizada, segundo os autores, mas de igual utilidade, a técnica de sombreagem ou disfarce, devendo o policial literalmente atuar no meio a ser investigado, ou seja, o policial que se encontrasse incumbido do serviço de sombreagem não deveria

usar roupas vistosas, nem qualquer outra coisa capaz de voltar sobre sua pessoa atenção geral. Deve, sim, vestir-se de outra maneira mais natural e concordante com a sociedade e a localidade onde atua, por exemplo, na cidade, as roupas sóbrias e de estilo comum dever ser preferidas, salvo se o policial esteja trabalhando, por um longo período, nas imediações de um bairro muito pobre e, mesmo de estrangeiros, pois chamaria a atenção geral se não se vestisse de acordo.<sup>194</sup>

As denúncias feitas pela população eram outro ingrediente largamente utilizado pelas autoridades, pois ao mesmo tempo em que levavam a polícia a capturar determinado suspeito, causavam nos estrangeiros a sensação de mal-estar com a constante vigia.

---

<sup>193</sup> TERRA, Sylvio; CORD, Pedro Mac. *Polícia Lei e cultura*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarani, 1939, p. 141.

<sup>194</sup> Idem.

Entretanto, muitas das denúncias ocorriam apenas por desafetos pessoais, mas que em tempos de repressão poderiam causar sérios danos aos denunciados. Como nos dá a entender a súplica de um preso político, ao então Diretor do D. O. P. S., Delegado Plínio Brasil Milano, em 1942. Nela o alemão Wolfram Metzler apresenta-se como um autêntico brasileiro, defensor dos ideais republicanos, e católico fervoroso. Afirma ter sido vítima de intrigas montadas por pessoa que teria mandado embora de sua empresa, exatamente por ter idéias políticas e religiosas diferentes das dele. Diz:

Eu nunca temi a luta de viseira aberta, mas confesso-me impotente e derrotado nesta luta insidiosa, que contra a minha pessoa desencadearam os meus desafetos. Sei que me envolveram em uma tal de rede de intrigas e denúncias que certamente até um bom número de amigos devem ter perdido a fé em mim. E, no entanto: Digo-o alto e de bom tom que V.excia: Sou inocente!!!!.<sup>195</sup>

Não temos informações se esse indivíduo foi ou não posto em liberdade, após ter enviado essa carta, entretanto sabe-se que o mesmo estava pedindo desesperadamente por sua saída da prisão, onde estaria já a dois meses preso, tempo demais, segundo ele, fato que o deixava preocupado, já que tinha mulher e filhos para sustentar.

A “guerra” contra o nazismo no Rio grande do Sul seria cuidadosamente relatada pela revista *Vida Policial*, que, a partir de Fevereiro de 1942, iniciaria uma série de reportagens intituladas “Cortando as asas do nazismo”, reportagens essas recheadas de provas, documentais e fotográficas, das atividades do Eixo no estado.

Em uma dessas reportagens, que tinham sempre o objetivo de manter opinião pública mobilizada contra os “inimigos do país”, expunha-se um documento, redigido por

---

<sup>195</sup> Carta enviada pelo Sr. Wolfram Metzler ao Delegado Plínio Brasil Milano, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Polícia. Documentação Avulsa, DOPS, Maço 158, 1942.

Siegfried Heine, pastor protestante, no qual o mesmo criticava a proibição de se falar a língua alemã no país, afirmando que

no parlamento brasileiro foi votada uma lei tornando obrigatório o ensino da língua da terra (a língua portuguesa): dessa maneira o alemão só poderá ser ensinado como língua estrangeira! Esse é o agradecimento das grandes nações ‘pelo trabalho e cultura alemães no mundo’! o que o sul do Brasil possui deve-o ao trabalho alemão. Se fizermos ali abstrações dos alemães, restará apenas uma misera carcaça.<sup>196</sup>

Segundo a mesma documentação, o pastor protestante argumentava que aos brasileiros nas fábricas de Santa Cruz, eram reservados os trabalhos mecânicos, enquanto os trabalhos que demandavam inteligência seriam desempenhados por alemães. Ora, somente este pequeno trecho seria suficiente para aguçar, no imaginário da população e dos policiais menos conhecedores da política nacional, o desejo de expulsar qualquer alemão residente no estado, porém as reportagens se multiplicariam.

A essas reportagens, além de toda a cobertura jornalística, soma-se a publicação de dois livros de importantes personalidades da época, o livro *Denúncia: o Nazismo nas escolas do Rio Grande*, escrito pelo então Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza<sup>197</sup>, e o livro *A 5ª Coluna no Brasil: conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, escrito pelo então Chefe do Polícia, Aurélio da Silva Py<sup>198</sup>, e que obviamente salientavam a perigosa influência nazista em solo brasileiro e a germanização proposta.

Além disso, Aurélio Py entregaria ao Interventor Federal um relatório de caráter secreto, contendo um aprofundado estudo, de 488 páginas, de todas as possíveis atividades

---

<sup>196</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Cortando as azas do Nazismo”, revista *Vida Policial*, nº 43, de 1942, p. 26.

<sup>197</sup> SOUZA, Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

<sup>198</sup> Py, Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil: conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1942.

nazistas no Estado, trazendo diversos depoimentos, documentos, gráficos, enfim pomposa provas de que, segundo ele, as atividades nazistas no Rio Grande do Sul não seriam nem de longe uma fantasia.

A principal preocupação da polícia gaúcha, conforme comprova documentação em anexo, seria a forte propaganda nazista de aliciamento militar, de jovens alemães, para atuarem no exército nazista, o que era expressamente proibido pelas leis brasileiras.

A visão, contudo era generalizada, não havia diferenciações, todo o estrangeiro, mas principalmente os alemães, fariam parte da conspiração que levaria o país ao colapso. Essa conspiração seria conseguida através da fidelidade que todo alemão deveria para com a pátria-mãe, independente do país onde residisse.

E para combatê-los, seriam necessárias medidas drásticas, um contra-veneno, “nossos heróis” da D. O. P. S.

Chefiados pelo Delegado Plínio Brasil Milano, escolas, associações alemãs, assim como as Igrejas Luteranas, em Porto Alegre ou nas colônias alemãs, ficariam sob constante vigilância, sendo que muitas prisões ocorreriam.

Enquanto eram desarticuladas as principais movimentações de cunho nazi-fascista no estado, eram ouvidos muitos rumores e reclamações de maus tratos aos presos políticos, principalmente nas prisões.

Em 1942, ano em que o Brasil entraria em guerra com os países do eixo, o Cônsul Espanhol Federico Gabalón, representando os interesses alemães no Rio Grande do Sul, faria um extenso relatório pontuando as principais reclamações dos presos políticos como a morte de Frederico Patro, e os abusos de violência praticados em Fritz Steglich. Abaixo transcrevemos trechos desse importante documento.

Segundo declarações feitas separadamente e em dias distintos por detidos postos em liberdade, achava-se internado na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho o Sr. Patro, gerente do Banco Pfeiffer, em Venâncio Aires. Adoeceu na prisão e permaneceu alguns dias na enfermaria, mas sem melhora apreciável foi reconduzido a sua cela. Seu estado ia-se agravando até não poder mais abandonar o leito, permanecendo vários dias sem receber assistência [...]. Quando seu estado era desesperado, na madrugada de quinta-feira, foram chamados dois pastores para assisti-lo. Acreditaram os declarantes que houvesse morrido e assim ouvi dizer mais tarde, se bem que careço de confirmação oficial.<sup>199</sup>

Em relação a Fritz Steglich, assim se pronunciava o Cônsul Espanhol:

diz ter sido detido por haver sido reservista do exército alemão e denunciado falsamente, segundo o interessado, de estar exercendo atividade a favor do Eixo. Preso a 6 de maio, *foi maltratado a golpes de cacete e obrigado a ficar com os braços estendido em cruz. Afirma haver estado dois dias sem comida na Central de Polícia.* Posto em liberdade a 21 de maio, diz que único certo é haver sido membro da Frente Alemã de Trabalho, antes da proibição no Brasil.<sup>200</sup>

Outras queixas proferidas apresentavam dúvidas relativas a prisões irregulares e estrangeiros mantidos presos sem prova concreta, sendo liberados somente após o findar das investigações, ou seja, um período não inferior a 15 dias.

Mais grave ainda seriam as denúncias de corrupção policial, provenientes do interior do estado, as quais, segundo o Cônsul da Espanha, estariam acontecendo regularmente. Segundo sua fonte, pessoa de sua absoluta confiança, e que estaria constantemente viajando pelo interior, policiais subalternos estariam extorquindo, sob pena

---

<sup>199</sup> Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Dossiê sobre queixa proveniente do Cônsul da Espanha. Documentação avulsa da policia, DOPS, Maço 158, 1942.

<sup>200</sup> Idem. Grifo nosso.

de serem presos, todos aqueles que estivessem falando a língua alemã, algo proibido por lei.

Contudo, todas as denúncias apresentadas seriam desqualificadas pelo relatório de Theobaldo Neumann, Diretor do Cartório especial da D. O. P. S., enviado ao Interventor do Estado, Cordeiro de Farias. Em relação ao Caso Frederico Patro, por exemplo, assim se defendia o referido Diretor:

Frederico Patro, na Colônia Penal e Agrícola General Daltro Filho, realmente adoeceu, vindo a falecer em 20 de maio de último. Entretanto, durante toda a sua enfermidade, foi assistido pelo médico do estabelecimento, Dr. José Florêncio Martins, cuja dedicação é comprovada e reconhecida por todos os presidiários de referida Colônia, não só no caso Patro, como relativamente a todos aqueles que necessitam de seus serviços profissionais [...].

O cuidado e a dedicação dispensados ao enfermo foram tais que o próprio filho de Patro expressou, posteriormente, seus mais calorosos agradecimentos ao Dr. Martins.

Além disso, a esposa do citado preso político, ao ser cientificada do seu estado de saúde, obteve imediata licença de transportar-se à Colônia Penal e Agrícola, bem como para fazer-se acompanhar de um médico especialista, além de lhe ter sido posto à disposição a nossa estação rádio-telegráfica para tomar conhecimento da marcha da moléstia de seu marido, enquanto aguardava o vapor que a conduziu para o local.<sup>201</sup>

À medida que lemos o relatório do Diretor Neumann, é possível observar a segurança e até a arrogância de sua parte, em refutar os questionamentos do Cônsul espanhol, principalmente por perceber que o Cônsul baseava-se tão somente no depoimento dos presos, ou em acusações a partir de alguém de sua confiança. No caso do espancamento

---

<sup>201</sup> Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Relatório de Theobaldo Neumann, enviado ao Interventor Federal. Documentação Avulsa da policia, DOPS, Maço 158. 1942.

denunciado por Fritz Karl Steglich, Neumann, após longa explanação, afirma ser o prisioneiro apenas um reles vagabundo, um golpista, chegando até a roubar o próprio pai, motivo pelo qual fora expulso de casa. Seu crime estaria centrado no fato deste ter tentado entrar para o exército alemão, fato que não ocorreu devido à sua incapacidade física. Com esses argumentos, Neumann, mostrando-se perplexo, argumenta:

Custamos a acreditar que o senhor Cônsul de Espanha aceite como verídicas informações fornecidas por tal elemento desclassificado, mormente quanto não é praxe da polícia do Rio Grande do Sul usar de métodos medievais de inquisição, somente comparáveis os procedimentos e as torturas aplicadas pela Gestapo, na Alemanha.<sup>202</sup>

Neumann refere-se aqui às ações cruéis aplicadas pela polícia alemã, a mesma Gestapo que anos antes teria feito um convênio de cooperação com a polícia brasileira, conforme já expomos.

Muitos foram os detidos que tiveram prejuízos, como a perda de emprego ou o fracasso nos negócios, mas isso, na opinião de Neumann, seria uma coisa com a qual a polícia não deveria preocupar-se, uma vez que os interesses nacionais estariam, e muito, acima dos interesses individuais.<sup>203</sup>

O mal-estar causado pela negligência dispensada aos presos políticos, na Casa de Correção, como a Colônia Penal Agrícola no Estado, foi tão significativo que, em 1942, Vasco Leitão da Cunha<sup>204</sup> enviara um telegrama, em caráter urgente, ao Interventor Federal, Osvaldo Cordeiro de Farias, onde expunha a insistente reclamação por parte da embaixada da Espanha, com relação a esse assunto e o perigo que isso poderia representar,

---

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Vasco Leitão de Lima ocupava na época o cargo de Ministro Interino de Justiça.

pois poderia haver represálias a brasileiros que se encontrassem nos territórios dominados pela Alemanha<sup>205</sup>.

Ironia maior, ter sido esse telegrama enviado pelo Rio de Janeiro, uma vez que a situação prisional do então Distrito Federal era simplesmente um inferno. As atrocidades que estariam ocorrendo no interior das diversas prisões espalhadas pelo estado carioca, com o conhecimento de todas as autoridades, fariam em verdade parte do sistema de controle repressivo imposto pelo Estado Novo. O objetivo de fazer da prisão um inferno era exatamente provocar nos indivíduos que estão aqui fora a noção dos terríveis males de que seriam acometidos, se os mesmos fossem detidos, quer sejam por crimes comuns ou crimes políticos.

Essa “reeducação” estatal previa demonstrar ao indivíduo que, a partir do momento em que fosse detido, perderia toda a sua individualidade, isso porque seriam levados “a perder todos os contornos de civilização, assumindo cada vez mais sua condição animal”.<sup>206</sup>

Tuberculose, superlotação, fome, não bastassem essas terríveis provações, pelas quais teriam de passar as vítimas desse sistema, a polícia encontraria meios ainda piores de subjugar os presos, a tortura.

A aplicação sistemática da tortura era recheada de requintes completamente desumanos e que levavam os presos às raias da loucura.

A crueldade técnica das torturas era composta de vários métodos, a destacar:

---

<sup>205</sup>Maiores informações: fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Telegrama enviado ao Interventor Federal no estado por Vasco Leitão da Cunha. Documentação Avulsa da policia, DOPS, Maço 158, 1942.

<sup>206</sup>CANCELI, op. cit., p. 193.

Arrancar unhas com alicate, enfiar alfinetes sob as unhas, espancar esposas ou filhas ou o próprio prisioneiro, introduzir duchas de mostarda em vagina de mulheres, queimar testículos com maçaricos, extrair dentes com alicates, introduzir arame na uretra depois de tê-lo esquentado com maçarico, introduzir arame nos ouvidos, utilizar a cadeira americana (com mola oculta que jogava o preso contra a parede), colocar máscara de couro que impedia a respiração, queimar as pontas dos seios com charutos ou cigarros etc.<sup>207</sup>

Ou seja, partindo do pressuposto de que, naquele momento, todas as polícias do país estariam interligadas e sob comando de Vargas e Felinto Müller, e a análise de todos os indícios apresentados mediante a documentação da D. O. P. S. aqui no estado, podemos concluir que as denúncias feitas pelo Cônsul da Espanha aqui no Estado tivessem um fundo de verdade.

Mesmo que de fato houvesse a intenção explícita ou não de uma possível atuação nazi-fascista no estado, assim como a intenção de organizar a massa de trabalhadores em torno dos ideais comunistas, a polícia, ao não discernir, mesmo sob rigorosa investigação e comprovação documental, aqueles que em sua ótica seriam elementos potencialmente perigosos, daqueles que somente queriam ou uma garantia de melhores condições de vida, ou ainda somente adotar nosso país como uma nova oportunidade de crescimento, em verdade cometeriam atos que iriam contradizer, totalmente, o seu discurso, ou seja, zelar pela nação, pelo bem do povo brasileiro. Zelariam, isso sim, pela manutenção do regime de governo imposto por Vargas.

---

<sup>207</sup> Ibid., p. 194.

#### **4.3.4 – Diretoria de Investigações e Serviços Preventivos (D. I. S. P.)**

Não só do combate ao nazi-fascismo e ao comunismo viviam os policiais gaúchos no período do Estado Novo. Pois se a D. O. P. S. e a D. E. P. S. E. empenhar-se-iam no controle e na repressão dos estrangeiros e dos inimigos do governo, considerados potencialmente mais perigosos, não menos importantes seriam as atuações da D. I. S. P., focada no combate à criminalidade e principalmente aos indesejáveis sociais. Sob sua responsabilidade ficaria a coleta de todos os indícios e elementos relativos ao crime, aos criminosos e todas as ocorrências policiais que dependessem de seu conhecimento especializado.

Para isso, contariam com três delegacias especiais, tendo cada uma sua função pré-determinada e mais duas seções de suporte técnico e burocrático.

À Delegacia Especial de Segurança e Vigilância Pessoal (D. E. S. P. V.), caberia providenciar a investigação dos crimes que atentassem contra a vida ou segurança do cidadão, assim como a honra e honestidade das famílias, tomando medidas para encontrar o infrator, caso esse não tivesse sido identificado. Além disso, seria de sua alçada investigar o paradeiro de pessoas desaparecidas, tratar e investigar todos os casos de morte súbita ou suicídio, capturar criminosos mediante solicitação da justiça ou autoridade policial, exercer rigorosa fiscalização mediante registro de viajantes, passageiros e hóspedes de hotéis, pensões e casas de habitação coletiva para ter um controle efetivo sobre a população flutuante da capital.<sup>208</sup>

---

<sup>208</sup> Maiores informações: Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL). Decreto nº 7.601, de 5 de dezembro de 1938, art. 65.

Já a Delegacia Espacial de Costumes (D. E. C.) teria como função fiscalizar teatros, espetáculos públicos em geral, jogos esportivos e similares, o mesmo com relação a cinemas e hipódromos. Contudo, deveriam ser severas a vigilância e a repressão às casas de meretrício, ao proxenetismo, aos jogos de azar e rifas clandestinas, autuando os infratores de modo que esses pudessem ser processados judicialmente. E, principalmente, deveriam adequar os indesejáveis aos novos desígnios governamentais, exercendo intensa repressão à vadiagem, à capoeiragem, aos mendigos, aos indivíduos viciosos e praticantes do falso espiritismo, mistificação ou cartomancia.<sup>209</sup>

Por fim, a Delegacia Especial de Atentados a Propriedade (D. E. A. P.) se ocuparia da investigação dos crimes praticados contra a propriedade pública e particular, prestando imediato auxílio em caso de incêndio, visando sua extinção.

Já as duas seções, a de expediente interno e a de serviços técnicos, ficariam, respectivamente, responsáveis pela parte burocrática do setor, como protocolos, expediente, registros de funcionários, cabendo ao suporte técnico a organização de prontuários de crimes e criminosos, sistematizando através de rígido controle, álbuns e galerias fotográficas de criminosos e indesejáveis.<sup>210</sup>

Com suas atribuições esclarecidas, em janeiro de 1939, a D. I. S. P., através da Delegacia de Costumes já estaria fazendo um recenseamento, mapeando os principais focos de meretrício, casas de cartomancia e casas de batuque. O censo tinha como objetivo ter a noção exata do que estaria acontecendo nessas “casas suspeitas”. A fiscalização da prostituição em Porto Alegre seria considerada “um problema de eterna atualidade e de

---

<sup>209</sup> Fonte: Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL). Decreto nº 7.601, de 5 de dezembro de 1938, art. 65.

<sup>210</sup> Idem.

grande interesse higiênico-social, principalmente agora que se cogita a remodelação de nossa cidade”.<sup>211</sup>

Diante disso, a Delegacia de Costumes deveria fazer um rigoroso cadastramento das profissionais em atividade, que na época totalizavam 936 cadastradas, porém não abarcando esse número a totalidade de profissionais em atividade, isso porque muitas mulheres não estariam ainda cadastradas na delegacia. A prostituta ou meretriz seria um grave problema social, pois era a prova viva da decadência do ser humano, que continha em si todos os elementos nocivos à construção de uma sociedade próspera, ordeira e regrada, pois

o ideal de esposa, mãe, irmã e filha foi elaborado sobre preceitos burgueses diametralmente opostos aqueles em que a imagem da prostituta repousava. Enquanto que a primeira era caracterizada pelo pudor, pela moral e pelo regramento de seus atos, a segunda ao contrário, caracterizava-se pelo despudor, imoralidade e desregramento de sua conduta. Amante do luxo, preguiçosa e impudica, a prostituta era tida como reverso daquela mulher idealizada conforme os padrões morais e estéticos dominantes.<sup>212</sup>

E enquanto modelo ideal de mulher devia se ocupar, enclausurada dos afazeres domésticos, tornando-se uma espécie de “jóia preciosa” social, a prostituta era a “dona das ruas”, conhecedora de toda a hipocrisia da falsa moral e, por isso mesmo, dentre outros motivos, um mal que deveria ser combatido.

Os cartomantes ou curandeiros eram vistos como uma escória social e por isso deveriam ser cuidadosamente identificados e vigiados, a fim de pelo menos diminuir sua

---

<sup>211</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Recenseamento na Delegacia E. de Costumes”, revista *Vida Policial*, nº 6, de 1939, p. 21.

<sup>212</sup> CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 1994, p. 97.

ação na capital, já que “o rico e o pobre, o pseudo-intelectual e o analfabeto, todos eles procuram levantar o tapete que encobre o ‘Santos dos Santos’ de seu futuro”.<sup>213</sup> E em nome dessa fraqueza humana, os “professores das ciências ocultas”, como eram pejorativamente chamados, estariam extorquindo financeiramente pessoas ingênuas, que os procuravam em busca de um apoio para a resolução dos seus problemas. Mais grave seria o fato de muitos conflitos familiares nascerem frutos das informações, nem sempre claras desse tipo de profissão, o que causava consideráveis transtornos e muitos crimes passionais. Em 1941, em Cachoeira, seria preso um desses “professores”. Jacir Meneses, além de prever o futuro, ainda garantia ter o poder de curar doenças graves, como a paralisia física,

usando um caramujo cheio de cabelos humanos; aplicações de ‘passes’, cremações de pós, êxtasis frente aos globos, mistura do baixo espiritismo com astrologia e outras baboseiras, extorquindo-lhes elevadas somas em dinheiro, aproveitou-se da ingenuidade da menor estuprando-a em seu próprio ‘consultório’, por ocasião de uma consulta.<sup>214</sup>

Após ter praticado tal crime, ainda ameaçou a menor de quinze anos que, não se deixando amedrontar, teria registrado ocorrência na delegacia de polícia de sua região, fato que levou à abertura de inquérito e a posterior prisão de tal indivíduo.

Preso também seria o “caboclo”, como era conhecido Aurélio Brito, morador da Rua Casemiro da Abreu, em Porto Alegre. Salienta-se o fato de o mesmo ter 94 anos

---

<sup>213</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Recenseamento na Delegacia E. de Costumes”, revista *Vida Policial*, nº 6, de 1939, p. 21.

<sup>214</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Misticismo”, revista *Vida Policial*, nº 35, de 1941, p. 24.

quando foi preso, e estar levando até aquele momento uma vida relativamente confortável, resultado de suas consultas que variavam de 10\$000 a 100\$000 contos de réis.<sup>215</sup>

O jogo do bicho, outra preocupação do Estado, estaria também na mira da polícia, que exerceria forte vigilância, em diversas zonas da Capital, procurando identificar seus contraventores, visando desmantelar possíveis redes desse jogo existente em Porto Alegre. Em uma dessas ações, em 1941, a Delegacia Especial de Costumes (D. E. C.) conseguiu capturar diversos indivíduos que estariam atuando na região de Petrópolis, sendo chefiados por Pedro Bila. Encontraram com os contraventores presos diversos materiais usados para a organização do jogo e dinheiro que seria resultando dessa prática ilegal.<sup>216</sup>

Fica claro, como já expusemos, que o papel da polícia restringia-se apenas a cumprir o que determinava a lei, não se preocupando, pelo menos publicamente, em fazer uma análise socioeconômica mais aprofundada dos indivíduos fichados ou suspeitos, limitando-se somente em defini-los com adjetivos carregados de atos e perfis, que iam contra a moral e a ideologização proposta pelo governo Vargas.

Por isso mesmo, além das contravenções descritas e do ferrenho combate aos crimes comuns, como assassinato, agressões corporais, crimes passionais, sendo esses aliás muito praticados em nossa Capital, todos aqueles homens, mulheres e crianças que não se adaptassem aos novos tempos do Estado Novo deveriam ser gradativamente reorientados ou descartados, para não macular a imagem que o governo e a elite dominante desejava fazer transparecer.

---

<sup>215</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Os exploradores da fé alheia”, revista *Vida Policial*, nº 39, de 1941, p. 26.

<sup>216</sup> Fonte: documentação pessoal de Núncia S. de Constantino. “Que bixo deu hoje?”, revista *Vida Policial*, nº 46, de 1942, p. 43.

Portanto, dois fatores pesavam contra os denominados indesejáveis sociais residentes em Porto Alegre, a modernização material e estrutural pela qual estava passando a cidade acrescida da concepção higienicista inculcada na mentalidade da elite dominante, e, principalmente, a visão nacionalizante do Estado Novo, do homem incansável e trabalhador e da mulher devota e virtuosa. Esse posicionamento, como vimos no primeiro capítulo, não era novidade em nossa capital, visto que seria um desejo ainda do período republicano positivista livrar a Capital, principalmente o centro da cidade, dos antigos e precários meios de vida, que insistiam em contracenar com o “espetáculo do novo”.

Instalado o Estado Novo, não haveria mais desculpas para a realização de tal projeto, pois os desmandos do país causados pelo excessivo ideário liberal e os interesses regionais estariam, na visão varguista, definitivamente superados. Agora o momento era unificação dos diversos “brasis”.

Aos que se enquadrassem, estendendo a mão ao estado benfeitor, colheriam benesses, por integrarem-se à nação, que seria construída sob o símbolo da ordem, do trabalho e da modernização do país, porém para aqueles que não atendessem ao chamado de “mãos-à-obra”, teriam de enfrentar o outro lado da lei. Claro que estamos falando da repressão policial que trataria os indesejáveis sociais como inimigos internos de Estado.

#### **4.3.5 – Serviços de Policiamento: analisando a Guarda Civil**

No sentido de coibir as ações dos indesejáveis sociais, e os inimigos da segurança nacional, estaria trabalhando com o mesmo afincado vigilante a Diretoria de Guardas Civis. Essa diretoria fazia parte do setor denominado Serviços de Policiamento, como já explicitamos.

Logo após a revolução de 1930, a Guarda sairia com a moral e prestígio elevados perante a sociedade porto-alegrense, afinal de contas essa corporação teria iniciado o processo que levaria Getúlio ao poder, eles eram os “heróis” da revolução.

Após esse momento, o guarda civil assumiria a função de policiar as zonas da cidade, impondo a ordem e a segurança como demonstração de um policiamento bem organizado. Diferente do inspetor ou investigador de polícia, conforme seria chamado mais tarde<sup>217</sup>, o guarda civil estaria sempre em contato com o cidadão, pois o objetivo da Guarda era se fazer presente, sempre bem trajada e uniforme no proceder.

E é exatamente por essa maior aproximação cotidiana que o guarda torna-se importante, como referência para a compreensão das diversas faces da atuação policial.

O guarda estaria sempre reprimindo com maior frequência todos aqueles personagens considerados desviantes sociais, estando o mesmo sempre agindo de acordo com aquilo que a instituição lhe ensinará. Esse papel a ser desenvolvido contracenava, em muitos casos, diretamente com a sua condição real de vida, ou seja, esse guarda também tinha uma origem de vida humilde e aqueles que combatia, em verdade, continham os mesmos vícios ou as mesmas qualidades com as quais era difícil não se identificar.

Na mesma Guarda Civil podemos notar diferentes comportamentos. O guarda fiel cumpridor de seus deveres e o guarda relapso, sendo várias vezes punido. O guarda obediente estaria perfeitamente identificado com os ideais da corporação. Sua conduta estaria ligada diretamente ao modelo de homem trabalhador, eficiente e com um correto proceder no meio social. Isso implica em afirmar que esse seria um sagaz perseguidor dos

---

<sup>217</sup> Através do Decreto nº 1.466, de 5 de Julho de 1947, os inspetores de polícia teriam trocado sua nomenclatura para investigadores. Isso porque em verdade a função de inspeção não tinha nada a ver com que esses policiais faziam naquele momento, ou seja, eles não se limitavam a inspecionar algo somente, mas sim obter informações mediante uma investigação completa, daí a troca providencial do nome. GIULIANO, op. cit., 33/36.

indesejáveis sociais, ou pessoas que em determinado momento estariam portando-se de maneira desviante.

O serviço do guarda civil, basicamente, consistia em executar a ronda, no perímetro que abrangesse sua jurisdição, nunca ficando em um ponto fixo, estando sempre atento durante seu quarto de serviço, principalmente à noite, horário de maior periculosidade, segundo a cúpula dirigente.

Os fiscais distritais e comandantes de secção deveriam percorrer a cavalo seus distritos de atuação, sempre orientando e fiscalizando o andamento do serviço dos guardas, sendo que no segundo quarto de serviço seria feito uma ronda especial, pelos auxiliares imediatos, com a mesma função.<sup>218</sup>

Em suas rondas, o guarda, até a década de 1960, fazia o trabalho de policiamento sozinho, deslocando-se pelo leito da rua, nunca pela calçada, “fazendo, quando necessário, advertências sem parar para vê-las cumpridas. No retorno fazia a confirmação. Caso continuasse a situação inalterada, então parava e agia com mais rigor. Funcionava bem o sistema, evitando interrupções na ronda e permitindo aglomerações de curiosos”.<sup>219</sup>

A prostituição, o alcoolismo e a vadiagem seriam modos de vida que punham em risco a imaculada imagem de Porto Alegre, cidade moderna, ordeira e trabalhadora. Longe disso, a realidade dos becos, das ruas apertadas e mal faladas, da desigualdade social, enfim do submundo da Capital, seriam as preocupações centrais da Guarda Civil, além claro, dos eventuais crimes praticados em Porto Alegre.

Era necessário “varrer a sujeira para de baixo do tapete”, ou, em outras palavras, tirar de circulação todos os indivíduos considerados nocivos às pessoas de bem. Para

---

<sup>218</sup> Fonte: Museu José F. Lubianca (ACADEPOL). Boletim da Guarda Civil, nº 130 de, 7 de Julho de 1930.

<sup>219</sup> MONTEIRO, *Os vigilantes da ordem...*, p. 66.

aqueles denominados vadios, por exemplo, considerados como antítese ao homem trabalhador, exatamente por ganhar a vida de maneira não produtiva, a lei penal previa prisão de 15 a 30 dias, e a obrigatoriedade de procurar um emprego após o cumprimento da pena. Os mendigos, ao contrário, pelas condições em que se encontravam, seriam assistidos pelo Estado.

Além disso, a vadiagem estaria associada também à prática de diversos delitos e crimes como embriaguês, desordens, roubos, assaltos a até alguns assassinatos, motivo pelo qual a repressão a esses indivíduos seria mais intensa.

A prostituição também seria alvo da repressão policial, não somente no sentido de liquidá-la, mas de circunscrevê-la em locais determinados, como casas de tolerância ou cabarés, exercendo vigilância dedicada, para impedir quaisquer manifestações que atentassem contra a moral pública.

Outras ações seriam pertinentes ao guarda, como fiscalizar estabelecimentos comerciais, principalmente os que tivessem atividades à noite, observando se o estariam fechando no horário determinado, assim como observar a iluminação pública, relatando imediatamente qualquer problema evidenciado.

A fiscalização dos guardas não se restringia somente aos adultos, pois até nas atividades infantis a atuação policial se intrometia, sendo o guarda

instruído a coibir o jogo de bola nas ruas, as disputas de bolinha de gude nas calçadas, o taco, o pião, os carrinhos de lomba! Crianças de Rua – os menores semi-abandonados ou de famílias muito pobres – eram recolhidos para o juizado de menores ou então simplificando as coisas para o posto da Colônia Africana, onde trabalhavam na capina das ruas enquanto esperavam

ser encaminhados para Marinha ou coisa semelhante que correspondesse ao mundo do trabalho.<sup>220</sup>

O papel da Guarda Civil enquanto polícia de costumes era evidente, fazer sentir sua presença e coibir qualquer ação que não estivesse de acordo com o sistema normativo. Para isso, como já destacamos, essa Guarda deveria manter-se com a moral elevada, pois disso dependeria o respeito dos enquadrados e o temor dos indesejáveis.

Mas o que fazer quando na própria organização surgem indícios de comportamentos completamente contraditórios, aqueles versados pela cúpula dirigente, aliás, quem disse que a teoria das escolas poderia preparar qualquer policial, seja ele um policial de costumes ou de atuação investigativa, para as surpresas do cotidiano e a habilidade de contornar as tentações propostas por parte daqueles que estariam fora do círculo de poder político e econômico?

A década de 1930 e até meados de 1940, ou seja, a era Vargas, foi, sem dúvida, um dos momentos mais repressivos da história brasileira. Contudo, podemos notar que a resistência à pressão imposta se evidenciava de diversas formas, algumas ostensivas, e outras criativas, provando que quanto mais o Estado apertava a população com “sua mão” repressora, mais essa encontraria meios de driblar ou tirar melhor proveito da situação.

Os conflitos entre populares e polícia não seriam esporádicos, nem tampouco a atuação da polícia ficaria restrita apenas a palavras. Sendo que a revolta popular se direcionaria mais contra os guardas porque

a Guarda tinha um treinamento falho e era composta de homens que recebiam uma orientação que reforçava os

---

<sup>220</sup> MONTEIRO, *Os vigilantes da ordem...*, p. 65.

preconceitos em relação às camadas da população estigmatizadas assoberbados por tarefas que excediam sua capacidade física, em vista do efetivo reduzido frente ao crescimento da cidade.<sup>221</sup>

Ou seja, mesmo com a preparação da Escola Profissional, o guarda sentia-se, muitas vezes, no direito ou na obrigação de usar a força para coibir determinadas situações, para manter a ordem no seu perímetro de atuação. Certo, errado? Como saber? Não cabe aqui fazer nenhum julgamento, até porque as aulas teóricas de policiamento não previam todos os acontecimentos do cotidiano e nem trabalhavam com maior cuidado o lado psicológico do guarda, que além de mal preparado, seria orientado, como vimos, a ter um conceito equivocado dos indesejáveis sociais.

Irônico esse fato, porque muitas vezes o guarda também vai desfrutar das “maravilhas” desse mundo que foi ensinado a odiar. Nada mais natural, pois havia um homem por trás do guarda, que não exercia suas funções 24 horas por dia, embora a escala de trabalho fosse apertada, sacrificada e que fosse exigido do mesmo um comportamento exemplar em qualquer situação.

Desde o início, o guarda civil foi instruído a não entrar em contato com a sociedade de onde provinha, pois a maioria era humilde, e o maior medo da cúpula dirigente seria que, influenciado por maus comportamentos, o guarda se deixasse levar a cometer atos que atentariam contra o moral da instituição.

Ao mesmo tempo em que era apresentado a esse policial um modelo adequado de sociedade, pedia-se ao mesmo para renegar suas origens, em fiscalizar todos os focos onde conviviam os parias da sociedade, sem contudo deixar se contaminar por eles. Contudo,

---

<sup>221</sup> MONTEIRO, A nova polícia..., p. 171

todo o esforço moralizador, em parte, teria sido em vão, pois se notam muitas punições aos guardas, principalmente nos primeiros anos da década de 1930. São casos de envolvimento com prostitutas, casos de abandono de serviço, má postura em serviço, problemas com álcool, gosto pelos jogos de azar e até casos de corrupção.<sup>222</sup>

Casos como o do policial exonerado em 25 de setembro de 1933, por ter sido pego em flagrante, no Restaurante “Pipi”, na rua Voluntários da Pátria, divertindo-se uniformizado, em um quarto com uma meretriz, estando esse quarto com a porta aberta, sendo possível identificá-lo sem nenhum problema.<sup>223</sup>

Ora, as tentações eram várias, o salário era pouco, o treinamento era falho, e o serviço era muito, muito pesado e solitário. Como evitar que guardas e até superiores hierárquicos utilizassem seu “poder de polícia pessoal” para angariar vantagens, mesmo que essas fossem mínimas e passageiras, já que corriam o risco de severas punições?

O poder da instituição não se mostraria somente pelo viés repressivo, mas também por outras facetas que, por vezes, eram desconhecidas ou abominadas pela cúpula dirigente, sendo bem aproveitadas, entretanto, pelos guardas de patentes inferiores.

Não temos a exata clareza desse tipo de comportamento em meio aos policiais da área judiciária, isso porque não existia um boletim de ocorrência, como caso de Guarda Civil, e, principalmente, porque a documentação das Delegacias, no que tange aos inquéritos administrativos, ou não mais existem devido ao grande incêndio de 1951, quando muitos documentos foram perdidos, ou estão soltos em meio ao que ainda restou.

Prova disso foi que encontramos uma única referência nesse sentido, um inquérito administrativo aberto para apurar o comportamento irregular de um delegado da cidade de

---

<sup>223</sup> MONTEIRO, *A Nova polícia...*, p. 95.

Pelotas, de nome Octacílio Gonçalves da Silva, que estaria devendo para uma casa de meretrício e para algumas lojas locais. A investigação processada, entretanto, apurou serem apenas boatos maldosos, espalhados por pessoas que queriam destruir a reputação do referido delegado.<sup>224</sup>

Contudo, pelas punições aplicadas aos guardas e a quantidade em que elas aconteciam, podemos supor que iguais desvios comportamentais poderiam ser praticados pelos investigadores e até por delegados, isso porque esses teriam a seu favor o fato de não serem identificados à distância, visto não fazer o uniforme parte de seu mecanismo de identificação e, principalmente, de terem a liberdade de entrar em qualquer estabelecimento público com o simples apresentar de sua carteira profissional, sob pretexto de fazer alguma investigação ou fiscalização.

Comportamentos desse tipo aliados à repressão e à violência policial, que nunca deixaram de existir, fariam com que a sociedade, principalmente aquela parcela para a qual a ação policial estaria mais direcionada, observassem a polícia com olhos de desconfiança. Desconfiança que faria com que os populares e os indesejáveis sociais criassem mecanismos de defesa, mesmo que esses significassem a atitude de submissão estratégica, ou cooptação previdente, no sentido de abrandar as repressões policiais.

Nem mesmo a intensa propaganda em torno do bom policial, aquele que teria como missão precípua servir e proteger conseguiria apagar a má impressão deixada nos bastidores do cotidiano. O policial, segundo o modelo proposto, deveria viver como um ser quase invisível, ter uma atuação discreta, ser notado apenas pela sua presença física, não como indivíduo com personalidade própria, e sim como uma célula de uma organização maior,

---

<sup>224</sup> Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Inquérito administrativo de 5 de Dezembro de 1938. Polícia, Documentação Avulsa da policia, DOPS, Maço 158, 1942.

viva dentro da cidade, porém silenciosa, exercendo uma vigilância constante, esperando o momento adequado para uma ação mais incisiva.

Deveria divertir-se, mas com equilíbrio, deveria agir com rigor, porém sendo imparcial. No seu lar deveria ser exemplo de respeito e de moralidade, incorporada em sua personalidade à base de muitas ameaças e punições exemplares, contudo a realidade mostrava o contrário. Deveria enfim, ser apenas uma máquina, mas era muito mais do que isso era um ser humano que, como todos os demais, tinha suas frustrações, angústias e desejos, ante as incertezas do futuro e a realidade do cotidiano. Conjunto de caracteres que o tornava um ser pensante, vivo e atuante em seu meio social, de maneira autônoma, para desespero de seus comandantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repressão, controle, obediência, nacionalismo, traição à pátria, nazi-fascismo, comunismo e modernidade são palavras que fizeram parte do cotidiano do país, do cotidiano do estado e evidente de nossa Capital.

Porto Alegre se desenvolvia, se transformava, mas com a aplicação de um projeto que nunca fora discutido abertamente, ao contrário, foi sendo gradativamente imposto, mediante o discurso sedutor do novo, da proposta da modernização e reestruturação da Capital, principalmente de sua área central.

Aqueles que tiveram a oportunidade, os melhores financeiramente, puderam aproveitar com todo o gosto as benesses do novo, da chamada Porto Alegre da *Belle Epoque*, uma cidade de sonhos afluindo no romantismo dos passeios na rua da Praia, dos cinemas, das confeitarias e dos cafés, das avenidas movimentadas com seus veículos cada vez mais velozes, admirados por homens e mulheres elegantes, que sempre se vestiam com o que tinham de melhor, para causar boa impressão e quem sabe iniciar um relacionamento duradouro.

Sonhos à parte, Porto Alegre, assim como as principais cidades do país, desnudavam realidades sociais diferentes, com diferentes comportamentos e que, mesmo sob protestos, contracenavam lado a lado através das principais ruas da cidade. Os choques de opiniões e de atuações, no cenário político e social da capital seriam inevitáveis.

De um lado, tínhamos uma elite patronal organizando-se em torno da produção, da eficiência e do controle sobre seus funcionários, dentro e fora do limites das fábricas, com o objetivo claro de transformar todo o tempo disponível em tempo de trabalho.

De outro, uma massa, formada de trabalhadores e populares, que rapidamente se despiu de seu estigma, de ignorância, de ingenuidade, e que também passou a organizar-se em torno de seus sindicatos e de seus ideais, ou simplesmente encontrou outros meios de sobreviver. A elite política com os mecanismos de que o Estado dispunha se encarregaria de sustentar a imposição ideológica da modernização, sob o ponto de vista da submissão da massa trabalhadora frente à classe patronal e a forte pressão contra os indesejáveis sociais.

E é nesse processo de transformações e de conflitos que estaria inserida a função policial.

Durante o transcorrer de nosso trabalho procuramos mostrar de que maneira a organização policial foi aperfeiçoando seus mecanismos de atuação, visando melhorar sua performance e estabelecer um maior controle perante a população.

Passamos pelas suas origens no Brasil e no estado, mostrando que, em verdade, somente se demonstrou alguma preocupação real com os problemas de segurança pública e a importância de ter um corpo policial organizado a partir do início do período republicano de governo.

Júlio de Castilhos, através do conjunto de leis e decretos de 1896, procurou organizar a atuação da polícia em todo o estado, dividindo com municípios a tarefa de policiamento das ruas das cidades, ratificando a divisão entre Polícia Judiciária e Administrativa.

Como vimos, porém, esse sistema de policiamento mostrar-se-ia cada vez mais ultrapassado na medida em que havia um aumento populacional na cidade de Porto Alegre e um equivocado processo de revitalização da área central da Capital que priorizava o “higienizar” os modos de vida promíscuos da maioria de seus moradores, sem que houvesse

um melhor planejamento social, pois o que se priorizava, em verdade, era a reestruturação urbana a partir de um modelo excludente.

A preocupação da intendência restringia-se em querer as ruas centrais policiadas, contudo os investimentos necessários para equipar e preparar os homens da Polícia Administrativa eram precários, conforme os dramáticos depoimentos dos sub-intendentes, que tivemos a oportunidade de expor.

Mesmo havendo um regulamento que detalhava todos os passos que deveriam fazer parte do cotidiano de policiamento, em verdade, praticamente não havia aulas de instrução, e o policial, com o poder que lhe era conferido e mal remunerado, agia quase sempre baseado com atos violentos, causando mal estar perante a sociedade.

Por seu turno, a Polícia Judiciária estaria, no início do século, em melhores condições do que a Polícia Administrativa, embora também tivesse suas limitações, principalmente em relação às investigações, que circulavam em torno das provas testemunhais.

Entretanto, essa polícia tinha um diferencial decisivo, que mesmo a passos lentos a fez evoluir. Contava com os preceitos científicos de então, e buscava gradativamente um constante aperfeiçoamento técnico.

O policiamento ostensivo, ao contrário, somente desenvolveria conceitos técnicos e científicos, a partir da criação da Guarda Civil, uma importante instituição criada em 1929, pelo então Presidente do Estado Getúlio Vargas, ele mesmo com sua carreira em gestação, um processo longo, que atravessaria as primeiras décadas do século XX, transformando-o em uma das principais personalidades políticas da história do país. Enquanto Presidente do Estado, estabeleceu total controle sobre o policiamento do Rio Grande do Sul e, no caso

específico da Guarda Civil, tinha como objetivo dotar a cidade de Porto Alegre, finalmente, de um policiamento ostensivo capaz de trazer tranqüilidade e progresso à cidade.

Contudo, o batismo de fogo dessa corporação dar-se-ia não no cotidiano das ruas, mas em um evento que culminaria com a ascensão de Getúlio ao poder. Mostramos de que maneira a Guarda foi a principal responsável pela tomada do Quartel General do Exército, em Porto Alegre, mesmo estando mal treinada e mal aparelhada para esse tipo de operação.

O sucesso dessa operação deveu-se principalmente a uma obediência inquestionável, naquele momento, por homens que não tinham como voltar atrás, não só porque acreditavam na figura de Getúlio, ou porque ir embora seria considerado um ato de rebeldia, mas também porque esse era um comando da organização à qual pertenciam.

A Polícia Judiciária, por sua vez, se não teve uma participação tão efetiva, ou tão explícita, no episódio de 1930, seria, com certeza, fundamental, durante todo o longo período de quinze anos em que Vargas esteve no poder, funcionando como braço forte do governo. Vargas sabia da importância de se ter uma polícia eficiente e bem aparelhada, principalmente a polícia política. Sabia também, assim como suas principais lideranças, Oswaldo Aranha, Felinto Müller, Góis Monteiro e Francisco Campos, que somente com um controle total das forças armadas e da organização policial, poderia implementar um projeto de nacionalização, industrialização e modernização do Brasil em nível tão profundo, quanto era seu objetivo, sendo que, para que isso acontecesse, deveria permanecer no poder o máximo de tempo possível. Então Vargas jogou! Fez do Brasil seu tabuleiro de xadrez e dispôs suas peças, jogou assim em todo o país, colocando no comando dos estados interventores de sua confiança ou simpatizantes de sua causa.

Na polícia gaúcha também houve mudanças. As principais personalidades da segurança pública naquele momento eram Aurélio Py e Plínio Brasil Milano, sendo este último o Patrono da Polícia, atualmente.

Juntos trabalhariam em prol da estruturação da polícia e o desenvolvimento de métodos de atuação mais discretos, porém mais eficientes e sofisticados, criando, através do decreto de 1937, diversos departamentos e delegacias especializados no combate à criminalidade e principalmente no combate aos inimigos do governo, personificados no perigo nazi-fascista e comunista.

Em verdade, a polícia sofria um processo lento e cumulativo de conhecimentos muitos deles importados, outros criados ou reorientados a partir das nossas necessidades.

Mostramos essa evolução ou transformação, desde seu início mais significativo, com as descobertas de Bertilon e Vucetich, a implementação de seus sistemas nas delegacias brasileiras e em especial do estado e da Capital. Mostramos igualmente a discussão em torno das transformações técnicas científicas, proporcionadas pelo desenvolvimento da Criminalística e o aperfeiçoamento do estudo dos crimes, através da Criminologia. E principalmente, a organização de todos os serviços policiais em torno da Repartição Central de Polícia e seu desdobramento em departamentos e delegacias especializadas, conforme já explicitamos.

Conjuntamente com essas mudanças, trouxemos à tona mais um importante episódio histórico para a Polícia, a criação da revista *Vida Policial*. Essa revista não foi importante só pelo fato de estar nitidamente inclinada aos interesses do governo ditatorial do Estado Novo, conforme procurou deixar bem claro desde o início de sua circulação. Sua importância maior revela-se por ser o principal órgão de propaganda da organização policial do Rio Grande do Sul, durante os anos de 1938 a 1945, demonstrando não só para

seu público especializado, como também para a sociedade em geral, que a Polícia na Era Vargas era diferente, um misto de transparência e eficiência profissional.

Sua eficiência era sempre mostrada em números, em estatísticas ao longo de suas edições, em reportagens sensacionalistas que justificavam de antemão que qualquer atitude mais drástica promovida pelo organismo policial, como uma violência necessária em nome dos interesses nacionais.

E como se invocou esse Interesse Nacional! Em nome dele muitas atrocidades foram cometidas. Comunistas, nazi-fascistas, ou suspeitos de sê-lo sentiram na pele a face mais violenta da lei do Estado Novo.

Detenções sem sentido, arbitrariedades no interior das prisões, presos passando fome, frio, sede, morrendo por complicações de saúde e ainda por cima sofrendo com as duras práticas de tortura, que aliás foram tecnicamente aprendidas e difundidas pelas polícias de todo o país.

Não queremos afirmar que não existissem intenções de espionagem ou da difusão de ideais contrários ao que o governo impunha, por parte de muitos estrangeiros, porém nossa intenção foi explicitar que a ação da polícia, que procurava não se identificar com os mecanismos repressivos de seus inimigos, usava em verdade dos mesmos meios violentos.

O controle era cotidiano, ser imigrante naquele momento era extremamente perigoso, qualquer dúvida e era no mínimo de 10 a 15 dias de prisão, para o proceder das investigações.

Portanto, controle era a palavra de ordem, e também sinônimo de progresso. Esse controle estava em todos os setores sociais. Estava nas ruas, nos teatros, nos cinemas, nos esportes, nas escolas, nas fábricas, no trânsito e, evidentemente, nos becos e nas ruas difamadas, sendo mais rígido contra os criminosos comuns e os indesejáveis sociais.

Era o Estado Novo tentando se mostrar presente em todos os lugares, com “sua mão invisível” e exercer um poder quase total, ou, como alguns gostam de afirmar, totalitário.

Porém, longe disso o cotidiano nos mostra que quanto mais duras são as exigências, mais o homem procura meios de burlar o que lhe é imposto. O mesmo ocorre com o policial e a sociedade com a qual lidava. Era difícil para o guarda civil ser policial todos os dias e a todo o momento. Uma vida somente de trabalho, com pouca remuneração, pouco investimento governamental. Sendo que as possibilidades de promoções eram raras.

Não demorou muito para o guarda perceber que com o poder que tinha em mãos, mesmo sendo esse diminuto, poderia usá-lo em proveito próprio e atuar segundo sua experiência cotidiana. A instituição é algo que molda, sem dúvida nenhuma, mas não transforma homens em máquinas. Ela o supre de teorias, mas não prepara para as intempéries das diversas situações sempre distintas do cotidiano. Os policiais de patentes inferiores sabiam disso e aprenderam a usar o pouco que tinham a ser favor. Para além do bem e do mal, aprenderam a andar conforme o fluxo dos acontecimentos.

Muitos naufragaram, é verdade, porém outros conseguiriam, com muita malícia e experiência atravessar aqueles delicados períodos de Estado Novo, apoiando-se em pequenas “vitórias”, para sobreviver, no país do “progresso”, no Estado de Getúlio e na cidade que se queria em movimento.

Com certeza a partir da visão geral proporcionada por esse primeiro ensaio, estamos convictos de que novos horizontes de pesquisa estão à nossa disposição.

Trabalhar com as mudanças técnicas de polícia na era Vargas possibilitou-nos perceber que existe uma riqueza de informações que ainda não foram exploradas, mas que certamente o serão em oportunidades futuras.

Acreditamos que assuntos como a violência policial devam ser aprofundados em todos os seus aspectos, inclusive os psicológicos, procurando desvendar as circunstâncias que levam os policiais a agir com níveis de violência distintos, em diferentes casos e com diferentes pessoas.

Por fim, um outro aspecto das atuações desses policiais, que merece uma melhor atenção seriam os atos de heroísmo que também fariam parte da vida desses policiais. Essa é uma outra face dos serviços policiais que é pouco explorada e que se torna importante, por abrir discussões a respeito das motivações que levam determinados policiais a colocar suas vidas em perigo, sendo esses elementos que também fazem parte do complexo cotidiano, das atuações policiais e que merecem ser revelados por pesquisas que tenham esse enfoque como objeto de pesquisa.

## FONTES DE PESQUISA

### A) Documentações primárias e locais de pesquisa.

#### Arquivo Moysés Velinho

- Regulamento geral da Polícia Administrativa de Porto Alegre. : Porto Alegre, Oficinas Tipográficas a Federação. 1914.
- Inquérito Administrativo – 21/8/ 1900.
- Inquérito Administrativo – 29/ de Março de 1901.
- Inquérito Administrativo – 21 de Fevereiro de 1910.
- Relatório da Sub-intendência do 3º,4º e 5º distrito, entre os anos de 1913-1928.
- relatório da Sub-intendência do 5º distrito durante o período administrativo de 30/06/1917 a 30/06/1918.
- Relatório da Sub-intendência do 3º distrito durante o período administrativo de 01/06/1925 a 06/07/1926.
- Relatório da Sub-intendência do 4º distrito durante o período administrativo de 01/07/1925 a 30/07/1926.

#### Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

- Série Delegacia de Polícia, auto de exame de defloramento, maço 20 e 21.
- Série Sub-chefatura de Polícia, correspondência expedida, maço 120, 02/07/1921.
- Série Sub-chefatura de Polícia, correspondência expedida, maço 120, 28/06/1921.
- Série Chefatura de Polícia, correspondência expedida, maço 120, 03/03/1924.
- Carta enviada pelo Sr. Wolfram Metzler ao Delegado Plínio Brasil Milano, Documentação Avulsa da polícia , DOPS, Maço 158, 1942.
- Dossiê sobre queixa proveniente do Cônsul da Espanha. Documentação avulsa da polícia, , DOPS, Maço 158, 1942.
- Telegrama enviado ao Interventor Federal no estado por Vasco Leitão da Cunha. Documentação Avulsa da policia, DOPS, Maço 158, 1942.
- Inquérito administrativo de 05 de Dezembro de 1938, Documentação Avulsa da policia, DOPS, Maço 158, 1942.

Museu Dr. José Faibes Lubianca (ACADEPOL)

- Boletim da Guarda Civil nº 130 de 7 de julho de 1930

Biblioteca Plínio Brasil Milano (ACADEPOL)

- Decreto nº 6.880 de 7 de dezembro de 1937.
- Decreto nº 7601 de 5 de dezembro de 1938.
- Departamento de Polícia Civil, cinquentenário do Instituto de Identificação – 1907-1957. Imprensa oficial, 1957.

**B) Jornais e revistas**

Museu Hipólito da Costa

- *Guarda Administrativa*, o Independente. 22/07/1918.

Documentação Pessoal de Núncia Santoro de Constantino

- Revista Vida Policial – nº 01-06, 1939.
- Revista Vida Policial – nº 31-39, 1941.
- Revista Vida Policial – nº 41-49, 1942.

**C) Bibliografia**

AGUIAR, Odílio Alves (org). *Origens do Totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. Dumara, 2001. 203p.

AMADOR, Fernanda Spanier. *Violência Policial: Verso e Reverso do Sofrimento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 174p.

ANDRADE, Ivan Moraes de. *Polícia Judiciária*. Rio de Janeiro: Ed. Revista Forense, 1958. 38p.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1989. 562p.

BAKOS, Margareth Marchiori. *Porto Alegre e Seus Eternos Intendentes*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1996. 218p.

BENEVENUTO, Estela Carvalho. *A polícia política e a revista polícia policial - uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1997. 177f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar – a atura da modernidade –* São Paulo: Cia das Letras, 1986. 360p.

BEZNOS, Clóvis. *Poder de Polícia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1979. 83p

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História - Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp. 1992. 354p.

CAMPOS, Derocina Alves. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do sul*. Rio Grande: Fund. Universidade de Rio Grande, 2001. 106 p.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da Violência: A polícia era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade, 1993. 227p.

CARPENTER, Eduard. *Prisões, polícia e castigos*. Lisboa: Biblioteca de educação nacional, 1910. 166p.

CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro de. *Espaço urbano e imigrantes : Porto Alegre na virada do século*. Estudos Ibero-americanos, v. 24, n. 1, 1998. p. 149-164.

\_\_\_\_\_. *A conquista do tempo noturno: Porto Alegre "moderna"*. Estudos Ibero-americanos, v. 20, n. 2, 1994. p. 65-84.

\_\_\_\_\_. *Caixas no Porão: vozes, imagens, histórias*. Porto Alegre: BIBLOS, 2004. 238 p.

DALMAZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 314p.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2000. 72p.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 – historiografia e história*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975. 118p.

FIGUEIREDO, Ariovaldo. *Violência e Corrupção: de Getúlio Vargas e Nova República*: Aracaju, 2002. 326p.

FLORES, Hilda Agnes Hubner (org.). *Porto Alegre: História e Cultura*. Porto Alegre: Martins Lines, 1987, 127p.

FORTINI, Arquimedes. *O Passado Através da Fotografia*. Porto Alegre: Ed. Grafipel, 1959. 237p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir-história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002. 262p.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1979. 12ª edição. 295p.

FRANCO, Álvaro [et al]. *Porto Alegre Biografia de uma cidade*. Porto Alegre: Ed. Tipografia do Centro, 1940. 663p.

GANBINI, Roberto. *O Duplo jogo de Vargas: a influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: ed. Símbolo, 1977. 175p.

GIULIANO, João. *Esboço Histórico da organização da polícia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957. 397p.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve Século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 585p.

JUNIOR, Avelino Alves Barbosa. *Criminologia*. Porto Alegre: Síntese, 2000. 96p.

KRAWCZYK, Flávio. *Da Necessidade do Moderno: O Futuro de Porto Alegre do século passado*. Porto Alegre: Ed. Unidade Editorial, 2002. 171p.

MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1988. 388p.

MARONESE, Luiz Antônio Glober. *Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da “Vida pública” Porto Alegrense entre os anos 1890 e 1930*. Porto Alegre: 1994. 130f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. 210p

MIRANDA, Wagner Melo. *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 360p.

MONTEIRO Charles. *A inscrição da modernidade no espaço urbano de Porto Alegre (1924-1928)*: Porto Alegre, PUCRS, 1992. 273f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre, *Urbanização e Modernidade – A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. 152p.

MONTEIRO, Rejane Penna. *A Nova Polícia - A Guarda Civil em Porto Alegre - 1929-1938*. Porto Alegre, 1991. 215f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. *Os Vigilantes da ordem: Guarda, Cachaça e Meretrizes*. Porto Alegre: Oficina da História, 1994. 204p.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, HAGEN, Acácia Maria Maduro (orgs). *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995. 201p.

NASCIMENTO, José Flávio Braga. *Curso de Criminologia*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2003. 272p.

PANDOLFI, Dulci (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1999. p. 387p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Burguesia Gaúcha – Dominação do Capital e Disciplina do Trabalho – RS 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 279p.

\_\_\_\_\_. *Os pobres da Cidade – Vida e Trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994. 149 p.

\_\_\_\_\_. *Memórias Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS. 1999. 191P.

PESTANA, José Cesar. *Manual de organização policial do Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. S.G., 1957. 436p.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros Tempos (crônicas)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922. 193p.

PY, Aurélio da Silva. *5ª Coluna no Brasil: conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1942. 406p.

RABELLO, Eraldo. *Curso de Criminalística*. Porto Alegre: Sagra Dc Luzatto, 1996. 205p.

ROCHA, Luiz Carlos. *Investigação Policial – Teoria e Prática*. São Paulo: Saraiva, 1998. 197p.

SAHID, Maluf. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Sugestões literárias, 1988. 388p.

SILVA, Carolina Machado da. *O poder de polícia e a delegação dos serviços públicos*. Porto Alegre, 2001. 65f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SIMÕES, Rodrigo Lemos. *Porto Alegre 1890-1920: resistência popular e controle social*. Porto Alegre, 1999. 176f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SOARES, Orlando. *Curso de Criminologia: o fenômeno criminal*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 449p.

SOUZA, Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre, Thurmann, 1941.

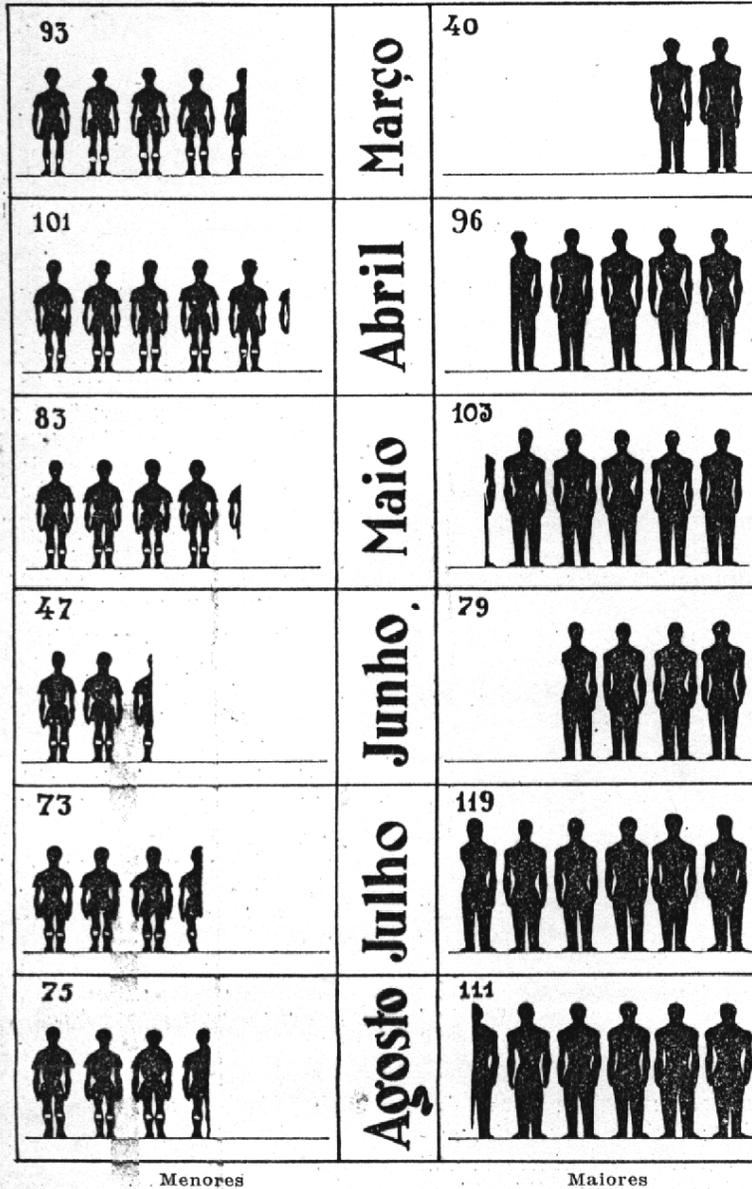
TERRA, Sylvio. *CORD, Pedro Mac. Polícia Lei e cultura*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarani, 1939. 464p.

TOCHETTO, Domingos (coord). *Tratado de Perícias criminalísticas*. Porto Alegre : Sagra Dc Luzatto, 1995. 698p.

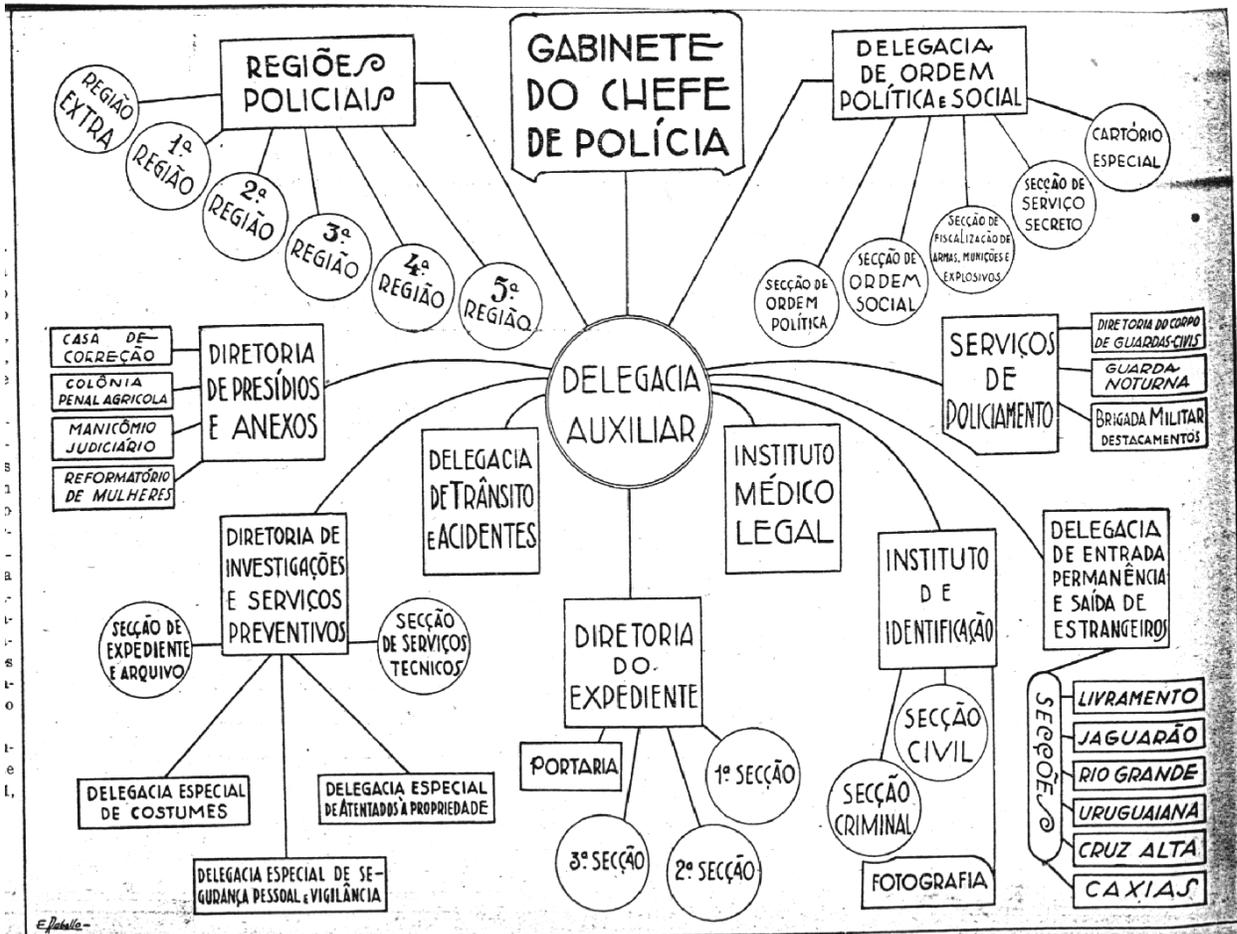
TOURANIE, Alain. *Critica da modernidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. 431p.

VIEIRA Hermes, SILVA Oswaldo. *História da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1955. 420p.

INDICIADOS NA S. A. P.



Anexo 1: Estatística sobre a Criminalidade Infantil, comparando menores e adultos indiciados, durante os meses de março a agosto de 1938. Fonte: documentação pessoal de Núncia Santoro de Constantino. Revista Vida Policial, nº 3, 1938.



Anexo 2: Organograma da Polícia no Ano de 1938. Fonte: documentação pessoal de Núncia Santoro de Constantino. Revista *Vida Policial*, nº 5, 1938.



**Anexo 3: Maleta Datiloscopia, dispondo de todos os aparelhos necessários para fazer a perícia técnica em um local de crime. Fonte: documentação pessoal de Núncia Santoro de Constantino. Revista *Vida Policial*, nº 3, 1938.**



**Anexo 4: Material de Estudos de Egypto Santoro. Fonte: documentação pessoal de Núncia Santoro de Constantino, 1937.**



**Anexo 5: Formatura da Guarda Civil, na rua Sete de Setembro, para Homenagear o Chefe de Polícia Poty Medeiros, quando de sua visita oficial a corporação. Fonte: Museu José Faibes Lubianca (ACADEPOL), 1936.**



**Anexo 6: grupamento da Guarda Civil em exercício de tiro, ministrado pelo fiscal Zeferino Lopes, nas Chácaras das Bananeiras. Fonte: Museu José Faibes Lubianca (ACADEPOL), década de 1930.**





**Anexo 8: fotos de homens procurados. Acima e a esquerda, um grupo de integralistas, a direita Luis Carlos Prestes, abaixo, Alexandre Cunha Ribeiro, procurado por deserção e praticas comunistas. Fonte: documentação pessoal de Núncia Santoro de Constantino**



DOC. N.º 11 — Pacotes de boletins de propáganda nazista enviados por intermédio do consulado.



DOC. N.º 12. — Cheque emitido contra a conta "Auslands-Organisationen"

Anexo 9: material apreendido pela D. O. P. S. em 1939. Fonte : Biblioteca Plínio Brasil Milano, Relatório Apresentado Pelo Major Auélio Py ao Interventor Federal, 1939.

Colônia Penal Agrícola 28 de 10 de 1942

Exmo. Snr. Dr. Plínio Brasil Milano

Porto Alegre

Após mais de 2 meses de prisão ouse comparecer na presença de Vossa Senhoria para pedir-lhe a minha libertação. Dispo-me com isso de toda minha altivez e abandono todo o meu orgulho, sendo levado assim proceder por amor a minha esposa e meus 5 filhos, que pedem a volta do esposo e pai, porque sentem-se desprotegidos e desamparados. Faço-o ainda por amor a minha nobre profissão, que aqui não posso exercer, privando a minha clientela e os muitos pobres que eu atendia de seu médico e protetor.

Nada mais desejo para a minha pessoa nesta vida, pois se em 1937 assisti o desmoronamento dos meus ideais políticos, o dia de 19 de agosto deste ano sepultou debaixo dos seus escombros os meus ideais de construir uma grande empresa comercial. Eu queria fazer da tipografia do Centro S.A. uma grande empresa, uma verdadeira potência, não para o meu gozo pessoal, mas para que servisse como esteio do catolicismo no Rio Grande do Sul e do sul do Brasil, pois que no momento da minha prisão estavam-se ultimando as negociações para a fundação de uma empresa anexa a tipografia, que futuramente iria explorar um pinhal em Santa Catarina transformando-se em papel.

Para conseguir o meu desinteratam fui obrigado a remover muitos percalços a afastar alguns empregados reconhecidamente prejudiciais e a romper com outros falsos amigos, o que trouxe o ódio e o rancor de outros tantos cidadãos. Eu nunca temi a luta de viseira aberta, mas confesso-me impotente e derrotado nesta luta insidiosa, que contra a minha pessoa desencadearam os meus desafetos. Sei que envolveram em uma tal de rede de intrigas e denúncias que certamente até um bom número de amigos deve ter perdido a fé em mim. E no entanto:

Digo-o alto e de bom tom que V.excia: Sou inocente!!!!

Nas longas horas de prisão, nas noites de insônia sobrou-me tempo para fazer um exame completo de toda a minha vida passada. Nada encontrei, nenhuma ação, nem sequer a mais leve intenção jamais tive de prejudicar a minha pátria -- O Brasil -- nem em qualquer ocasião achei-me a serviço de forças ou potências estranhas, quando mais inimigas do Brasil.

Reconheço que existem circunstancias que podem até certo ponto, tomar-me suspeito, sendo o argumento de mais peso os documentos encontrados em minha casa e que provam achar-me eu e minha esposa e a minha filha mais velha registrados no consulado alemão de Porto Alegre. e no entanto repito-o: sou inocente!!

**Anexo 10: Carta enviado por Wolfram Metzler. Ao Delegado Plinio Brasil Milano: Fonte Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Polícia documentação avulsa, DOPS, Maço 158, 1942.**